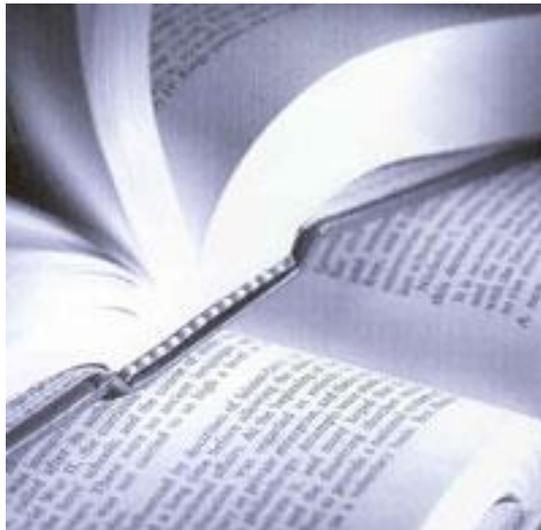




**Rui Manuel Monteiro
de Oliveira Beja**

**A Edição em Portugal (1970–2010):
Percurso e Perspectivas**





Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2011

**Rui Manuel Monteiro
de Oliveira Beja**

**A Edição em Portugal (1970–2010):
Percurso e Perspectivas**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita, Professora Associada do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Doutor João Manuel Nunes Torrão
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Joaquim da Costa Leite
Professor Associado com agregação da Universidade de Aveiro

Prof.^a Doutora Maria Teresa Marques Baeta Cortez Mesquita
Professora Associada da Universidade de Aveiro (orientadora)

Dedicatória

À Adélia, companheira inseparável de uma vida

Agradecimentos

Quando em 1963 iniciei a vida profissional na área financeira correspondente à formação académica até então adquirida, estava longe de imaginar que, a partir de 1971, entraria no mundo dos livros, também pela porta das finanças, e por aí me quedaria ao longo dos quarenta anos que agora se completam. Um mundo pleno de magia, paixão e aventura, no qual não é fácil entrar e do qual é inimaginável sair. Um mundo que vivi a várias dimensões, Um mundo que comecei por abraçar pelo lado dos números, da logística, da gestão interna, e que depois percorri em outras múltiplas facetas: a gestão editorial, a difusão cultural, a transmissão de conhecimento por via do ensino, a actividade associativa e, até, a autoria de dois livros. Faltava a componente que esta dissertação me proporcionou: o trabalho académico, no domínio da pesquisa e reflexão teórica, sobre o mundo, tão estimulante, em que durante quatro décadas desenvolvi com entusiasmo a minha actividade profissional.

Os meus primeiros agradecimentos vão, pois, para a família, os amigos, os companheiros de trabalho, os colegas de profissão e todos quantos, na edição e fora dela, me proporcionaram uma vida tão intensa quanto gratificante e feliz, no convívio familiar, no lazer e no trabalho.

Apesar da experiência vivida no seio dos livros e da edição, não foi tarefa fácil – porque é relativamente parca a informação disponível –, pesquisar, concatenar e formar opinião assertiva sobre os dados obtidos e pistas perseguidas. Sendo de minha inteira responsabilidade os factos que relato e as conclusões que retiro, este trabalho só foi possível graças à cooperação conhecedora e amiga de prestigiadas personalidades ligadas ao livro e à leitura, a quem agradeço muito reconhecidamente: Ana Neves, António Baptista Lopes, Fernando Guedes, Francisco Espadinha, Francisco José Viegas, Guilhermina Gomes, João Espadinha, José Afonso Furtado, José Manuel Cortês, Manuel Alberto Valente, Manuel Aquino, Miguel Freitas da Costa, Nelson de Matos, Teresa Gil e Vasco Teixeira.

À Professora Teresa Cortez, que tão bem me acolheu enquanto directora do mestrado em Estudos Editoriais aquando da minha candidatura, e que de forma tão profissional, conhecedora, experiente e incentivadora, me orientou, do primeiro ao último dia, na pesquisa e escrita da presente dissertação, sou devedor de uma gratidão que as palavras mais efusivas são insuficientes para expressar condignamente.

A todos, muito obrigado. Bem hajam.

palavras-chave

Estudos editoriais, história do livro e da edição em Portugal, hábitos de leitura, difusão do livro, mercado do livro, editores independentes, concentração livreira, concentração editorial, movimento associativo de editores e livreiros, Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, União dos Editores Portugueses, edição digital, livro na viragem do milénio

Resumo

A turbulência que se vive no domínio editorial, a nível planetário, por via da passagem ao paradigma digital, tem contornos muito particulares no sector editorial e livreiro em Portugal.

Neste contexto, a presente dissertação visa aprofundar e apresentar de forma sistematizada e criteriosamente sustentada os aspectos institucionais, culturais e operacionais que caracterizam a edição portuguesa dos anos 70 à viragem do milénio e que a posicionam na transição para o digital.

O estudo apresentado contempla, com especial atenção: (i) a importância fulcral dos editores independentes para o desenvolvimento da actividade editorial das imediações do 25 de Abril até aos dias de hoje; (ii) o impacto qualitativo e quantitativo que a liberdade democrática aportou para o fomento dos hábitos de leitura e a difusão do livro; (iii) as profundas alterações vividas no mercado do livro, em consequência da concentração livreira, iniciada em 1985, e da concentração editorial, verificada entre 2007 e 2010; (iv) os inconvenientes da conflitualidade histórica no seio da edição, com especial enfoque na cisão no movimento associativo de editores e livreiros, ocorrida em 1999, e na posterior reunificação, viabilizada em 2009; e (v) as ocorrências que são possíveis reconhecer e/ou perspectivar na edição digital, partindo de uma difusa – embora intensa – realidade internacional para os primeiros passos a nível nacional.

keywords

Publishing studies, history of book and publishing in Portugal, reading habits, book promotion, book market, independent publishers, concentration of booksellers and publishers, publishers and booksellers associative movement, Portuguese Publishers and Booksellers Association, Portuguese Publishers Union, digital edition, the book in the turn of the Millennium.

Abstract

The ongoing turbulence in the editorial scene at the planetary level caused by the transition to the digital paradigm, has a very specific character in the publishing and bookselling sectors in Portugal.

In this context, this thesis aims to deepen and to present on systematic and thoroughly sustained criteria the institutional, cultural and operational aspects that characterized the Portuguese edition from the 70's to the turn of the Millennium, and that marked its transition to the digital era.

The presented study focused primarily on: (i) the central importance of independent publishers for the development of the editorial activity from about the revolution of 25th April 1974 until the present; (ii) the qualitative and quantitative impact that the democratic freedom brought to the development of reading habits and book promotion; (iii) the deep changes occurring in the book market, as a consequence of the concentration of booksellers, starting in 1985, and the concentration of publishers, occurring between 2007 and 2010; (iv) the disadvantages of the historical conflict within the edition players, with special attention to the division within the publishers and booksellers associative movement, occurring in 1999, and the posterior reunification, made possible in 2009; and (v) the facts that are possible to recognise or forecast in the digital edition, starting from a diffuse but intense international reality, towards the first steps at the national level.

A Edição em Portugal (1970–2010): Percursos e Perspectivas

Introdução	1
1. Editores independentes marcam viragem do milénio em Portugal	5
1.1. Editoras fundadas antes de 1970, já extintas ou sem actividade relevante	
1.2. Editoras constituídas antes de 1970 que mantêm actividade relevante	
1.3. Editoras constituídas depois de 1970	
2. Liberdade democrática fomenta hábitos de leitura e difusão do livro	35
2.1. Novos temas e conteúdos reflectem fim da censura	
2.2. O lugar do Círculo de Leitores na difusão do livro (1971-2001)	
2.3. A constituição e evolução do Instituto Português do Livro (1980-2010)	
2.4. A aposta na rede de Bibliotecas Públicas (1986-2010)	
2.5. O arranque e o progresso da rede de Bibliotecas Escolares (1996-2010)	
2.6. Portugal, país-tema da Feira de Frankfurt (1997)	
2.7. O sucesso do Plano Nacional de Leitura (2006-2010)	
3. Concentração livreira inicia alterações profundas no mercado do livro	49
3.1. Os hipermercados (1985), as Bertrand (1993), e a FNAC (1998)	
3.2. A «Lei do Preço Fixo» regula mercado (1996 - 2000)	
3.3. A falência da Diglivro/Logilivro marca a decadência das distribuidoras (2001)	
3.4. Congressos de Editores abordam desafios do sector (2001 e 2006)	
3.5. Concentração em grandes grupos editoriais (2007 - 2010)	
4. Cisão e reunificação no movimento associativo (1999 - 2009)	65
4.1. Conflitualidade marca o historial do associativismo	
4.2. Porquês e inconvenientes da cisão (1999)	
4.3. Processo e vantagens da reunificação (2009)	
5. Revolução digital cria novos paradigmas socioculturais	79
5.1. Prós e contras do livro digital face aos livros impressos em papel	
5.2. Os autores, os agentes literários, os editores e a cadeia de distribuição	
5.3. O acto intelectual sob influência de uma sociedade de nativos digitais	
5.4. Modelos de negócio que se perscrutam no horizonte da edição digital	
5.5. Realidades e perspectivas da edição digital em Portugal	
Conclusão	99
Bibliografia	103

Introdução

No ano em que se completam quatro décadas desde que iniciei a minha actividade no mundo dos livros, a presente dissertação – *Edição em Portugal (1970–2010): Percursos e Perspectivas* – desenvolvida e apresentada no âmbito do Mestrado em Estudos Editoriais, do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, tem para mim um sentido muito especial. Ao longo deste longo período, tive oportunidade de conhecer e integrar o meio editorial exercendo as mais diversas funções, executivas, académicas e associativas, tanto a nível nacional como internacional. No exercício destas actividades, encontro algumas das fontes que mais contribuíram para a minha forma de estar e de ser, numa relação abrangente e afectiva com as diferentes faces da edição: a sua história, as suas peculiaridades, os seus problemas, as suas potencialidades, as suas contradições, os seus fracassos, as suas vitórias, e, sobretudo, as gentes que vivem e convivem intensamente para fazer do livro e da leitura um instrumento fundador do desenvolvimento socioeconómico da humanidade.

Ao longo dos tempos, a edição tem desempenhado um papel fundamental para assegurar a pluralidade de pensamento e o desenvolvimento intelectual do ser humano. Estou convicto de que a condensação sistematizada da crónica do livro e da edição em Portugal no período 1970–2010, pode contribuir para a compreensão alargada da respectiva relevância na vida da sociedade portuguesa contemporânea. Contemplando aspectos factuais e outros de índole prospectiva, que de alguma forma se baseiam no saber adquirido, pretende-se também, com a presente dissertação, sublinhar as diferentes características que a edição foi assumindo na história recente do nosso país, os desafios que foi enfrentando com sucesso, e as ameaças que podem provir da entrada de novos concorrentes alheios ao mercado editorial.

Transitar de século e simultaneamente de milénio reveste-se de uma singularidade única que poucas gerações têm oportunidade de testemunhar. Por essa razão, por maior racionalidade que ponham nos seu pensamentos e nos seus actos, poucos são alheios aos mitos, superstições e motivações para a mudança que, de forma explícita ou subliminar, estimulam, orientam e condicionam tempos tão marcantes como os que vivemos. Se o fenómeno é evidente, ainda que nem sempre demonstrável, balizar temporalmente o período de viragem é seguramente bem mais complicado e controverso. Fazê-lo no que

respeita à edição em Portugal, constitui um obstáculo adicional que só com uma correcta identificação de marcos e pontos de transição poderá ganhar algum rigor.

O período que vou abordar tem como limite óbvio o final da primeira década do século XXI, dado o momento em que este texto é escrito. Quanto ao início, que situarei no dealbar da década de 70 do século XX, com inevitáveis visitas à década anterior, são várias as razões que se conjugam para considerar este período. Refiro, antes do mais, uma série de factores de carácter sociopolítico e cultural: a aceleração do soçobrar do Estado Novo com a morte de Salazar em 1970; a apresentação, no mesmo ano, de uma proposta de lei de imprensa, contra a censura, pela ala liberal do partido único; a criação da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (Sedes), também em 1970; a implementação, em 1971, do «estado de excepção», em resposta ao movimento estudantil nas Universidades; e todo um ambiente de contestação política e de reivindicação de liberdades – entre elas a liberdade de expressão – que levou à vitória da democracia em 25 de Abril de 1974 (cf. Vieira, 2000: vol. VII, 212s; vol. VIII, 212s). Entre as razões de optar pelo estudo destas quatro décadas, releva também o facto de se tratar de um tempo crucial para a actividade editorial e sobre o qual existe pouca informação divulgada de forma globalmente integrada. Finalmente, fui também largamente influenciado pelo meu interesse pessoal, pela experiência profissional e informação que adquiri durante esses anos de trabalho no mundo do livro, e pela oportunidade que tive de estabelecer contactos com editores e estudiosos cujo testemunho é crucial para reconstituir a história da edição em Portugal.

Ao longo destes quarenta anos – 1970-2010 – a edição em Portugal enfrentou desafios e sofreu transformações de vulto, mesmo radicais, em todos os domínios de actuação: direitos de autor, políticas editoriais, técnicas de produção gráfica, marketing do livro, meios de comunicação e divulgação, estrutura do mercado, ordenamento legal, regras ortográficas, organização empresarial, organização associativa, instituições públicas, projectos de incentivo ao livro e à leitura, hábitos de consumo, novos meios de informação e entretenimento, novos suportes digitais de leitura, e permanente reinvenção de sofisticados processos para obtenção de cópias ilegais. O crescimento exponencial da internet a partir de 1993 e a revolução digital que se lhe vai seguindo, constituem, mais que um desafio, uma mudança de paradigma: do meio milénio que o ser humano viveu na era da «galáxia Gutenberg» para a entrada na nova era da «informação globalizada».

Num processo em que cada editor deu o seu melhor, os múltiplos contributos assumiram formas diversas e foi também diverso o nível de sucesso obtido; a qualidade do resultado final, sendo particularmente devedora dos editores mais bem sucedidos, é também fruto da acção de todos, da ampla e renhida competição entre ideias e projectos e, acima de tudo, da acção dos portugueses na sua demanda de horizontes cada vez mais largos que só a sociedade do conhecimento em geral, e o livro em particular, lhes poderiam proporcionar. A turbulência que se vive a nível planetário, por via da passagem ao paradigma digital, constitui um novo grande desafio para o sector editorial e livreiro em Portugal, como também para a sociedade portuguesa na sua globalidade. É sobre estas realidades que me proponho debruçar nos capítulos seguintes, destacando aspectos fulcrais e explorando-os de uma perspectiva cronológica, por forma a melhor evidenciar os vectores de evolução e transformação, com atenção ao contexto em que se desenharam: o papel dos editores independentes, os impactes da liberdade democrática instituída em 25 de Abril, os processos de concentração livreira e editorial, os diferendos vividos no movimento associativo e os desafios da transição decorrente da revolução digital. Sempre que se justifique, será equacionada a globalidade do período considerado, 1970-2010.

Para obter os objectivos pretendidos, usei a seguinte metodologia: (1) investigação, concatenação e estudo de elementos provenientes do levantamento bibliográfico e informativo propiciador de conhecimento sustentado sobre a história e a prática prevalentes nos domínios abordados; (2) inclusão dos conhecimentos e experiência profissional adquiridos no exercício de cargos e funções directa ou indirectamente relacionados com o tema da dissertação; (3) recolha de informação adicional em entrevistas com personalidades, de reconhecido mérito, com estreita ligação ao livro, à leitura, à edição e às novas tecnologias de informação; e (4) redacção da dissertação estruturada em cinco capítulos, contemplando os aspectos mais salientes da edição em Portugal ao longo dos últimos quarenta anos e a perspectiva sobre novos paradigmas sociais e editoriais que decorrem da revolução digital em curso num universo globalizado.

São estas as linhas gerais de um trabalho que, para além do repositório histórico e factual da evolução e desafios que desde sempre se têm colocado à edição, se pretende valha também como contributo para que se abram campos de discussão sobre o seu futuro e sobre o impacte económico e sociocultural dos novos modelos de negócio, já em curso, ou que se perspectivam no horizonte.

1. Editores independentes marcam época de afirmação editorial

Ao franquear as portas de entrada na década de 70 do século XX, a edição portuguesa transportava consigo, para o abrir de um futuro que se prenunciava vibrante e preche de novas realidades, o *modus vivendi* que caracterizara o seu posicionamento ao longo das quatro décadas anteriores, desenroladas sob a égide das arbitrariedades institucionais e dos condicionalismos políticos e socioculturais impostos e controlados pelo Estado Novo. A autorização necessária para fundar empresas editoriais – concretizada no Decreto-Lei n.º 33015, de 30 de Agosto de 1943, que determinava que as empresas editoriais de livros ou de outras publicações que de futuro se constituíssem ficavam sujeitas ao cumprimento das obrigações de censura prévia impostas, em 1936, pelo Decreto-Lei n.º 26589 – constitui exemplo maior da mão de ferro com que o regime pretendia oprimir a edição.

No seu estudo *Edição e Editores: O mundo do livro em Portugal, 1940-1970*, Nuno Medeiros (2010:261ss), retira algumas conclusões que ajudam a compreender os anos que se constituem como ponto de partida da presente dissertação:

Extravasando a esfera cultural e nela radicando como universo reticular de colaborações, conflitos e posições (que assentam em ligações familiares, em lugares de sociabilidade, em redes de relação comercial, em pontos e lugares de contactos comuns ou semelhantes a outros actores provenientes de esferas como a literária, a política, a académica), o campo editorial emerge como domínio social próprio, edificando através da intervenção dos seus agentes uma das mediações mais significativas entre as várias instâncias de produção e apropriação das ideias e dos saberes. [...]

Durante os cerca de trinta anos estudados, a edição portuguesa sofre um cortejo de mudanças que a subtraem definitivamente ao que se poderia denominar antigo regime editorial, cujos resquícios ainda se hão-de notar em todo este período de transição. O movimento não é teleológico. As múltiplas direcções tomadas não se dirigem inelutavelmente para a consolidação de um sector maduro e propenso à rápida transformação. [...]

O movimento editorial não é movediço mas também não é refractário à modificação e a uma dinâmica própria cujo recorte se foi desenhando com intensidade e sentidos diversos, e de modo mais visível, a partir de finais da década de 30,

princípios da de 40. A edição de livros em Portugal durante o período em apreço encontra-se dispersa numa miríade de entidades de média, mas essencialmente pequena e muito pequena dimensão. Esta característica confere ao campo editorial português do período analisado um dinamismo específico e criação, morte e reanimação de editoras, sendo esta última prática grandemente tributária dos entraves impostos legalmente à criação de entidades destinadas à edição de livros. Outro atributo particularmente notório traduz-se na prevalência da dimensão artesanal sobre uma organização empresarial moderna, sendo a paisagem editorial portuguesa nas décadas exploradas povoada por empresas nas quais a personalização da gestão, a baixa segmentação e a reduzida especialização interna constituem aspectos nucleares.

As casas editoras independentes de grupos económicos, as mais das vezes tuteladas por editores de referência, irão perdurar, ao longo das três últimas décadas do século XX e dealbar do século XXI, como modelo predominante da edição tradicional portuguesa. As diferenças de época e de regime político terão como consequência, no entanto, que, em paralelo com a permanência activa e actuante de alguns editores pioneiros, parte dos quais havia também marcado as quatro décadas vividas sob o regime do Estado Novo, se registre o desaparecimento de cena de outros, e uma nova plêiade venha a surgir num contexto em que a edição independente marca um período de iniludível afirmação editorial.

Num sector atomizado pela proliferação de unidades de pequena dimensão, uma síntese dos casos mais paradigmáticos permite realçar quais, de entre as principais editoras constituídas até ao final dos anos 60, vieram a sucumbir e quais mantiveram a sua relevância.

A resenha panorâmica que a seguir apresento de casas editoras que marcaram a edição portuguesa no período da viragem do milénio considera editoras fundadas anteriormente a 1970 – tanto editoras que, entretanto, cessaram ou reduziram a sua actividade, como outras que mantiveram relevância editorial –, como ainda as principais editoras independentes surgidas depois de 1970 (incluindo já algumas, poucas, subsidiárias de grupos internacionais). Não tenho a pretensão de proceder a uma inventariação exhaustiva, impossível no âmbito deste trabalho, mas tão só recordar exemplos marcantes de casas editoras que permitam esboçar um quadro mais concreto da edição em Portugal a partir dos anos 70.

1.1. Editoras fundadas antes de 1970, já extintas ou sem actividade relevante

De entre as editoras fundadas anteriormente a 1970 e que deixaram de ter actividade, ou que perderam o seu fulgor, entendo dever destacar, pelo importante contributo que deram à edição em Portugal, nomeadamente pela influência que tiveram no período objecto de estudo na presente dissertação, as que de seguida, brevemente apresento:

(1) – Parceria António Maria Pereira (1848)

É a mais antiga casa editora fundada, em Lisboa, por um editor português, António Maria Pereira. A actividade editorial, que se mantém, teve grandes oscilações ao longo das quatro gerações de familiares em linha directa. No século XIX foi uma editora de referência, designadamente na área da literatura e das letras tendo publicado autores de renome, como Júlio César Machado, Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Joaquim Paço d’Arcos, Natércia Freire, Maria Archer, ou João Gaspar Simões. Editou *A Mensagem* de Fernando Pessoa, em 1934, e manteve-se actuante – com conhecida proximidade ao ideário do regime – até aos anos 70, tendo sido revitalizada em 2000 por iniciativa do bisneto do fundador, o advogado António Maria Pereira (cf. Pereira, 1988).¹

(2) – Romano Torres (1885)

Casa editora fundada em Lisboa e dirigida por João Romano Torres (filho do decano dos tipógrafos portugueses – Lucas Evangelista Torres), estreou-se com a famosa *Colecção Azul* (livros românticos), vindo ainda a destacar-se com outras colecções populares, como a *Colecção Manecas* (livros para crianças) e a *Colecção Salgari* (livros de aventuras escritos por Emílio Salgari), e também com a publicação de obras de vulto, como *Portugal: Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*, redigida por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, cujo primeiro volume saiu em 1904.²

¹ Vd. Parceria A. M. Pereira Editora, «História», <http://parceria-editores.com/his.html> (consultada a 30/10/2010).

² Vd. «Torres (João Romano)», <http://www.arqnet.pt/dicionario/torresjr.html> (consultada a 18/02/2011); sobre *Portugal – Dicionário Histórico* veja-se também <http://www.arqnet.pt/dicionario/> (consultada a 31.05.2011).

(3) – Edições Cosmos (1926)

A empresa, fundada em Lisboa e pertencente a João de Almeida Júnior e António Duarte Costa, ganhou dinâmica com a entrada no seu capital, em 1938, do intelectual Manuel Rodrigues de Oliveira (cf. Medeiros, 2010: 138). Sob a direcção de Rodrigues de Oliveira, a Cosmos passou então a apostar na publicação de textos e autores que abordavam, de modo acessível à população, os diversos sectores do conhecimento. No final de 1940, num período em que a política cultural do Estado Novo continuava a privilegiar as elites, convidou o Professor Bento de Jesus Caraça para dirigir uma colecção de formação e divulgação popular. Daí nasceu a *Biblioteca Cosmos*, um marco na cultura portuguesa, com 114 títulos publicados até 1948, colecção essa posteriormente continuada por outras com a mesma índole.³ Comprada em 2003 pelo industrial de tipografia Joaquim Garrido, a Cosmos mantém alguma actividade editorial, incluindo, para além de publicações dispersas, a *Colecção Análise Educativa* e a *Colecção Atena* (com obras relativas ao Estado e às Força Armadas).

(4) – Edições Ática (1930)

Fundada em Lisboa pelo poeta e ensaísta Luís de Montalvor, a editora afirmou-se pela qualidade gráfica das suas edições e pela criteriosa selecção de títulos, destacando-se pela publicação das *Obras Completas de Fernando Pessoa*, iniciada em 1942, sob a direcção de Luís Montalvor e João Gaspar Simões, e posteriormente continuada por nomes relevantes da cultura portuguesa, como Jacinto do Prado Coelho, Joel Serrão, Georg Rudolf Lind, David Mourão-Ferreira, Vitorino Nemésio e Jorge de Sena. Salientou-se também pela edição das *Obras Completas de Mário de Sá-Carneiro* e, mais tarde, da *Colecção Poesia*.⁴ Após um longo período de imobilidade editorial, foi reactivada em Maio de 2008, altura em que foi adquirida por Paulo Teixeira Pinto e integrada na Guimarães Editores, passando, a partir de 2010, a fazer parte do grupo Babel.

³ Vd. Edições Cosmos, «A Cosmos no Património Cultural Português», <http://edicoescosmos.blogspot.com/2008/09/cosmos-no-patrimnio-cultural-portugus.html> (consultada a 27/12/2010).

⁴ Vd. Sítio do Livro, «Ática – Apresentação», <http://www.sitiodolivro.pt/pt/editora/atica/> (consultada a 17/12/2010).

(5) – Portugália Editora (1942)

Editora muito prestigiada nas décadas de 40 a 60. A Portugália fundada, em Lisboa, por Agostinho Fernandes, teve como directores editoriais figuras como João Gaspar Simões e Jorge de Sena e, entre os autores que publicou, contam-se José Gomes Ferreira, Irene Lisboa, Vergílio Ferreira, Manuel da Fonseca, Helberto Hélder, Sophia de Mello Breyner Andresen e Trindade Coelho⁵ Entre 1943 e 1946, sob a direcção literária de João Gaspar Simões, é desenvolvida uma intensa actividade, baseada num programa editorial em que predominam as traduções organizadas em diversas colecções, com destaque para a denominada *Antologias Universais*. Segue-se uma década de marasmo editorial, quebrado com a breve passagem de Jorge de Sena, iniciada em 1956, e seguida de uma época de esplendor, nos anos 60, sob a orientação editorial de Augusto Costa Dias que dá palco a autores portugueses socialmente comprometidos, embora sem enjeitar a literatura estrangeira. Posteriormente à saída de Costa Dias, em 1968, a gestão editorial é assegurada por Joaquim Soares da Costa e, especialmente, José Cruz dos Santos, tendo então Agostinho Fernandes impulsionado uma nova revitalização que elevou a Portugália ao estatuto de editora de referência. Com a sua morte, em 1972, a editora foi paulatinamente perdendo fôlego, até à completa decadência a partir do final dos anos 70 (cf. Medeiros, 2010: 241ss).

(6) – Livraria Figueirinhas (1944)

Foi fundada no Porto, em 1896, por António Figueirinhas, publicista e paladino da causa da instrução que, no mesmo ano, também fundou o jornal *Educação Nacional* (cf. *Nova Enciclopédia Larousse*, 1997: vol X, 3008). O seu neto, Mário Figueirinhas, refundou a empresa em 1944 e afirmou-se como editor proeminente:

[...] tendo sido o responsável pelo lançamento de obras de escritores como António Gedeão, António Correia de Oliveira, Alice Gomes, Ilse Losa, Teresa Rita Lopes, Luísa Dacosta, Irene Lisboa e Sophia de Mello Breyner Andersen, de quem editou os contos infantis. Notabilizou-se também na edição de dicionários, como o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Eduardo Pinheiro, o *Dicionário de Literatura*, de Jacinto Prado Coelho, e o *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão. Em

⁵ Vd. LUSA (2008), «Portugália Editora relançada terça-feira em novo grupo editorial», *RTP.pt*, 23.06, <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=166282&visual=3&layout=10> (consultada a 02.12.2010).

1993, a família Figueirinhas vendeu a livraria e a editora, e Mário Figueirinhas passou a editar em nome próprio.⁶

(7) – Editorial Confluência (1942)

Constituída em Lisboa pelo pintor e designer gráfico Eduardo Calvet de Magalhães, em associação com o investigador de história Jaime Cortesão Casimiro, teve a colaboração de Adolfo Casais Monteiro, determinante no movimento gerado no início da década de 40 para o conhecimento de Fernando Pessoa. Foi reorganizada pelo artista plástico e escritor António Pedro, em 1948, e por ele dirigida até 1966, período durante o qual iniciou a publicação dos prestigiados *Dicionários de Moraes*, depois continuada, a par de outros projectos, por Rogério de Moura (Livros Horizonte), que adquire a Confluência em 1969.⁷

(8) – Editorial Estúdios Cor (1949)

Foi criada em Lisboa por Fernando Canhão e pelo gráfico Manuel Correia. No entanto, é a partir de 1953 que a editora ganha ímpeto editorial, investindo na ficção, nomeadamente com a colecção *Latitude*, dirigida por Nataniel Costa, que inclui obras representativas das mais diversas tendências da literatura universal e que se distingue também pela qualidade gráfica e de tradução, bem como pela inclusão de prefácios sobre cada obra e o seu autor (cf. Medeiros, 2010: 134). Pela direcção editorial da Estúdios Cor passou também José Saramago, desde 1959, ano em que sucedeu a Nataniel Costa, até ao início dos anos 70, quando o capital da empresa se abriu a um novo grupo de accionistas ligados à banca e ao mundo empresarial – Moreira Rato, António Oliveira Pinto, Luís Arouca, Romeu de Melo e João Pires Lourenço. Romeu de Melo, com preponderância entre os accionistas, não era editor, e Natália Correia, então convidada para a direcção editorial, também não tinha experiência em funções editoriais. A empresa passou a editar segundo as preferências dos seus gestores, prestando uma menor atenção às tendências do

⁶ Vd. Infopédia, «Mário Figueirinhas», [http://www.infopedia.pt/\\$mario-figueirinhas](http://www.infopedia.pt/$mario-figueirinhas) (consultada a 01.12.2010).

⁷ Vd. «Biografia – António Pedro», <http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=10015> (consultada a 21/12/2011); leia-se também «Última Página», http://www.livroshorizonte.pt/catalogo_detalhe.php?idLivro=1056&catalogo=1&index=26&verTodas=1&let raInicial= (consultada a 27/12/2010).

mercado, o que levou a editora à decadência. Actualmente na posse de Luís Arouca, a sua actividade limita-se quase exclusivamente à venda dos fundos de catálogo ainda existentes.⁸

(9) – Contraponto (1950)

Editora fundada em Lisboa pelo escritor Luiz Pacheco (que foi inspector dos espectáculos e acumulou a escrita com a tradução e com a actividade editorial), publicou textos colectivos de autores como Mário Cesariny, Natália Correia, Herberto Helder e Vergílio Ferreira, assim como a primeira tradução portuguesa de Sade;⁹ Desde 2009 é uma chancela editorial do actual grupo Bertrand Círculo.

(10) – Editora Arcádia (1957)

Fundada em Lisboa e propriedade de Cruz Barreto, passou, em 1974, para a órbita da Companhia de Seguros Império, que, em sua representação, nomeou Nelson de Matos como administrador, funções que acumulou com a direcção editorial, até deixar a empresa em 1976. Pela Arcádia haviam antes passado outros editores de reconhecido mérito, como Manuel Dias de Carvalho e Paradela de Abreu, tendo a editora assumido grande relevo entre os anos 60 e 80, designadamente com a publicação da *Biblioteca Arcádia de Bolso* e de livros de banda desenhada. Os livros *Portugal e o Futuro*, de António de Spínola, e *Portugal Amordaçado* (1ª edição) de Mário Soares, que marcaram a transição para o 25 de Abril, têm igualmente a chancela da Arcádia.¹⁰ Passado um longo período de inactividade, nos últimos anos do século XX e primeira década de 2000, renasceu em 2010 integrada no grupo Babel.

(11) – Moraes Editora (1958)

Fundada em Lisboa como livraria, em 1922, por João de Araújo Moraes, foi adquirida e refundada, em 1958, por António Alçada Baptista, como forma de ultrapassar a necessidade de obter autorização estatal para constituir uma editora. A partir daí, a Moraes

⁸ Testemunho de Manuel Aquino, que foi director de produção da Editorial Estúdios Cor até à sua entrada, em 1973, na Editorial Presença.

⁹ Vd. Infopédia, «Luiz Pacheco», [http://www.infopedia.pt/\\$luiz-pacheco](http://www.infopedia.pt/$luiz-pacheco) (consultada a 31.05.2011).

¹⁰ Testemunho de Nelson de Matos; leia-se também «Editora Arcádia», http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Arc%C3%A1dia (consultada a 02.12.2010).

teve uma actividade literária e cultural relevante, uma relação polémica com a censura do Estado Novo e dificuldades financeiras sucessivas que, em 1971, levaram à concretização da sua venda à Sociedade Financeira Portuguesa. Foi adquirida, em 1973, por Jorge de Brito – proprietário do Banco Intercontinental Português e do jornal e editorial *O Século* –, seguindo-se, entre Abril de 1974 e Julho de 1975, um período de conflito com a comissão de trabalhadores que toma o poder dentro da empresa. Deste processo resultou a integração no Instituto de Participações do Estado, que nomeou Nelson de Matos como administrador, cargo que, entre 1976 e 1980, acumulou com a direcção editorial. Para a história fica a importância de um projecto de dinamizado com o grande empenhamento de uma nova geração de católicos (Pedro Tamen, João Benard da Costa, Nuno de Bragança, Alberto Vaz da Silva, José Domingos de Moraes) com preocupações idênticas às de Alçada Baptista.¹¹

(12) – Prelo Editora (1960)

Fundada em Lisboa por Rui Moura (irmão de Rogério de Moura, dos Livros Horizonte) que à actividade cultural juntava uma empenhada militância política antifascista, a Prelo Editora iniciou-se com *Matai-vos uns aos outros*, de Jorge Reis, que havia ganho o Prémio Camilo Castelo Branco. Na colecção de ficção portuguesa, a Prelo lançou muitos novos autores portugueses, hoje bem conhecidos, como Irene Lisboa, Maria Judite de Carvalho ou Modesto Navarro. Uma colecção na área da economia, uma bem sucedida colecção técnica sobre fotografia e cinema e vários livros políticos – por norma objecto de censura e apreendidos pela PIDE poucos dias depois da sua publicação – fazem também parte da imagem de marca da editora. Entre os 300 livros que a Prelo publicou ao longo de duas décadas, merecem destaque uma edição de *Pantagruel* ilustrada por Júlio Pomar e *Teatro Português*, de Luiz Francisco Rebello.¹²

1.2. Editoras constituídas antes de 1970 que mantêm actividade relevante

Afortunadamente, muitas outras editoras constituídas antes de findos os anos 60 mantiveram actividade relevante nos 30 anos que decorreram até ao final do século XX e

¹¹ Sobre a Moraes Editora leia-se o livro *A aventura da Moraes*, (2006), coordenado por Teresa Tamen com testemunhos vários, designadamente de António Alçada Baptista e Pedro Tamen.

¹² Cf. NUNES, Maria Leonor, (2002), «Irmãos Moura: os três mosqueteiros», *JL – Jornal de Letras, Artes & Ideias*, 12 de Junho, 6-7.

nos 10 que já leva o século XXI. Aqui deixo registo de algumas de entre as que mais se evidenciaram neste período:

(1) – Livraria Bertrand (1732)

Originalmente uma livraria fundada em Lisboa pelo francês Pedro Faure, a Bertrand, que tem um longo e prestigiado historial de edição e comercialização do livro em Portugal, passou por diversos proprietários e múltiplas reestruturações. Cingindo-me à evolução nas últimas décadas, começo por remeter para Fernando Guedes (1987:43s), a quem se deve uma muito completa reconstituição da história da Bertrand:

[...] Na verdade, em 1942, o livreiro francês Marcel Didier adquiriu a maioria do capital da Bertrand e foi sob a sua égide – e gestão do francês George Lucas (1948-1975) como administrador-delegado – que a firma conheceu o seu máximo desenvolvimento e apogeu, transformando-se na maior distribuidora de livros e periódicos estrangeiros, abrindo livrarias por todo o País e mantendo a edição a um nível invejável.

Após a morte de Marcel Didier, em 1969, Georges Lucas promoveu a compra da posição deste pelo financeiro português Manuel Bullosa, nada se tendo alterado na condução dos negócios, mantendo-se o mesmo administrador-delegado e a mesma política empresarial.

Em 1993, Manuel Bullosa vendeu a Bertrand a uma sociedade financeira representada por José Sotto Mayor Matoso. Em 2006 foi comprada pelo Direct Group Bertelsmann, que, em 2010, vendeu ao grupo editorial Porto Editora todo o seu património, incluindo o universo Bertrand – editora, distribuidora e uma cadeia de 53 livrarias.¹³

(2) – Civilização Editora (1881)

A origem desta editora remonta à fundação de uma tipografia, no Porto, por João Fraga Lames. Retirado da vida editorial em meados da década de 1920, João Lames foi sucedido pelo seu filho Américo, o qual geriu a empresa até falecer, em 1977. A partir de então, e em resultado do processo de partilhas, o genro de Américo, Álvaro Moura Bessa,

¹³ Vd. Bertrand Livreiros, «Quem Somos», <http://www.bertrand.pt/gca/index.php?id=43>, (consultada a 01.12.2010).

assumiu com sucesso a condução do negócio da editora até ao final dos anos 1980. Liderada desde então por Pedro Moura Bessa, bisneto do seu fundador, a editora continua, passados 130 anos, a ser gerida no mesmo universo familiar. A Civilização publicou, em 1927, a primeira colecção de livros de bolso em Portugal, foi pioneira na publicação de álbuns de luxo no nosso país e, sendo actualmente a maior editora não integrada em qualquer grupo editorial – desenvolve actividade na edição, comercialização, logística e distribuição de livros, incluindo uma livraria virtual e 10 livrarias (cadeia *Books & Living*) –, assume-se como líder no mercado do livro ilustrado, além de editora de referência na edição de livros infanto-juvenis, livros ilustrados de luxo, livros práticos, livros de arte e guias de viagem. É também detentora de uma linha de literatura, biografias e ensaio, com autores de prestígio e reconhecimento internacional, e outra de álbuns e arquitectura portuguesas.¹⁴

(3) – Guimarães Editores (1899)

Foi fundada, em Lisboa, pelo poeta, ensaísta e bibliófilo Delfim de Brito Guimarães, que editou a primeira versão do *Capital* de Karl Marx, além das traduções de autores maiores, como Tolstói, Cervantes, Baudelaire, Victor Hugo, Zola, Alexandre Dumas, Balzac, Gorki, Goethe, Nietzsche. Foi continuada, entre 1933 e 1978, pela sua filha Maria Leonor, que, aos 24 anos, se tornou uma das primeiras mulheres exercendo como editora em Portugal. Com o apoio editorial de figuras como Alexandre O'Neill ou Alfredo Margarido, a Guimarães Editores acolheu inúmeras mulheres de grande craveira intelectual. Publicou importantes autores portugueses: Ferreira de Castro, Fernando Namora, Joaquim Paço d'Arcos, Augustina Bessa-Luís, David Mourão-Ferreira, Alfredo Margarido, Artur Portela, Mário Dias Ramos, Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Alexandre O'Neill, Mário Cesariny, Ary dos Santos, Rui Cinatti, Maria Teresa Horta, Ivette Centeno, Couto Viana, Fidelino de Figueiredo, José Marinho, Álvaro Ribeiro, ou Agostinho da Silva. Em 2008 a editora foi comprada pela PTP, SGPS, de Paulo Teixeira Pinto, e posteriormente integrada no grupo Babel.¹⁵

¹⁴ - Vd. Civilização Editora, «Quem Somos», <http://www.civilizacaoeditora.pt/sobre/> (consultada a 02.12.2010); sobre a Civilização leia-se o estudo *Civilização Editora – 130 anos no Universo Familiar dos Livros*, (2009) elaborado por Nuno Cravo no âmbito do Mestrado em Estudos Editoriais da Universidade de Aveiro.

¹⁵ Vd. Guimarães Editores, «História», www.guimaraeseditores.com/Historia.aspx (consultada a 04.12.2010).

(4) – Coimbra Editora (1920)

Fundada em Coimbra por um grupo alargado de sócios, na sua maioria professores de Direito da Universidade de Coimbra, afirmou-se na edição jurídica e foi nesse âmbito que, em 2009, integrou a sua actividade na Volters Kluwer Portugal. Em Março de 2010 firmou acordo com o grupo Leya para dinamização da sua rede livreira (17 lojas), que passou a incluir a carismática livraria Buchholz em Lisboa, e, em Agosto de 2010, celebrou uma parceria com a distribuidora Sodilivros, tendo em vista a intervenção conjunta nas áreas da produção gráfica (CE Gráfica), da distribuição (CE Sodilivros) e do retalho livreiro (CE Livrarias).¹⁶

(5) – Livros do Brasil (1944)

A iniciativa da constituição, em Lisboa, da editora Livros do Brasil, coube a António Augusto de Souza-Pinto, que concebeu esta editora como irmã gémea daquela que fundara na década anterior no Brasil. O grande projecto de partida centrou-se na edição sistemática, dirigida ao público-leitor português, de grandes escritores brasileiros – José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Erico Veríssimo, Jorge Amado, José Cândido de Carvalho, Euclides da Cunha, Cyro dos Anjos, Gilberto Freyre, João Condé, José de Alencar, Lygia Fagundes Teles, Octavio de Faria, Ribeiro Couto, Ruben Braga, João Guimarães Rosa, Herberto Sales e outros – e, paralelamente, na divulgação da nossa literatura no outro lado do Atlântico através da célebre colecção *Clássicos e Contemporâneos*, dirigida por Jaime Cortesão e ilustrada por Maria Helena Vieira da Silva. Não se ficou por aqui a relevância de uma casa editorial que tem já na sua direcção a terceira geração do fundador da empresa e com a qual trabalharam grandes artistas plásticos – Bernardo Marques, José Lima de Freitas, Costa Pinto, António Pedro, Infante do Carmo –, por cuja direcção passaram prestigiados escritores – Jorge de Sena, Rogério Fernandes, João Palma-Ferreira, Urbano Tavares Rodrigues, Alexandre O’Neill –, e que difundiu grande vultos da literatura mundial – Huxley, Hemingway, Steinbeck, Malraux, Camus, James Joyce, D.H. Lawrence, Papini, Moravia, Kafka, Orwell, Green, Proust,

¹⁶ Vd. Coimbra Editora, «Conheça a Editora, fundada em 1920», <http://www.coimbraeditora.pt/editora.asp> (consultada a 23.2.2011); leia-se também LUSA (2010), «Grupo Leya firma acordo com rede livreira da Coimbra Editora», *Público*, 08-12, http://www.publico.pt/Cultura/grupo-leya-firma-acordo-com-rede-livreira-da-coimbra-editora_1428990 (consultada a 23.2.2011); e LUSA (2010), «Coimbra Editora e a Sodilivros concentrados num único grupo», *Jornal de Negócios*, 23.08, http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=440341 (consultada a 23.2.2011).

Musil, Roman Roland, Virginia Woolf, Jorge Luís Borges, Agatha Christie, Thomas Mann, Capote, Maugham, Faulkner e outros. À editora Livros do Brasil cabe também o mérito de ter relançado o livro de bolso através da colecção *Miniatura*, de ter sabido manter viva a célebre colecção policial *Vampiro* (hoje com cerca de 700 títulos e que ao longo das últimas 6 décadas mantém a regularidade de publicação mensal), e de ter despertado também o interesse pela ficção científica com a criação da célebre e bem sucedida colecção *Argonauta*.¹⁷

(6) – Porto Editora (1944)

Constituída, no Porto, por Vasco Teixeira, pedagogo e professor universitário, acompanhado por um grupo de colegas (aos quais veio a adquirir posteriormente a totalidade do capital), e tendo como objectivo trabalhar nas áreas da educação, dos livros de referência e dos dicionários – sector que domina com uma quota de mercado próxima dos 60% –, mantém uma gestão familiar, liderada pelo filho, também Vasco Teixeira, em cooperação com os seus irmãos, José António Teixeira e Graciete Teixeira. Em 1999 a Porto Editora criou a livraria virtual *webboom.pt*, que se constituiu como principal ponto de venda *online* no nosso país e, em 2008, passou a *WOOK.pt*, numa altura em que também abriram portas as primeiras duas livrarias com o mesmo nome. No início dos anos 2000 internacionalizou e expandiu a sua actividade no sector escolar com a constituição das editoras Plural Moçambique e Plural Angola e com a aquisição da Areal Editores e da Lisboa Editora, tendo-se destacado com igual sucesso nas edições *multimedia* (Infopédia – a maior base de conteúdos educativos e culturais em Língua Portuguesa; Escola Virtual - primeira plataforma de *e-learning* direccionada para os ensinos Básico e Secundário; Diciopédia - um produto lançado em 1997 e actualizado todos os anos).

A partir de 2006 abriu-se à literatura (ficção e não-ficção, sob as chancelas Ideias de Ler e Albatroz) com a criação de uma Divisão Editorial Literária no Porto, à qual se seguiu a abertura, em 2008, da Divisão Editorial Literária de Lisboa (liderada por Manuel Alberto Valente). A partir de 2010 consolidou a posição de maior grupo editorial português ao comprar a Sextante (mantendo o anterior proprietário, João Rodrigues, como editor) e todas as empresas até aí integradas no Direct Group Bertelsmann – Portugal, agora

¹⁷ Cf. APEL, (1988), «António de Souza-Pinto recordado na Biblioteca nacional», *Livros de Portugal*, Fevereiro, 12-13; leia-se também Livros do Brasil, «história», <http://www.livrosdobrasil.com/hist.php> (consultada a 01.12.2010).

redenominado grupo Bertrand Círculo – Livrarias Bertrand, Bertrand Editora, Distribuidora Bertrand, Círculo de Leitores, Editorial Pergaminho, Quetzal e Temas & Debates.¹⁸

(7) – Publicações Europa-América (1945)

A editora deve a sua fundação, em Lisboa, a Francisco Lyon de Castro (falecido em 2004), que lhe imprimiu, ao longo das mais de cinco décadas de gestão, o seu carisma inconfundível, e é actualmente dirigida pelo filho, Tito Lyon de Castro, e netos. A actividade da editora, posteriormente alargada a Publicações Alfa, Edições CETOP, Editorial Inquérito, Livros de Vida Editores e Lyon Edições, regista no seu historial iniciativas relevantes, como a edição de autores nunca antes publicados em Portugal – Aragon, Hervé Bazin, Sartre, Claude Roy, Vercors, Marguerite Duras, Alejo Carpentier, Mário Vargas Llosa, Gabriel Garcia Marquez, Ernesto Sabato, Augusto Roda Bastos, Júlio Cortazar, Miguel Angel Asturias, Rómulo Galegos, Italo Calvino, Vasco Pratolini, Dino Busatti, Elio Vitorini e Alberto Moravia. Entre os maiores sucessos da editora, destacam-se: a *Colecção Saber*, iniciada em 1949 segundo o modelo da colecção *Que sais je?* das Presses Universitaires de France, e que conta hoje com mais de 300 livros; o lançamento, em 1952, da colecção de bolso *3 Abelhas*, que se prolongaria até ao final dos anos 60 e contemplaria cerca de 90 livros – incluindo nomes do neo-realismo italiano, do “novo romance americano” e autores de expressão portuguesa, como Manuel da Fonseca, Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, Cardoso Pires, José Gomes Ferreira, Jorge Amado, Guilherme da Fonseca; ou o projecto *Livros de Bolso Europa-América*, que levou ao prelo uma centena de livros entre 1971 e 1975 – englobando autores do século XX, mas também de séculos anteriores, como Júlio Dinis, Almeida Garrett, Gil Vicente. Refira-se ainda que as Publicações Europa-América foram, durante vários anos, a editora de Alves Redol e também de Fernando Namora e de Jorge Amado (cf. Leite, 2003: 61ss).¹⁹

¹⁸ Vd. Porto Editora, «Sobre nós – Historial», <http://www.portoeditora.pt/sobrenos/index/index/tema/historial> (consultada a 25.02.2011); leia-se também Queirós, Luís Miguel (2010), «Vasco Teixeira: Para um editor escolar, publicar ficção é fácil», *Público*, 17.11, http://www.publico.pt/Cultura/vasco-teixeira-para-um-editor-escolar-publicar-ficcao-e-facil_1466599?all=1 (consultada a 17.11.2010).

¹⁹ Vd. Publicações Europa-América, «Quem Somos», <http://www.europa-america.pt/privacy.php> (consultada a 01.12.2010).

(8) – Ulisseia Editora (1948)

As primeiras décadas da editora, constituída, em Lisboa, por Joaquim Figueiredo de Magalhães, orientam-se pelo espírito empreendedor e esclarecido do seu fundador, que foi buscar os membros do conselho de leitura aos seus conhecidos do Chiado – Branquinho da Fonseca, Casais Monteiro, Mário Henrique Leiria, Jorge de Sena, José Blanc de Portugal, João Gaspar Simões e outros, e que, assim rodeado, ganhou a reputação de primeiro editor moderno português. Bem colocado entre os jesuítas, os censores do regime e os comunistas, chegou a entregar traduções a presos políticos justificando que era preferível trabalharem do que conspirarem. Estruturou o projecto de edição em diferentes colecções – *Série Literária*, *Sucessos Literários*, *Documentos do Tempo Presente*, e *Atlântida* –, publicou pela primeira vez em português muitos escritores estrangeiros – Hemingway, Faulkner, Orwell, Steinbeck, Caldwell, Doris Lessing, Kingsley Amis, Pratolini, Caccioli, Moravia, Julien Green, Mauriac, Sagan –, e editou Cardoso Pires, Vergílio Ferreira, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca e David Mourão-Ferreira. Foi também a Ulisseia que publicou *Quarteto de Alexandria* de Lawrence Durrell, *On the Road* de Kerouac, *Memórias de Adriano* de Marguerite Yourcenar e *O Americano Tranquilo* de Graham Greene. No princípio dos anos 60, afastou-se da Ulisseia, depois de um período conturbado que colocou a empresa na dependência financeira da gráfica Casa Portuguesa, propriedade da sociedade Abel Pereira da Fonseca. A Ulisseia passou então a ser dirigida por Vítor Silva Tavares, que fundou a colecção *Poesia e Ensaio*, em torno de área a que a editora nunca se tinha dedicado. Em 1972, a Ulisseia foi comprada pela Editorial Verbo, mantendo uma linha editorial de qualidade. Em 2010, o grupo Babel adquiriu estas duas editoras e definiu para a Ulisseia uma estratégia de renovação, recuperando clássicos, reeditando a *Biblioteca de Autores Portugueses* e apresentando revelações seguras de Portugal, dos países lusófonos e do estrangeiro.²⁰

(9) – Edições ASA (1951)

Fundada no Porto por Américo da Silva Areal, falecido em 1976 e continuada pelo seu filho Américo Augusto, esta editora veio a ser alienada ao grupo Leya, em 2007. Com uma

²⁰ Vd. «Ulisseia», <http://www.babel.pt/>, (consultada a 17.12.2010); leia-se também PORTAS, Catarina (2008), «O último livro da Ulisseia s.f.f.» *Ípsilon*, 01.02, <http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=217736> (consultada a 25.02.2011); e COELHO, Alexandra Lucas (2007), «Resistência é a palavra», *Público*, 16.07, http://bibliomanias.no.sapo.pt/in_memoriamMHM.htm (consultada a 01.03.2011).

história conturbada até à revolução de Abril, marcada pela perseguição política de Américo da Silva Areal – apoiante de Humberto Delgado e activo na contestação ao regime – a ASA, que por três vezes vira as suas portas fechadas pela PIDE, pode finalmente conhecer tempos de prosperidade depois de 1974, sustentados especialmente pelos livros escolares, numa altura em que acaba a política do livro único.

Mais recentemente, no início dos anos 90, a instituição de concursos para os livros a adoptar nas disciplinas afectas aos vários graus de ensino redundou numa substancial perda da quota de mercado da ASA na comercialização de manuais escolares, levando-a a concentrar meios e energias na edição literária. Muito graças ao mérito de Manuel Alberto Valente, que, entre 1991 e 2008, assumiu a direcção editorial, a ASA afirmou-se neste domínio, tanto com a criação de novas chancelas (Lua de Papel, Caderno, Oceanos, Penélope, Babilónia), como com a publicação de obras e autores de qualidade em vários domínios da ficção e da não-ficção: literatura geral (autores portugueses e estrangeiros), literatura para a juventude, poesia, arte, arquitectura, desporto, saúde, gastronomia e turismo.²¹

(10) – Livros Horizonte (1953)

A criação desta editora, em Lisboa, deve-se a Rogério de Moura, uma grande figura da edição em Portugal (falecido em Novembro de 2008, quando era o decano dos editores em exercício), que iniciou a sua actividade em circunstâncias raras, começando por correr o país na visita a livrarias, para melhor conhecer o mundo editorial e livreiro, e conceber, em conformidade, o seu projecto editorial. Iniciou-se com a edição de três livros – *História do Cinema* (de Georges Sadoul), *O parto sem dor* (de Pierre Vellay) e *Vocabulário de Filosofia* (de Armand Cuvillier) – e, desde logo, a censura levantou problemas à publicação dos dois primeiros.²² A caracterização do trabalho desenvolvido pelos Livros Horizonte resulta clara das palavras de Cláudia Moura, que sucedeu a seu pai na gestão dos Livros Horizonte, e que relembra ter a editora ajudado a formar gerações de professores, editando livros de referência nas áreas da Filosofia, das Ciências Sociais, da História da Arte, da História de Portugal e da Economia. Ao longo de 55 anos de

²¹ Vd. Edições ASA, «Historial», <http://www.asa.pt/empresa/historical.php> (consultada a 25.02.2011); leia-se também a entrevista de Catarina Teixeira Pinto a Américo Augusto Areal, «Vou realizar um sonho», *Visão* (29.11.27), 142 e 144.

²² Cf. MARQUES, Vanda (20007), «Vida dedicada aos Livros», *Diário de Notícias*, 06.09, <http://dn.sapo.pt> (consultada a 23.11.2010).

actividade, publicou cerca de 2.000 títulos e centenas de autores, incluindo reconhecidos cientistas, académicos e intelectuais, como Joel Serrão, Oliveira Marques, Orlando Ribeiro, Vitorino Magalhães Godinho, Henrique de Barros, Joaquim Barradas de Carvalho, José-Augusto França, Victor de Sá, Jaime Cortesão, Francisco de Holanda, Reynaldo dos Santos, Nicolau Nasoni, Mário T. Chico, João dos Santos e Rui Grácio.²³

(11) – Livraria Almedina (1955)

Fundada em Coimbra por Joaquim Machado, a proximidade do meio universitário ditou a vocação da livraria e editora, inicialmente mais centrada na área do Direito, designadamente, através da publicação de teses de doutoramento – domínio a partir do qual sustentou o alargamento a outras áreas, em especial no âmbito das humanidades. A publicação, em 1966, do novo *Código Civil*, tornou-se o primeiro *bestseller* da livraria e deu um assinalável impulso à sua actividade editorial. Em 1973, Joaquim Machado abre um segundo espaço, igualmente em Coimbra, a Nova Almedina. Na década de 80 são criados dois depósitos de livros, um no Porto e outro em Lisboa, que acabam por também desempenhar funções de livraria. Em 1995, quando a empresa completa 40 anos de vida e o seu fundador chega aos 70 anos de idade, foi tomada a opção de profissionalizar a gestão e reorganizar a estrutura, criando uma *holding* e separando a actividade operacional em duas áreas – livreira e editorial. Foi o início de mais uma fase de crescimento sustentado do negócio, designadamente com a constituição de uma rede de livrarias que, em 2009, atingiram uma dezena de espaços e uma livraria virtual. Entretanto, em 2005, a Almedina, que se manteve na posse da família, e tem à sua frente Carlos Pinto, genro do fundador, iniciou a expansão para outras áreas de actividade, com a internacionalização (constituída a Almedina Brasil e estabelecidas parcerias para os mercados de Angola e Moçambique) e a compra das Edições 70 (com afirmação no campo das ciências humanas e sociais). Em 2008 foi adquirida a Actual Editora (vocacionada para a Economia e Gestão) e em 2009 foi criada a chancela Minotauro, para a publicação de literatura espanhola²⁴

²³ Cf. MORALES, João (2010), «A ordem natural das coisas», *Os Meus Livros*, Dezembro, 48-50.

²⁴ Vd. Almedina, «Historial», «Editoras» e «Lojas Almedina», em <http://www.almedina.net/catalog/> (consultada a 20.02.2011); sobre a Almedina leia-se o relatório de estágio em edição, «Frontispício: a Almedina no Arco do tempo», (2009), elaborado por Joana Portela no âmbito do Mestrado em estudos Editoriais da Universidade de Aveiro, 9-20.

(12) – Editorial Verbo (1958)

Editora criada em Lisboa por Fernando Guedes – um nome de referência na edição portuguesa e internacional que, entre muitos outros cargos de relevo, exerceu, entre 1992 e 1996, a presidência da IPA – International Publishers Association –, ganhou rapidamente o reconhecido prestígio que veio a manter ao longo das últimas cinco décadas. Fernando Guedes iniciou a actividade tacteando o mercado e procurando descobrir o que os colegas mais velhos teriam deixado livre, ou mais vulnerável, para aí lançar raízes, crescer e florescer; daqui resultou, dois anos depois, a publicação da *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, e foi assim encontrada a primeira vocação da editora – as obras de referência. Nos primeiros anos da década de 60, a Verbo, incentivada pela existência de um serviço criado no então Ministério da Educação para renovação e abastecimento das bibliotecas das escolas primárias, voltou as atenções para o mundo infantil e juvenil português, achando na literatura infanto-juvenil outro dos principais vectores de actuação. A colecção *Presenças*, iniciada em 1962, na qual foram publicados estudos e ensaios de alguns dos mais credenciados académicos, viria a constituir o terceiro pé da trípode – os textos universitários.

Mais tarde foi adquirida a Editora Ulisseia, e a Verbo expandiu-se com a criação da Verbo – Publicações Periódicas, da Crediverbo, da Verbo Escolar (sem actividade desde 1974), da Verbo de S. Paulo (Brasil), da Litécnica (Angola), da Verbo Postal e da Verbo Multimédia (cf. Verbo, 1998: 5ss).

As alterações profundas do mercado, em especial por via da concorrência introduzida no livro infanto-juvenil através dos hipermercados e também por via do impacte do digital nos livros de referência, tiveram forte efeito redutor no universo Verbo, ao longo da primeira década do séc. XXI, e abriram caminho à sua aquisição pelo grupo Babel, em 2009.

(13) – Editorial Estampa (1960)

Constituída, em Lisboa, por António Carlos Manso Pinheiro, esta editora conquistou o seu posicionamento no mercado em linha com o perfil intelectual, político e humano do seu fundador, falecido em 2007 e sucedido por sua filha Anna. Com uma perspectiva considerada de vanguarda para a época, a Estampa publicou, ainda antes do 25 de Abril, traduções de autores considerados de esquerda. Publicou romance, teatro e ensaio

de autores contemporâneos de renome, como Henry Miller, André Breton, Júlio Cortázar, Óscar Wilde, e clássicos como Platão, Descartes, Diderot e vários outros. Ainda na década de 70 publicou também as obras completas do prestigiado Almada Negreiros. Na década de 80, a Estampa, embora dando continuidade à linha editorial que caracterizara a década anterior, fica marcada pela publicação das obras completas de José Rodrigues Miguéis e pela historiografia, com realce para a *Nova História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Na década de 90 é de assinalar a publicação, em parceria com o Círculo de Leitores, da *História de Portugal*, em 8 volumes, dirigida por José Mattoso; foi também neste período que a editora iniciou a publicação de álbuns ilustrados e da colecção *Mestres Pintores*, bem como de livros infanto-juvenis, de obras ligadas ao movimento *new age*, de temas espiritualistas e holísticos, de livros dedicados à saúde mental e medicinas alternativas, e ainda de guias turísticos e guias linguísticos de conversação. Nos primeiros anos do século XXI, a Estampa abriu-se ainda ao *thriller* e ao ensaio.²⁵

(14) – Editorial Presença (1960)

Foi fundada, em Lisboa, por Francisco Espadinha, um dos mais notáveis editores portugueses, e pelo livreiro António Barata (proprietário da Livraria Barata, falecido em 1993, tendo a respectiva quota sido adquirida em 1995 pela Presença, da qual Manuel Aquino – que havia entrado para a empresa em 1973 – era já sócio minoritário). É hoje, já com três (João, Francisco e Ana) dos quatro filhos em cargos de gestão, uma das maiores e mais consistentes editoras independentes, como evidencia o historial e os testemunhos incluídos no livro editado em 2010 para celebração do 50º aniversário.

Dotado de grande intuição editorial e capacidade de perceber as tendências do público leitor, Francisco Espadinha estreou-se com a publicação do filósofo francês Jean Paul Sartre e, ainda nos alvares da editora, publicou também Samuel Beckett – um autor politicamente controverso; a atribuição do Prémio Nobel da Literatura a estes dois autores, em 1964 e 1969, respectivamente, revelava um auspicioso começo.

A década de 60 seria marcada pela publicação de teatro e ensaio, duas áreas nas quais a edição era parca em Portugal, o que contribuiu para uma boa procura desta linha editorial da Presença. Abolida a censura, muitas editoras lançaram-se na publicação de

²⁵ Vd. Editorial Estampa, «Historial e Missão», <http://estampa.pt/novosite/> (consultada a 30.11.2010).

obras antes proibidas. A Presença não descurou essa oportunidade mas foi apostando noutras áreas, antecipando-se, por exemplo, à “era dos livros práticos” que marcaria os anos seguintes, conseguindo assim – numa altura em que a concorrência era escassa – um forte aumento do volume de vendas.

Na década de 80 a Presença era já uma editora de média dimensão, com a *Biblioteca Textos Universitários* e a colecção *Cultura e Tempos Livres*, a liderarem nas vendas. A literatura portuguesa, com a publicação de Ruy Belo e de vários outros poetas, e a edição de autores consagrados, como David Mourão-Ferreira, Alçada Baptista, ou Augusto Abelaira, constituía uma componente relevante para o prestígio e também para o volume de vendas da Presença.

De 1980 em diante a ensaística e a ficção, com predominância para a segunda, consolidaram-se. Foi também nos anos 80 que a empresa se lançou mais intensamente na ficção literária, reformulando o programa e inaugurando a nova colecção *Grandes Narrativas*, iniciada com *O Mundo de Sofia*, de Jostein Gaarder, continuada nas décadas seguintes com outros êxitos como *Perfume*, de Patrick Süskind, *Vai Aonde te Leva o Coração*, de Susanna Tamaro, e *Harry Potter*, de J. K. Rowling (cf. Presença, 2010: 15ss).

(15) – Publicações D. Quixote (1965)

Fundada em Lisboa pela editora dinamarquesa Snu Abecassis, a D. Quixote teve uma grande importância na liberalização da esfera cultural em Portugal no final do Estado Novo. São disso exemplo os *Cadernos Dom Quixote*, uma publicação regular que desafiava quase mensalmente a censura, com temas como a social-democracia, os direitos das mulheres, a Cuba de Fidel Castro; temas que representaram em Portugal o que de melhor ia sendo feito no jornalismo internacional, sob a forma de pequenos livros. Snu Abecassis criou a editora que viria a tornar-se uma referência no panorama nacional tendo enfrentado vários problemas com a PIDE, que apreendeu edições inteiras de diversos livros que tentou publicar, por exemplo sobre a pílula, a guerra do Vietname ou a crise na Igreja Católica.

Snu nunca deixou de lutar para que em Portugal se quebrassem as barreiras que asfixiavam a cultura no nosso país. Carlos Araújo, director literário da editora, teve um papel preponderante como conselheiro, como dinamizador de projectos e também no estabelecimento de relações com o meio intelectual. A D. Quixote apostou na divulgação

de jovens autores portugueses, publicou autores galardoados com o Prémio Nobel da Literatura e criou uma vasta rede de contactos com agentes literários espalhados pelo mundo (cf. Pinto, 2022: 97ss).²⁶

Em 1981, na sequência da morte trágica de Snu Abecassis, a D. Quixote foi adquirida por Nelson de Matos que, ao longo de 23 anos – vendeu a totalidade do capital à Planeta em 1999, mas manteve-se como editor até 2004 –, conduziu a empresa a um lugar de destaque no panorama editorial português, trabalhando com prestigiados editores portugueses, como Manuel Alberto Valente (1981 a 1991), João Carlos Alvim, João Rodrigues, ou o então prometedor Alexandre Vasconcelos e Sá, que é hoje responsável pela editora Objectiva – grupo Santillana. Ao longo destes anos, a D. Quixote impôs-se com a liderança de catálogo dos mais relevantes autores de ficção literária nacional – António Lobo Antunes, Inês Pedrosa, João de Melo, José Cardoso Pires, Mário Cláudio, Lídia Jorge, Luísa Costa Gomes, Mafalda Ivo Cruz, Manuel Alegre, Pedro Rosa Mendes, Teolinda Gersão – e de nomes sonantes da literatura estrangeira – Garcia Marquez, Mario Vargas Llosa, Milan Kundera, Pepetela, Salman Rushdie, Thomas Mann e Günter Grass. Em Dezembro de 2007, a editora foi adquirida pelo empresário Miguel Pais do Amaral, passando a integrar o grupo Leya logo a partir da sua constituição em 2008.

1.3. Editoras constituídas depois de 1970

A partir dos anos 70 do século XX, a edição em Portugal conhece um *boom* avassalador. A dinâmica dos editores independentes, simultaneamente contribuindo e tirando partido da alteração dos condicionalismos políticos e socioculturais, foi factor determinante para que a difusão do livro e do conhecimento que lhe está associado vivesse tempos de fulgor. As muitas editoras constituídas ao longo destas quatro décadas – mais de uma centena –, a quantidade significativa de projectos desenvolvidos com assinalável qualidade e o desabrochar de autores portugueses de reconhecido mérito, constituem alguns dos factores que melhor ilustram uma nova realidade do país que, no estertor do Estado Novo, como ironizava José Gomes Ferreira, tinha 30% de analfabetos e 30 pessoas a fingir cultura em Lisboa. Não sendo possível no espaço deste trabalho, referir-me a todas

²⁶ Cf. LUSA (2010), «Camarate /30 anos: Snu Abecassis, editora destemida», *Correio do Minho*, 03.12, <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=39214> (consultada a 01.03.2011).

as casas editoriais nascidas nas imediações do 25 de Abril e nas décadas subsequentes, a opção foi no sentido de referenciar uma amostra significativa de editoras com diferentes dimensões, diferentes projectos e diferentes critérios editoriais:

(1) – Assírio e Alvim (1972)

Nasceu, em Lisboa, sem um projecto concreto, até que, entre 1975 e 1976, Manuel Hermínio Monteiro chegou à editora, que à data vivia mais da distribuição do que da edição. Entrou como vendedor, mas acabou por se envolver nas várias componentes do negócio e, completada a licenciatura em História, assumiu, em 1978, a coordenação editorial. Hermínio Monteiro elevou-se à condição de editor de excelência, com um relacionamento mítico com autores, colegas de profissão e amigos, e fez da Assírio e Alvim uma editora predominantemente atenta à poesia. Tratava como se fossem seus irmãos, poetas como Herberto Helder, Cesariny, António Franco Alexandre, José Agostinho Baptista, Manuel António Pina, Helder Moura Pereira, ou Tolentino. Faleceu aos 48 anos, deixando marcas indeléveis na vida editorial portuguesa. Foi sucedido pelo escultor Manuel Rosa, então co-editor da Assírio e Alvim.²⁷ Em 2011, dez anos depois da morte de Manuel Hermínio, a Assírio e Alvim celebra o trigésimo ano da sua colecção mais marcante, *Gato Maltês*, lançando uma “nova versão” que pretende, em pequenas dimensões e sob cuidado aspecto gráfico, levar ao leitor português um leque diversificado da melhor literatura universal, incluindo Anais Nin, Borges, S. João da Cruz, Pound, Conrad, Whitman, D. H. Lawrence, Eliot, Malcolm Lowry, Céline, Bashô, Henry James, Novalis, Melville, Pascoaes, Yeats, Tarkovskii e Cocteau.²⁸

(2) – Editorial Teorema (1973)

Fundada em Lisboa por um grupo de editores, entre os quais Carlos Araújo, que também passou pela D. Quixote nos seus primeiros tempos nas lides da edição, e que, em 1990, constituiu a Terramar, é com a aquisição pelo editor Carlos Veiga Ferreira, em meados de 1980, que a Teorema ganha relevância e vai formar um dos mais importantes

²⁷ Cf. COELHO, Alexandra Lucas (2001), «O Amor Todo», *Público*, 04.06, http://bibliomanias.no.sapo.pt/in_memoriamMHM.htm (consultada a 01.03.2011); leia-se também RIBEIRO, Anabela Mota (2001), «Manuel Hermínio Monteiro», *DNA (suplemento do Diário de Notícias)*, 12.05, <http://ofuncionariocansado.blogspot.com/2010/08/manuel-herminio-monteiro-entrevista-ao.html> (consultada a 01.03.2011).

²⁸ Vd. Assírio e Alvim, «Gato Maltês – 30 anos», <http://assirioalvim.blogspot.com/2011/01/gato-maltes-30-anos.html> (consultada a 02.03.2011).

catálogos literários com autores estrangeiros de referência. Destacam-se, entre outros, Jorge Luís Borges (obra completa), Vladimir Nabokov, Primo Levi, Patricia Highsmith, Ítalo Calvino, Raymond Carver, W. G. Sebald, Brett Easton Ellis, Fernand Braudel, Jacques Le Golf, Philippe Ariés, Georges Duby, Tom Sharpe, Nick Hornby, Enrique Vila-Matas, Quino ou Sempé. Em Dezembro de 2010, Carlos Veiga Ferreira deixou a Editorial Teorema, onde se mantinha como administrador e editor após a venda da editora ao Fundo Explorer em, 2007, e posterior aquisição pelo grupo Leya, em 2008, conjuntamente com as editoras que constituíam o grupo Oficina do Livro. Em consequência da saída, noticiada como resultante de diferendo com o grupo Leya, a direcção editorial da Teorema passou a ser exercida por José Oliveira, em acumulação com a direcção do sector de literatura infanto-juvenil da Editorial Caminho.²⁹

(3) – Editorial Caminho (1975)

Constituída em Lisboa, na órbita do Partido Comunista Português, a propriedade da Editorial Caminho foi posteriormente partilhada por um grupo de colaboradores, mantendo-se Zeferino Coelho como editor, cargo que continuou a desempenhar, com o mérito que lhe é reconhecido, depois da aquisição da empresa pelo grupo Leya, em 2007. A Editorial Caminho cresceu rapidamente, sobretudo na área da publicação de autores portugueses contemporâneos – ficção, poesia, livros para a infância e juventude, ensaística de temas portugueses –, e ganhou lugar entre as mais prestigiadas editoras. Para além de ser a editora de José Saramago (Prémio Nobel da Literatura em 1998), conta também, entre os autores publicados, nomes como Sophia de Mello Breyner Andresen, Mário de Carvalho, Maria Isabel Barreno, Almeida Faria, Alice Vieira, Ana Maria Magalhães, Isabel Alçada, Daniel Sampaio, Gonçalo M. Tavares, entre outros. Destacam-se igualmente as literaturas africanas de língua portuguesa, com autores como Mia Couto, José Craveirinha, Germano Almeida, Manuel Lopes, ou Ondjaki. A criação de uma editora em Moçambique – Editorial Ndjira – e outra em Angola – Editorial Nzila – reforçaram a importância da Caminho nesta área.³⁰

²⁹ Cf. ANDRADE, Sérgio C. (2010), «Carlos da Veiga Ferreira sai da Teorema», *Público*, 13.12, http://www.publico.pt/Cultura/carlos-da-veiga-ferreira-sai-da-teorema_1470732 (consultada a 13.12.2010).

³⁰ Vd. Editorial Caminho, «A Editora», <http://www.editorial-caminho.pt/gca/?id=280> (consultada a 30.11.2010).

(4) – Texto Editora (1977)

Fundada em Lisboa por um grupo de professores do ensino secundário, sob a liderança do sócio maioritário e administrador, Manuel José Ferrão, a Texto Editora iniciou a sua actividade tendo como objectivo primeiro a produção e divulgação do livro didáctico, domínio em que veio a ser bem sucedida, atingindo o segundo lugar no *ranking* das editoras escolares. Em meados da década de 2000, detinha cerca de 30% do mercado, logo a seguir aos cerca de 50% da Porto Editora, a qual, em período anterior, participara no seu capital social e no processo de modernização da empresa. Ao longo dos anos, a Texto entrou também nos domínios da edição de obras de não-ficção e de literatura infanto-juvenil. Em 1995, iniciou-se na publicação de produtos *multimedia* em português, na área do *edutainment*, inaugurando, no mesmo ano, o primeiro projecto de *e-commerce* – a Mediabooks.pt. No ano de 2001 foi introduzida uma nova área editorial vocacionada para a literatura de autores portugueses. O processo evolutivo compreende o início da internacionalização, em 1996, com a criação da Texto Editores – Moçambique, prosseguido com abertura da Texto Editores – Cabo Verde, em 2001, a aquisição da maioria do capital da Texto Editores – Angola, em 2002, a entrada em actividade da Texto Editores, SL, em Espanha, em 2005, e o arranque da actividade da Texto Editores – Brasil, em 2006. A forte implantação da Texto nos manuais escolares, aliada ao envolvimento nos domínios da edição infanto-juvenil, da edição de obras de não-ficção, da literatura portuguesa, e da *multimedia*, a que se somavam já então os benefícios de uma crescente internacionalização, tornou a editora apetecível para a entrada do empresário Miguel Pais do Amaral na actividade editorial e livreira, que a adquiriu, em 2007, constituindo-se como primeira empresa daquele que é agora o grupo Leya.³¹

(5) – Gradiva Publicações (1981)

Editora fundada em Lisboa por Guilherme Valente, que anteriormente passara pela Europa-América, pela D.Quixote (onde se cruzou com Carlos Araújo) e pela Presença e que concebeu a linha editorial da Gradiva com a missão de travar o combate pela cultura científica e de procurar participar no combate pelo conhecimento e pela educação. O editor chamou para o projecto, desde a primeira hora – como amigos, consultores, ou autores –,

³¹ Vd. Texto Editores, «Historial», <http://pt.textoeditores.com/index.jsp?p=11&idNoticia=1> (consultada a 01.12.2010).

figuras como Carlos Fiolhais, José Mariano Gago, Jorge Dias de Deus, Nuno Crato, Jorge Buescu, Paulo Crawford, Desidério Murcho, A. Manuel Baptista, Paulo Gama Mota, Jorge Lima e vários outros. No catálogo da Gradiva constam nomes de grande vulto, como os do português João Lobo Antunes e dos autores estrangeiros Sagan, Dawins, Hawking, entre outros. Tendo-se afirmado como a mais prestigiada editora no domínio da divulgação científica, a Gradiva abriu-se também a outros segmentos de edição, como é o caso da banda desenhada (é, por exemplo, a editora de *Calvin & Hobbes*). Conta actualmente com um dos escritores mais vendidos em Portugal, José Rodrigues dos Santos, e, em 2010, incluiu Umberto Eco no seu catálogo.³²

(6) – Relógio D'Água (1983)

Constitui mais um exemplo de estreita ligação entre a imagem da casa editorial (independente e de média dimensão) e o seu editor desde a primeira hora, Fernando Vale, um dos fundadores desta prestigiada editora. O pensamento de Francisco Vale sobre a edição em Portugal neste período de viragem de milénio é assumido pelo próprio de forma clara (Vale, 2009: 26s):

Editar surge como uma profissão de risco neste início de século, quando se ignora ainda onde vão ficar as fronteiras do livro tipográfico passada esta segunda fase do digital.

Cada vez mais a razão de ser de um editor está na sua capacidade de escolha, de ir construindo um catálogo de referência que atraia os autores e inspire confiança aos leitores. O resto é a agilidade de uma estrutura, o financiamento, a qualidade das traduções e revisões, o grafismo, a paginação e a promoção.

Com uma linha editorial abrangente, a Relógio D'Água é especialmente relevante na edição de poesia e na ficção estrangeira, embora se abra também à literatura portuguesa. O catálogo inclui ainda teatro, artes, comunicação, literatura juvenil, filosofia, ciências e várias colecções mais específicas, ligadas à música, à arquitectura e ao cinema. Na poesia, sobressaem importantes autores portugueses – Fernando Pessoa, Cesário Verde, Ruy Cinatti, Fiamma Hasse Pais Brandão, Joaquim Manuel Magalhães, João Miguel Fernandes

³² Vd. DE RERO NATURA Blog (2007), «Entrevista a Guilherme Valente», 30.04, <http://dererumundi.blogspot.com/2007/04/entrevista-guilherme-valente.html> (consultada a 01.12.2010).

Jorge, José Miguel Silva, Jaime Rocha, Fernando Pinto do Amaral e António Ramos Rosa –, e edições bilingues como as de Hölderlin, Rimbaud, Blake, Rilke, Yeats, Lorca, John Ashbery, T. S. Eliot, Auden, Seamus Heaney, Sylvia Plath, Neruda, Charles Tomlinson e Szyborska. Na ficção estrangeira merecem destaque, entre outros, Ballester, Karen Blixen, Hermann Broch, Dagerman, Duras, Richard Ford, Peter Handke, Ishiguro, Clarice Lispector, Javier Marías, Cormac McCarthy, Carson McCullers, Muñoz Molina, Virginia Woolf, Beckett, Kerouac, Roddy Doyle, J. G. Ballard, e Irvine Welsh. Entre os portugueses contam-se, no romance, Clara Pinto Correia, Hélia Correia, Maria Gabriela Llansol, Rui Nunes e Luísa Costa Gomes, e, no ensaio, José Gil, António Barreto e Nuno Nabais. A lista de ensaios e obras filosóficas contempla Platão, Montaigne Nietzsche, Foucault, Benjamin, Freud, Deleuze, Hannah Arendt e George Steiner, e inclui pensadores como Virilio, Baudrillard, Vilém Flusser, Lipovetsky, Elisabeth Badinter, Gianni Vattimo, Savater, Camille Paglia, e Hans Magnus Enzensberger.³³

(7) – Editorial Notícias / Casa das Letras (1985)

Tem um historial rico e atribulado que remonta à fundação do jornal *Diário de Notícias* em 1864, em Lisboa, à sua redenominação como Empresa do Diário de Notícias, em 1919, à subsequente conversão em Empresa Nacional de Publicidade, no ano de 1928 – a qual publicou obras de grande relevo, em fascículos, e com posterior encadernação de luxo, como *A Selva* e *a Volta ao Mundo* de Ferreira de Castro, ou *Oito Séculos de Arte Portuguesa* (em 3 volumes) do Professor Reinaldo dos Santos –, e à reconversão em Empresa Pública Notícias Capital (por fusão com a Sociedade Gráfica de “A Capital”), de cuja reorganização, em 1985, resultou a criação da Editorial Notícias. Esta casa editorial privilegiou o ensaio político, a ficção, a história, as religiões, o memorialismo, a comunicação social e a ciência. A Editorial Notícias teve, inicialmente, duas livrarias em Lisboa, no Rossio e Chiado, e uma no Porto, na Rua Sá da Bandeira, e era também proprietária da Editorial Domingos Barreira, uma editora de livros escolares sediada no Porto. Desde 1985 até 1998, António Baptista Lopes assumiu as funções de administrador e editor, e foi ainda no seu tempo, em inícios dos anos 90, que a Editorial Notícias

³³Vd. Relógio D’Água, «Nós», <http://www.relogiodagua.pt/canais/article.asp?id=117&lang=1&CurrentID=103> (consultada a 09.03.2011).

transitou para o grupo Lusomundo, passando a englobar mais duas livrarias, uma nos cinemas Alfa, em Lisboa, e outra num centro comercial em Évora.

Posteriormente, continuaria a ser objecto de múltiplas e profundas alterações societárias. Em 2000 passou a integrar o grupo PT, que adquiriu a totalidade da Lusomundo. No mesmo ano tomou participação no capital da Oficina do Livro para procurar suprir graves dificuldades financeiras resultantes da falência da sua distribuidora – Diglivro. Em 2004, o grupo JRP – Entretenimento, SGPS comprou a Oficina do Livro e a Editorial Notícias, cuja designação foi alterada, em 2005, para Casa das Letras. Em 2007 o Fundo Explorer I adquiriu 75% do conjunto de editoras então designado por grupo Oficina do Livro – Oficina do Livro + Casa das Letras + Estrela Polar –, ficando os remanescentes 25% na propriedade de António Lobato Faria que, com Gonçalo Bulhosa, havia fundado a Oficina do Livro. Finalmente, em 2008, o grupo Leya adquiriu ao Explorer Investments, detentor do Fundo Explorer I, o grupo Oficina do Livro.³⁴

(8) – Girassol Edições (1994)

Fundada em Lisboa pelo editor Fernando Sarmento, em sociedade com Susaeta Ediciones SA – líder na publicação de livros infantis e juvenis no mercado de língua espanhola –, esta editora merece realce pelo rápido sucesso e crescimento alcançados no livro infanto-juvenil, numa altura em que as grandes superfícies passaram a dedicar um considerável espaço ao comércio do livro.³⁵ A Girassol tem um extenso catálogo de livros infanto-juvenis, mensalmente renovado, e que conta com mais de 150 colecções, correspondentes a cerca de 400 títulos. A gama infantil inclui livros para colorir e de actividades, educativos, de banho, de contos e histórias clássicas, e ainda obras de referência, destacando-se a *História de Portugal*, os grandes feitos dos portugueses e as tradições do país. Nos últimos anos a editora abriu o seu catálogo à edição de livros com temas de culinária, auto-ajuda, *bricolage* e livros de arte.³⁶

³⁴ Testemunho de António Baptista Lopes; leia-se também: LUSA (2005) «Editorial Notícias muda chancela para Casa das Letras», *Público*, 14.03, http://www.publico.pt/Cultura/editorial-noticias-muda-chancela-para-casa-das-letras_1218119 (consultada a 21.12.2010); BLOGTAILORS (2007), «Explorer Investments adquire o controlo do grupo Oficina do Livro», 18.12, <http://blogtailors.com/2918606.html> (consultada a 10.03.2011); e COUTINHO, Isabel / FARIA, Ana Rita (2008), «Explorer Investments vende editoras ao grupo Leya de Pais do Amaral», *Público*, 13.05, http://economia.publico.pt/Noticia/explorer-investments-vende-editoras-ao-grupo-leya-de-pais-do-amaral_1328631 (consultada a 09.03.2011).

³⁵ Em 1985, no Continente de Matosinhos.

³⁶ Vd. Girassol – Edições, «Empresa», <http://www.girassol-edicoes.pt/quemsomos.asp> (consultada a 13.12.2010).

(9) – Editorial Pergaminho (1997)

Constituída em Lisboa por Mário Moura (irmão de Rogério de Moura, dos Livros Horizonte), a Editorial Pergaminho tem uma génese e um desenvolvimento muito próprios e intimamente ligados com a personalidade *sui generis* e a ampla vivência editorial do seu fundador. Sempre muito atento ao mercado e às suas lacunas, Mário Moura começou por criar a editora Fundo de Cultura, no Brasil, optando por publicar livros para as universidades, quando a economia deste país começava a despontar. Regressou a Portugal, no final dos anos 80, sem intenção de voltar ao mundo editorial, mas acabou por fundar a Pergaminho, com o intuito de publicar um ou dois livros por ano. Um dos primeiros autores que editou foi Paulo Coelho, cujo primeiro livro vendeu pouco e levou dois anos a esgotar a edição, mas que com os livros seguintes, acabou por se tornar um dos maiores sucessos de vendas, atingindo, no dealbar dos anos 2000, um milhão de exemplares vendidos. Em 1996, Mário Moura passou a dedicar-se em exclusivo à editora, que rapidamente começou a editar cerca de 90 novos títulos e a fazer mais de uma centena de reedições por ano.³⁷ Tendo privilegiado, inicialmente, obras de história, gestão e humanidades, a Pergaminho transformou-se numa das principais editoras portuguesas na área de não-ficção, com um fundo de catálogo de mais de quinhentos títulos, ao ter alargado a sua oferta a temas como auto-ajuda, espiritualidade e psicologia. A “cereja em cima do bolo” continua a ser a exclusividade dos direitos de autor de Paulo Coelho, para Portugal.³⁸ Em 2008, Mário Moura vendeu a Editorial Pergaminho ao Direct Group Bertelsmann – Portugal que, por sua vez, em 2010, alienou ao grupo Porto Editora todas as suas empresas e chancelas editoriais, incluindo a Pergaminho.

(10) – Oficina do Livro (1999)

Fundada por António Lobato Faria e Gonçalo Bulhosa, em Lisboa, a Oficina do Livro afirmou-se rapidamente no mercado editorial, tendo sido distinguida com o Prémio Inovação no 2º Congresso de Editores, em 2006. Com uma aposta forte em autores portugueses, de ficção e não-ficção, o seu catálogo contempla nomes como Miguel Sousa

³⁷ Cf. NUNES, Maria Leonor, (2002), «Irmãos Moura: os três mosqueteiros», *JL – Jornal de Letras, Artes & Ideias*, 12 de Junho, 6-7.

³⁸ Vd. Editora Pergaminho, «Sobre a Editora», <http://editorapergaminho.blogspot.com/p/sobre-editora.html> (consultada a 06.12.2010).

Tavares, Margarida Rebelo Pinto, José Manuel Saraiva, Gonçalo Cadilhe, Mário Zambujal, Baptista-Bastos, Possidónio Cachapa, Hugo Gonçalves, Pedro Canais, Laurinda Alves ou Eduardo Sá. A sua estratégia inclui também a aposta em jovens autores, como José Mário Silva, Norberto de Moraes ou Diana Mendonça. O livro infanto-juvenil, também com a aposta em autores portugueses, é outra área em que a editora tem investido. Merece também realce a *Colecção Ovelha Negra*, que tem como objectivo acolher autores premiados e obras-chave latino-americanas da actualidade. A partir do ano 2000 a editora passou a estar associada à Editorial Notícias / Casa das Letras, tendo, em 2004, sido adquirida pelo grupo JRP – Entretenimento, SGPS, o qual, em 2007, a vendeu ao Fundo Explorer. Em 2008 foi englobada na Leya, mantendo-se António Lobato Faria como administrador, editor e detentor de 25% do capital, até que vendeu a restante participação no capital social e cessou funções em Setembro de 2009.³⁹

(11) – Saída de Emergência (2003)

Fundada em Lisboa por Luís Corte Real, publicitário, e António Vilaça, gestor, é uma das editoras independentes mais jovens e mais bem sucedidas no mercado editorial, evidenciando que a concentração editorial não esgota o espaço para novos projectos independentes com inovação e qualidade. Pretende sair da rotina, aposta num programa editorial atractivo e em capas com um design gráfico moderno e chamativo. Com uma dinâmica muito acentuada e um catálogo que cobre praticamente todos os géneros literários, do *thriller* ao romance histórico, da literatura fantástica à contemporânea, a Saída de Emergência tem-se afirmado, entre as editoras de constituição mais recente, como uma das que conheceu um maior crescimento no mercado editorial e livreiro.⁴⁰

(12) – A Esfera dos Livros (2005)

Constituída em Portugal como subsidiária de La Esfera de los Libros (do universo

³⁹ Vd. Oficina do Livro, «Sobre a Oficina do Livros», <http://www.oficinadolivro.pt/site/sobreOficina.aspx> (consultada a 30.11.2010); leia-se também BLOGTAILORS (2007), «Explorer Investments adquire o controlo do grupo Oficina do Livro», 18.12, <http://blogtailors.com/2918606.html> (consultada a 10.03.2011); leia-se também LUSA (2009), «António Lobato de faria sai da oficina do Livro», *Público*, 08-12, http://economia.publico.pt/Noticia/antonio-lobato-faria-sai-da-oficina-do-livro_1399662 (consultada a 11.03.2011).

⁴⁰ Vd. BLOGTAILORS (2007), «Edições Saída de Emergência: entrevista com António Vilaça», 12.10, <http://blogtailors.com/2953293.html> (consultada a 20.12.2010).

do grupo italiano Rizzoli), A Esfera dos Livros é exemplo de uma prática recente: a entrada de grupos editoriais internacionais em Portugal, que apostam em áreas menos exploradas no mercado e trabalham fundamentalmente com profissionais de nacionalidade portuguesa. O catálogo da editora está aberto a todos os campos da não-ficção, de autores nacionais ou estrangeiros, como biografia, ensaio, história, saúde, psicologia, bem-estar, jornalismo de investigação e esoterismo. Privilegia temas inovadores, e preocupa-se com uma apresentação gráfica atraente e com a qualidade de produção dos livros.⁴¹

(13) – Tinta-da-China (2005)

Editora fundada em Lisboa por Bárbara Bulhosa, com duas sócias, surge como exemplo da inovação e empreendedorismo de uma nova geração de editores independentes. Apaixonada por livros desde os tempos de estudante universitária, a editora, que antes havia integrado a direcção da livraria Bulhosa, imprimiu à Tinta-da-China uma imagem ousada e irreverente, à semelhança da sua personalidade. Sendo uma casa editorial criada de raiz, assume-se como totalmente independente, e dirige-se maioritariamente ao público adulto mais jovem. Para isso, utilizou a blogosfera como principal ponto de apoio e apostou também em autores jovens como Rui Tavares, João Pedro George, Pedro Oliveira, Carlos Leone e Ricardo Araújo Pereira.⁴²

(14) – Nelson de Matos Edições (2007)

Assume, na actualidade, a característica única de editora unipessoal, criada por Nelson de Matos, um dos relevantes editores no último quartel do século XX e dealbar do século XXI, que, entre 1974 e 1976, iniciou na Editorial Arcádia um percurso notável, prosseguido na Moraes Editora (1976-1981), continuado nas Publicações D. Quixote (1981-2004) e com passagem pela Ambar (2004-2007), imediatamente antes de assumir o projecto que leva o seu nome.

As Edições Nelson de Matos são uma pequena editora sediada em Lisboa e dirigida pelo seu proprietário, cujo catálogo foi sendo formado paulatinamente, subordinado aos princípios ditados pela experiência e pela personalidade do editor:

⁴¹ , Vd. A Esfera dos Livros, «O que é a esfera», <http://www.esferadoslivros.pt/aesfera.php> (consultada a 04.12.2010).

⁴² Vd. PINTO, Catarina Teixeira (2008), «É essencial ser ousado», *Diário de Notícias*, 24.05, http://www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1000076 (consultada a 11.03.2011).

respeito pelos leitores e respeito pelos autores. A linha editorial está organizada em seis colecções: *História de Hoje*, para textos sobre a actualidade, as biografias, as memórias, a política, a reportagem, e a história contemporânea; *Mil Horas de Leitura*, que integra a literatura nacional e estrangeira, clássica ou moderna, ficção ou poesia; *Pensar/Navegar*, que contempla o ensaio e a reflexão, as diversas disciplinas de que se ocupam actualmente as ciências humanas e sociais; a *Biblioteca Infantil* e a *Biblioteca Juvenil*, dirigidas àqueles que hão-de ser os leitores do futuro; e *Outras Direcções*, que abrange textos mais ligeiros e dispersos, de intervenção ou de entretenimento.⁴³

(15) – Objectiva (2009)

Editora dirigida pelo jovem e dinâmico editor Alexandre Vasconcelos e Sá, trata-se de mais um exemplo da constituição de uma editora portuguesa subsidiária de um grupo editorial estrangeiro, neste caso a Santillana (grupo Prisa), que, em Portugal, trabalha com as chancelas: «Alfaguara» para ficção literária – autores de renome e novas vozes da literatura contemporânea nacional e internacional; «Suma» para ficção de entretenimento; «Objectiva» para não ficção – temas de história, política, psicologia, sociedade, economia, memórias, biografias, humor, lazer, saúde e bem-estar; e «Alfaguara» para os leitores mais novos – livros para crianças e jovens.⁴⁴

⁴³ Testemunho de Nelson de Matos; leia-se também «Edições Nelson de Matos», <http://www.edicoes-nelsondematos.com/> (consultada a 10.01.2011).

⁴⁴ Vd. Objectiva, «Objectiva – A Editora do Grupo Santillana em Portugal», <http://www.objectiva.pt/objectiva.aspx> (consultada a 06.12.2010).

2. Liberdade democrática fomenta hábitos de leitura e difusão do livro

Liberta das peias impostas pela censura, com o 25 de Abril de 1974, a sociedade portuguesa abriu-se rapidamente ao conhecimento de realidades, temas e práticas que lhe tinham sido vedados durante os longos anos de ditadura. À avidez de saber que emergia na vontade dos portugueses corresponderam os editores abrindo as suas linhas editoriais a autores antes proibidos pelo Estado Novo e a temas até então inacessíveis, por imposição dos agentes de censura ao serviço do regime. À publicação e comercialização livre de obras antes proibidas pela sua incompatibilidade ideológica com um regime ditatorial, sucedeu-se a abertura a temáticas políticas e sociais antes impensáveis. O obscurantismo e promoção da imagem cultural e ideológica do Estado Novo, sempre subordinada ao axioma «politicamente só existe o que o público sabe que existe»⁴⁵, definido por Salazar, deu lugar à intervenção do Estado como dinamizador e apoiante de actividades relevantes no domínio da criação literária livre e do fomento dos hábitos de leitura.

2.1. A evolução de temas e conteúdos reflecte fim da censura em Portugal

Para ilustrar o que se passou nesses tempos, na generalidade do mercado do livro, relativamente à evolução de temas e conteúdos, o programa editorial do Círculo de Leitores – clube do livro, que, no final de 1972, já contava com mais de 150.000 sócios, aumentados para 300.000 em 1975, correspondentes a outras tantas famílias – constitui um caso paradigmático. Como já tive oportunidade de mostrar em *À Janela dos Livros* (Beja, 2011: 123s):

A abolição da censura veio potenciar, junto dos leitores, a apetência pelo anterior «fruto proibido»: os livros e autores até aí vetados pela censura e os temas de carácter político e sexual. Neste domínio, *Bastardos do Sol*, de Urbano Tavares Rodrigues, o livro recomendado do trimestre iniciado em Julho de 1974, constitui o caso mais exemplar do novo paradigma editorial, ao tornar-se o primeiro *bestseller* do clube com oitenta mil exemplares vendidos.

⁴⁵ Discurso de 26 de Outubro de 1933, na inauguração do Secretariado de Propaganda Nacional (Nogueira, 1977, vol. II: 242).

Ainda em 1974, no último trimestre, foram publicados ensaios de cariz político como *O Marxismo*, de Henri Lefèvre e *O Capitalismo*, de François Perroux, logo seguidos ao longo de 1975 por *As Atitudes Políticas*, de Alain Lacelot, *O socialismo Reformista*, de Georges Lefranc, *A ciência Política Actual*, de Marcel Prélot, *O socialismo*, de G. Bourguin e P. Rimbart, *A Propaganda Política*, de Charles Domenach, *Os Estudantes e o Esquerdismo*, de Claude Prévost, *Sobre a Democracia e Outros Estudos*, de Aldous Huxley, *Testamento final*, de Nikita Kruchtchev, *História Social do Trabalho*, de Pierre Jacquard, *A Política*, de Aristóteles, *Quando a China Despertar*, de Alain Peyreffitte e *Iniciação ao Sindicalismo*, de Lucien Rioux.

Temas do domínio sexual e erótico, cuja abordagem se iniciara de forma muito ligeira no III trimestre de 1972, com *A mulher, Enigma Psico-sexual*, de Pierre Vachet, tiveram a sua explosão em 1975: em Janeiro foi publicado *A Máquina do Amor*, de Jacqueline Susann, em Abril *Tudo o Que Você sempre Quis Saber sobre o Sexo*, de David R. Reuben, em Julho *Sexus*, de Henry Miller, e, no último trimestre de 1975, foi lançada uma *Enciclopédia da Vida Sexual* (em cinco volumes) e incrementado o destaque dado pela revista-catálogo à literatura erótica, incluindo alguns dos livros já anteriormente publicados e aos quais acrescia *Fanny Hill*, *Memórias de Uma Libertina*, de John Cleland.

Em simultâneo com a adequação do programa literário aos novos tempos e aos novos interesses dos seus sócios, a própria estrutura da *Revista Círculo de Leitores* passa a reflectir uma ampla abertura à sociedade, tanto no que respeita à forma de comunicação como por uma maior interacção com os autores portugueses e a inclusão de referências a grandes temas da actualidade. É nesse contexto que são publicadas entrevistas com Maria Teresa Horta, Fernando Namora, ou Vitorino Nemésio. A própria terminologia utilizada para promoção do livro e dos hábitos de leitura, e que enquadra as entrevistas a estes dois últimos autores, espelha a época que se vivia: «Cidadão que lê é cidadão duas vezes», na revista do III trimestre de 1975, e «A cultura dá força ao trabalho. O trabalho transforma a sociedade», na do IV trimestre do mesmo ano.

Em paralelo, a curiosidade dos leitores despertava não apenas para os grandes clássicos como também para os principais autores contemporâneos da literatura nacional e estrangeira, o que, sem sombra de dúvida, se constituiria igualmente como incentivo à escrita para os autores portugueses. Foi o que aconteceu com escritores já então consagrados, como são exemplo os inquestionáveis de Agustina Bessa-Luís, Alexandre

O'Neill, Alexandre Pinheiro Torres, Almeida Faria, Ary dos Santos, Augusto Abelaira, Baptista-Bastos, Eugénio de Andrade, Fernando Assis Pacheco, Fernando Namora, José Cardoso Pires, Maria Isabel Barreno, Manuel da Fonseca, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa, Mário Cesariny, Natália Correia, Pedro Tamen, Sophia de Mello Breyner Andresen, Urbano Tavares Rodrigues, Vergílio Ferreira, Vitorino Nemésio, entre muitos outros.

A estes juntam-se agora nomes até então (quase) desconhecidos. A partir da segunda metade dos anos 1970 e ao longo dos anos 1980, sobe à cena uma nova plêiade de autores portugueses contemporâneos de grande qualidade, como António Lobo Antunes, Dinis Machado, Eduarda Dionísio, Fernando Dacosta, Guilherme de Melo, Horácio Tavares de Carvalho, João Aguiar, João de Melo, Luísa Costa Gomes, Mário de Carvalho, Lídia Jorge, Mário Cláudio, Mário Ventura, Teolinda Gersão, Vasco Graça Moura, para além de tantos outros, com inevitável destaque para José Saramago, galardoado, em 1998, com o Prémio Nobel.

Ao enorme interesse pela literatura portuguesa, seguiu-se, a partir do dealbar dos anos 1990 e ao longo de mais de uma década, uma grande apetência por temas relativos à historiografia portuguesa; passada a euforia por temas antes proibidos – política e sexo –, e mais apaziguada a sede de novidades da prolífera literatura portuguesa contemporânea, a atenção dos leitores virou-se para o melhor conhecimento da história e dos costumes portugueses. No mesmo período, deu-se igualmente a explosão dos livros infanto-juvenis, dos livros práticos e de ensaio, com características de divulgação social e científica. Entretanto, foi também vingando a literatura internacional de entretenimento e, com a entrada nos anos 2000, a concentração de interesses em «literatura ligeira» portuguesa, especialmente a produzida por figuras mediáticas, em paralelo com os livros de auto-ajuda e os temas esotéricos.

2.2. A importância do Círculo de Leitores na difusão do livro (1971-2001)

Ao longo das três primeiras décadas de vida, e com maior ênfase a partir da instituição das liberdades democráticas em 25 de Abril de 1974, a divulgação do livro e o fomento dos hábitos de leitura tiveram no Círculo de Leitores – clube subsidiário do maior grupo europeu de media, a Bertelsmann, até à aquisição pelo grupo Porto Editora no ano

de 2010 –, uma expressão ímpar no mundo editorial. No início da década de 1990, ao completar vinte anos de actividade, o clube do livro era a maior editora em Portugal, contando meio milhão de sócios, a publicação anual de duzentos títulos e dois milhões de livros distribuídos em cada ano

Fundado em 16 de Outubro de 1970, o Círculo de Leitores iniciou a sua actividade editorial, em sistema de clube do livro, no primeiro trimestre de 1971. Tratou-se, à data, de uma verdadeira pedrada no charco. Num país fechado sobre si mesmo, com um apertado sistema de censura política e um grau de analfabetismo na ordem dos 30%, poucos acreditaram que a aventura então começada fosse duradoura e bem-sucedida.

A receptividade do público a um modelo inovador que, para além de disponibilizar um catálogo alargado aos mais diversos géneros literários, facultava aos leitores um acesso fácil à informação sobre os livros editados e oferecia a comodidade de fazer a sua escolha, encomenda e recepção, sem terem de se deslocar da sua própria casa, excedeu as melhores expectativas. No final de 1971, os sócios aderentes abrangiam já cerca de 40.000 famílias.

No decurso das décadas que se seguiram, o Círculo de Leitores veio a afirmar-se como uma prestigiada instituição cultural, sendo amplamente reconhecido o seu contributo para o aumento do número de leitores e o alargamento dos hábitos de leitura. A promoção e divulgação de autores portugueses, dos clássicos à nova geração, passando por escritores contemporâneos consagrados, foi desde sempre assumida como um dos grandes pilares da actividade editorial do Círculo. A história de Portugal e a divulgação historiográfica de grandes temas, personalidades e eventos que marcaram o passado mais remoto ou mais recente constituíram outra grande aposta editorial do Círculo de Leitores. A história das três primeiras décadas foi uma história do sucesso em torno de uma ideia: o conceito clube do livro com edições próprias e com assistência pessoal e domiciliária.

Em 1980, por ocasião da celebração do décimo aniversário, o Círculo de Leitores cria o Prémio Literário Círculo de Leitores que constituiu como que um primeiro passo “mediático” no sentido de dinamização sociocultural mais interventiva. Esta iniciativa foi seguida de outras, como a edição da revista *LER*, a organização das Olimpíadas da Leitura, ou a instituição do Prémio Literário José Saramago. Estas e outras actividades desenvolvidas com o propósito de divulgar a cultura escrita e a literatura lusófona, contribuindo para o fomento dos hábitos de leitura e a promoção da língua portuguesa,

integram os objectivos e âmbito de acção da Fundação Círculo de Leitores, constituída em 1995 e reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública em 1999.⁴⁶

2.3. A constituição e evolução do Instituto Português do Livro (1980-2010)

Com o estabelecimento da liberdade democrática, nasceu em 1980 o Instituto Português do Livro (IPL), tendo como primeiro responsável o escritor António Alçada Baptista, que se manteve nessas funções até 1985, ano em que foi sucedido pelo seu vice-presidente, o escritor Fausto Lopo de Carvalho, o qual viria a ser demitido em 1986 e substituído pela presidente interina Graça Macedo. O IPL definiu como principais objectivos o apoio aos autores e o apoio à edição, sobretudo em termos de oferta editorial e não tanto no plano de fomento da leitura.

Estava, finalmente, dado o primeiro passo para a existência de uma instituição pública que desse corpo ao envolvimento do Estado na promoção do livro e da leitura e na divulgação internacional dos autores portugueses.

A falta de um organismo estatal com esta missão constituía uma lacuna desde há muito sentida no nosso país e manifestada pelos diversos agentes culturais, mas nunca até então surgida, por manifesto divórcio entre a política propagandística de pretensão desenvolvimento cultural prosseguida pelo Estado Novo e o real interesse dos autores e dos profissionais da edição na implementação de projectos consequentes e eficazes de apoio à criatividade literária e ao desenvolvimento do livro e da leitura (cf. Medeiros, 2010: 58ss)

Ao longo dos anos que se seguiram, a instituição foi tendo momentos de maior fulgor e de intervenção claramente benéfica, e outros de mera gestão corrente ou mesmo de retrocesso na sua dinâmica. No historial deste organismo, merecem destaque, por melhores ou piores razões: (1) A nomeação pela então secretária de estado da Cultura, Teresa Patrício Gouveia (por despacho 3/86 de 11 de Março), de uma comissão para estudar a situação do livro em Portugal, comissão essa que considerou como questão fundamental o desenvolvimento da leitura pública e que impulsionou a constituição de um grupo de trabalho encarregado de promover a criação da rede de Bibliotecas Públicas; (2) A

⁴⁶ Um relato detalhado destas três primeiras décadas do clube do livro em Portugal, poderá ser lido em: Beja, 2011.

nomeação de José Afonso Furtado, em 1987, para presidir ao então redenominado Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), onde desenvolveu importante trabalho, designadamente, na promoção da leitura e na forte dinamização da rede de Bibliotecas Públicas, tendo como directora Maria José Moura coadjuvada por Teresa Calçada, (3) A saída de José Afonso Furtado, em 1991, que deixou a presidência do IPLL por divergências com o secretário de estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, sendo substituído por Artur Anselmo, cujo perfil estritamente académico levou à perda de algum dinamismo operacional; (4) A fusão do IPLL com a Biblioteca Nacional, em 1992, no mandato de Pedro Santana Lopes, dando lugar ao Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBL) – ficando Teresa Calçada como subdirectora para a área anteriormente designada por IPLL –, uma “parceria” difícil, dadas as diferentes características, o historial e os objectivos das duas entidades; (5) O fim da fusão decidido pelo ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, com a consequente autonomização do que passou a designar-se por Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB), presidido por Teresa Gil, entre 1997 e 2001, que veio dar novo impulso à promoção da leitura, nomeadamente através do reactivar do projecto de rede de Bibliotecas Públicas, com o objectivo de dotar cada município de uma biblioteca;⁴⁷ (6) A nomeação, em 2001, de João Luís Lisboa como presidente do IPLB, e depois de Rui Pereira, entre 2002 e 2005, período em que se inicia um desinvestimento no IPLB e uma quebra na sua dinâmica, que continuou durante o mandato de Jorge Martins, entre 2005 e 2007; (7) A passagem do IPLB a Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), tendo como directora-geral Paula Morão e como subdirector geral José Manuel Cortês, que correspondeu a um novo período de reactivação operacional; (8) Início de uma fase de desinvestimento na DGLB, em 2009, altura em que a ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, nomeou Fabíola Afonso como directora-geral; (9) A decisão, tomada em Dezembro de 2010, de extinguir a DGLB, por novo processo de fusão com a Biblioteca Nacional, no âmbito das medidas de contenção de despesas decorrentes da crise financeira nacional e internacional, decisão que deixa muitas inquietações quanto ao bom funcionamento futuro de uma instituição relevante para o desenvolvimento cultural e social do país – especialmente no que respeita ao apoio à publicação de obras que contribuam para a diversificação da oferta cultural e à divulgação de formas de expressão literária específica (ensaio, dramaturgia), como também no que se

⁴⁷ Actualmente há cerca de 200, embora nem todas funcionem no mesmo registo.

refere à internacionalização da literatura de língua portuguesa, nomeadamente através de apoios aos países da lusofonia.⁴⁸

2.4. A grande aposta na rede de Bibliotecas Públicas (1986-2010)

O dia 11 de Março de 1986 constitui uma data memorável para a divulgação do livro e o fomento dos hábitos de leitura em Portugal. O despacho 3/86 da secretária de estado da Cultura Teresa Patrício Gouveia, nessa data publicado em *Diário da República*, anunciava a nomeação de Maria José Moura que viria a orientar e dirigir o grupo de trabalho que seria responsável pela criação de uma rede de Bibliotecas Públicas, conforme os princípios definidos no «Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas»:

A liberdade, a prosperidade e o progresso da sociedade e dos indivíduos são valores humanos fundamentais. Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse das informações que lhes permitam exercer os seus direitos democráticos e ter um papel activo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação.

A biblioteca pública – porta de acesso local ao conhecimento – fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais. Este Manifesto proclama a confiança que a UNESCO deposita na Biblioteca Pública, enquanto força viva para a educação, cultura e informação, e como agente essencial para a promoção da paz e do bem-estar espiritual através do pensamento dos homens e mulheres. Assim, a UNESCO encoraja as autoridades nacionais e locais a apoiar activamente e a comprometerem-se no desenvolvimento das bibliotecas públicas.⁴⁹

⁴⁸Entrevistas com a ex-presidente do IPLB, Teresa Gil, e o ex-subdirector geral da DGLB, José Manuel Cortês; leia-se também «Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas», <http://www.dglb.pt/SITES/DGLB/PORTUGUES/DGLB/Paginas/dglb.aspx> (consultada a 14.03.2011).

⁴⁹UNESCO, «Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas», <http://rcbp.dglb.pt/pt/etc/Paginas/ManifestoUNESCOsobreBibliotecasPublicas.aspx> (consultada a 14.03.2011).

A rede teve uma evolução notável, conforme decorre da avaliação feita por diversas entidades, merecendo destaque as conclusões positivas do projecto encomendado pelo Gabinete de Estatísticas e Planeamento da Educação do Ministério da Educação (GEPE/ME) ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – Observatório das Actividades Culturais (ICS/UL-OAC) no âmbito dos estudos do Plano Nacional de Leitura (PNL).

De acordo com este estudo, em pouco mais de uma década – até 31 de Dezembro de 2008 –, foram celebrados 194 contratos-programa entre os municípios e a tutela instituída para a criação de bibliotecas municipais, tendo sido formalmente inauguradas 173 bibliotecas distribuídas pelo território nacional. Dada a pequena disparidade entre os contratos assinados e as bibliotecas já em funcionamento, tudo fazia prever, à data do estudo, a abertura a curto prazo de mais vinte bibliotecas.

Mais concretamente, naquela data, 56% dos concelhos portugueses tinham já uma biblioteca da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP). Neste universo, destacam-se os anos de 1997 e 2001, com 18 e 19 bibliotecas inauguradas, respectivamente, e o de 2008, no qual foram abertas ao público mais 14 bibliotecas (cf. Neves e Lima, 2009: 38s).

2.5. O arranque e o progresso da rede de Bibliotecas Escolares (1996-2010)

Também o dia 9 de Janeiro de 1996 constitui uma data incontornável, neste caso, para o fomento da leitura entre as camadas mais jovens da população. O despacho conjunto 5/96 do ministro da Educação, Eduardo Marçal Grilo, e do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, levou, na sequência do despacho também conjunto 45/95, à nomeação dos membros de um grupo de trabalho liderado por Maria Isabel Veiga (Isabel Alçada), que produziu, no prazo de três meses, o relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*.

O estudo, contemplando os pressupostos e o projecto detalhado que orientou uma das mais relevantes iniciativas para a divulgação do livro junto de crianças e jovens, portanto, junto de leitores na idade ideal para a criação de hábitos de leitura, veio a constituir-se como base fundamental para o sucesso duma acção que, em síntese, teve a seguinte génese (cf. Veiga *et. al.*, 1996: 15s):

- 1.1. A criação de uma rede de bibliotecas escolares, assumida como política articulada pelos Ministérios da Educação e da Cultura, visa responder a uma

necessidade sucessivamente enunciada, pelo menos desde meados do século passado, quer em textos oficiais, quer na imprensa, quer ainda em estudos sobre práticas culturais e sobre educação.

1.2. O tempo encarregou-se, entretanto, de transformar o conceito de biblioteca e foi-lhe conferindo vários significados, desde local de animação ou colecção de livros, até actividade da turma (biblioteca de turma), desde mediateca até centro multifuncional de acesso à informação. [...]

1.3. Hoje, seja qual for o nome por que são designadas, as bibliotecas escolares sobre as quais nos propomos reflectir surgem como recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como: (i) a aprendizagem da leitura; (ii) o domínio dessa competência (literacia); (iii) a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura; (iv) a capacidade de seleccionar informação e actuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas; (v) o desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autónoma; (vi) o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.

1.4. Estudos sobre literacia, nacionais e internacionais, têm vindo a demonstrar que existe uma relação estreita entre a acessibilidade a espaços e recursos de leitura e o nível de desempenho dos alunos. [...]

Verifica-se também que é nos países com tradição no domínio das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas que os hábitos de leitura da população se encontram mais enraizados, sendo também esses países que registam níveis mais elevados de desenvolvimento cultural e científico [...]

1.5. No mundo em que a informação e o conhecimento científico e tecnológico se produzem a um ritmo acelerado e em que é indispensável formar pessoas capazes de acompanhar a mudança, cabe às escolas e às suas bibliotecas a função essencial de criar e desenvolver nos alunos competências de informação, contribuindo assim para que os cidadãos se tornem mais conscientes, informados e participantes, e para o desenvolvimento cultural da sociedade no seu conjunto.

A avaliação ao estado de implementação do projecto, feita, em 2009, por uma equipa do CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, coordenada pelo Professor António Firmino da Costa, apresenta em relatório resultados muito positivos em todos os domínios.

Passo a resumir as conclusões (cf. Costa *et. al.*, 2009: 2ss): (1) Em 2009 há no país mais de 2.000 bibliotecas escolares integradas na RBE, todas elas obedecendo a parâmetros de qualidade; (2) Cerca de 1 milhão de alunos são abrangidos pela RBE; (3) O nível de execução do programa RBE é muito elevado e o objectivo nuclear do Programa, dotar o país de uma rede de bibliotecas escolares com características reconhecidas de qualidade, tem vindo a ser largamente atingido; (4) O crescimento da Rede foi gradual e sustentado, ainda que bastante rápido; (5) A garantia de qualidade foi claramente assumida pela Coordenação da Rede de Bibliotecas Escolares como critério fundamental de condução do programa; (6) Os recursos financeiros, não sendo muito elevados, foram significativos, não tendo constituído barreira à sua execução; (7) O modelo de organização constitui um dos aspectos mais conseguidos do programa; (8) O sistema de candidatura está bem estruturado e permite combinar padrões de qualidade elevados com bons níveis de operacionalidade; (9) A acção dos coordenadores interconcelhios tem sido positiva; (10) O sistema beneficia de uma concepção avançada, de uma liderança altamente competente e de um enquadramento político-administrativo favorável; (11) A explicação para o sucesso dos resultados obtidos parece residir também na confluência que se verificou entre a concepção, a liderança e o enquadramento, nomeadamente pela experiência e envolvimento em todo o processo, desde a sua génese, da coordenadora do Programa, Maria Teresa Calçada; (12) As bibliotecas escolares são muito frequentadas e apreciadas pelos alunos, que em geral as consideram os espaços mais agradáveis das escolas.

2.6. Portugal, país-tema da Feira de Frankfurt (1997)

«Portugal Frankfurt 97», a designação adoptada por Portugal como país-tema da Feira de Frankfurt no ano de 1997, constituiu mais um acontecimento de grande impacto no mundo editorial português, com repercussões que se fizeram sentir de imediato e muitas portas que se abriram para o futuro, nomeadamente no que respeita à internacionalização dos autores, da literatura e da língua portuguesas.

À Sociedade Portugal Frankfurt 1997 – com o ministério da Cultura, o ministério da Economia, a Parque Expo 98, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses e a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros como accionistas – coube, sob a presidência de António Mega Ferreira, a concepção, a

organização e a implementação de um projecto de grande responsabilidade, importante dimensão e elevado investimento do Estado português.

A brochura, em língua inglesa, concebida para informação aos participantes e visitantes da maior feira mundial exclusivamente dedicada ao livro, contemplava uma extensa lista de autores portugueses, a biografia de escritores portugueses consagrados – presentes em múltiplas actividades levadas a cabo durante o evento –, a biografia de jovens promessas da literatura portuguesa, a biografia de autores estrangeiros que escrevem em português, a programação das sessões literárias sobre temas portugueses e/ou com autores nacionais, a lista de livros de autores portugueses com tradução em alemão, a apresentação de Maralde Mayer-Minnermann, a vencedora do prémio de tradução de autores portugueses para a língua alemã (associado à participação de Portugal como país-tema), e ainda a lista dos responsáveis pelos diversos âmbitos da participação portuguesa.

No texto de abertura da brochura anunciava-se assim o conceito orientador da participação de Portugal na Feira:

The participation of Portugal in Frankfurt, centred upon the twentieth century and conceived of as a great cultural festival which will be multiplied into shows, exhibitions, round tables, book launchings, and conferences, has its greatest reference in the idea of the voyage and discovery.

Portugal: pathways into the world, our motto, speaks precisely of this: of the Portuguese vocation for the searching and encounter with other peoples, of the permeability of our culture to the cultures with which we entered in dialogue, of the sense of adventure and of the curiosity which feed artistic creation and define de Portuguese cultural identity. In the year of the commemorations of 500 years after the discovery of the sea route to India by Vasco da Gama and a year before the Lisbon World Exposition of 1998, Portugal affirms itself as a meeting point and platform for the spreading of several cultures.

The holding of the EXPO'98 will be a moment for the stating of the historical constant of Portuguese culture: plural, diverse, and open to the future.

For this reason, the Portuguese participation in Frankfurt Book Fair will pay special attention to the theme of EXPO'98 (“the oceans, a heritage for the future”) taking the seas, as a constant theme in Portuguese literature and culture, as a metaphor for the free circulation of ideas and experiences that the globalisation of information systems has made possible at the dawning of the twenty-first century.

Com uma participação bem conseguida em todos os domínios, da componente literária à gastronómica, passando por uma grande visibilidade nos meios de comunicação social e uma nunca vista quantidade de editores e representantes de outras instituições ligadas ao livro, a presença portuguesa impôs-se com êxito e soube aproveitar o palco da Feira de Frankfurt, que muito contribuiu para uma divulgação internacional imediata e subsequente de autores portugueses e da edição portuguesa, no geral.

O novo pavilhão da APEL, concebido para esta Feira, acolheu 105 participantes, o triplo do habitual em anos anteriores.

A imagem internacional de Portugal – no plano da cultura, da literatura, também da capacidade de organização - saíu altamente valorizada desta participação especial na Feira de Frankfurt. Talvez que à atribuição do Prémio Nobel a José Saramago, em 1998, não tenha sido totalmente alheia a visibilidade internacional que este evento proporcionou aos escritores portugueses.

2.7. O sucesso do Plano Nacional de Leitura (2006-2010)

Ainda no âmbito institucional, há que assinalar o arranque, em 2006, do Plano Nacional de Leitura, instituído pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2006, que nomeou Maria Isabel Veiga (Isabel Alçada) como comissária e definiu os seguintes pressupostos e acções:

O Plano Nacional de Leitura é uma iniciativa do XVII Governo Constitucional que pretende constituir uma resposta institucional à preocupação pelos níveis de literacia da população em geral e em particular dos jovens, significativamente inferiores à média europeia. Concretiza-se num conjunto de estratégias destinadas a promover o desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como o alargamento e aprofundamento dos hábitos de leitura, designadamente entre a população escolar.

Destacam-se, como principais acções previstas, as seguintes:

- (i) A promoção da leitura diária em jardins-de-infância e escolas de 1.º e 2.º ciclos nas salas de aula;
- (ii) A promoção da leitura em contexto familiar;
- (iii) A promoção de leitura em bibliotecas públicas e noutros contextos;

- (iv) O recurso aos meios de comunicação social e a campanhas para sensibilização da opinião pública;
- (v) A produção de programas centrados no livro e na leitura a emitir pela rádio e pela televisão;
- (vi) O apoio a *blogs* e *chat-rooms* sobre livros e leitura para crianças, jovens e adultos.

Pretende-se que o Plano Nacional de Leitura seja tecnicamente fundamentado por um conjunto de estudos que permitam operacionalizar metas a atingir, em cada fase, criar instrumentos de avaliação para verificar a respectiva consecução e avaliar a eficácia das diferentes acções lançadas no âmbito do Plano.

Encarado inicialmente com algum cepticismo, dada a sua grande abrangência, complexidade e ambição, o projecto, que desde Outubro de 2009 tem como comissário Fernando Pinto do Amaral, foi uma aposta ganha, como é reconhecido por pais, professores, editores e autores. Subsiste alguma polémica quanto aos critérios de escolha dos livros aconselhados, apontando os críticos para um crivo demasiado alargado que pode induzir descrédito. De qualquer forma, a percepção da importância do Plano, constante da avaliação feita, conforme previsto no projecto, aos 2º e 3º anos do PNL, não deixa qualquer dúvida de que a importância da existência em Portugal de uma acção deste tipo para desenvolver os hábitos e as capacidades de leitura dos portugueses é reconhecida de forma quase unânime.

3. Concentração livreira inicia alterações profundas no mercado do livro

Espartilhado pelas limitações impostas pelo Estado Novo à liberdade de criação, de comunicação e de aprendizagem, que conduziram a um grau de iliteracia inusitado, o mercado do livro viveu no limbo da viabilidade precária, da sobrevivência imprevisível e do risco permanente, até à instauração da democracia, em Abril de 1974 e à sua consolidação ao longo da segunda metade da década de 70. Não é, pois, de admirar que só a partir do dealbar da década seguinte a actividade editorial e livreira se comesse a exercer de acordo com os parâmetros de normalidade que iriam permitir a sua progressiva evolução e aproximação às práticas correntes na generalidade dos países cultural, social e economicamente desenvolvidos. Ainda assim, tudo se passou em Portugal com uma considerável *décalage* temporal, muito em especial no que respeita à concentração livreira e editorial que entretanto ocorrera nos Estados Unidos e na Europa.

O crescimento das cadeias de retalho livreiro, a partir dos anos 1960, foi um dos factores-chave que marcaram a transformação do mundo editorial de língua inglesa, como refere John B. Thompson (cf. 2011: 26). Em concreto, afirma: «The traditional patterns of the retail book trade –small independent booksellers on the one hand, department stores and other non-book retailers on the other – began to change in the US with the rise of the mall stores in the early 1960s» (*ibidem*, 2011:27). Desde então, as mudanças e ajustamentos no mercado livreiro não cessaram de caminhar no sentido da concentração em grandes espaços e em cadeias de livrarias, como a Barnes & Noble e a Borders, ambas com presença a nível global nos Estados Unidos. A partir de 1995, com o aparecimento da primeira livraria *online*, a Amazon, entra-se numa nova era, em que as portas da revolução digital se começam a abrir para o negócio do livro. O impacte destas mudanças teve óbvias repercussões no outro lado do Atlântico, começando necessariamente pelo Reino Unido: «The transformation of the retail landscape in the United States was mirrored by similar changes in the UK; most of the players were different, some of the customary practices were peculiarly British and the consequences were in some respects more radical, but the overall pattern was the same» (*ibidem*, 2011:50). O *Net Book Agreement*⁵⁰, tão emblemático no mercado do livro no Reino Unido, começou a ser posto em causa por

⁵⁰ Um acordo informal entre editores e livreiros, em vigor desde 1 de Janeiro de 1900, para a prática dos preços fixados pelos editores, mediante uma margem de comercialização que estes asseguravam aos livreiros.

alguns livreiros, no final dos anos 1990, e acabou por “cair” quando, em Setembro de 1995, a Random House e a Harper-Collins anunciaram que abandonariam o acordo e foram de imediato seguidas pela grande cadeia de livrarias W.H Smith, anteriormente uma das mais fiéis defensoras do acordo (cf. *ibidem*, 2011:52). As ondas de choque da concentração livreira e das consequentes alterações no mercado do livro, foram passando aos restantes países europeus, com destaque para a Alemanha e a França, onde a edição goza de maior poder e tradição. Embora nestes países se mantivesse a Lei do Preço Fixo, o desafio estava lançado a nível global e a resposta dos editores iniciara igualmente o seu curso.

Conforme *Book publishing at the crossroads: a comparative study*, divulgado em 1992 pela Coopers & Lybrand Media Group (Hardman and Young, 1992: 02):

«The 1980s was a turning point in publishing throughout the world. Vertical publishing, internationalisation of the market and merger and acquisition activity on a previously unheard-of scale all combined to bring book publishing out of its previously sleepy existence and into the “real world” of big business»..

A concentração e globalização do negócio editorial consumava-se, ainda que a internacionalização encetada por editores multinacionais (Bertelsmann, Maxwell Communication Corporation, Harper-Collins, Penguin, Random House, Hachette), através de infra-estruturas locais, nos principais mercados do mundo, nem sempre alcançasse bons resultados. Em relatório anteriormente emitido pela Coopers & Lybrand, em 1988 (*Strategic Issues in Publishing*), era mesmo constatado que muito poucas chancelas obtinham, num mercado estrangeiro, a posição forte que detinham no seu mercado de origem (cf. *ibidem*, 1992: 21). O estudo da Coopers & Lybrand considera como razões para a expansão internacional, em graus diferentes conforme se trate de empresas provenientes do Reino Unido, dos Estados Unidos, da França, ou da Alemanha: disponibilidade de meios financeiros para investir, envolvimento na globalização, intenção de comprar clientes / fornecedores, vontade de comprar concorrentes, desejo de conseguir maior eficácia nos custos e ainda o objectivo de aumentar a quota de mercado. Enquanto a redução de custos foi por todos considerada como factor relevante, no Reino Unido a disponibilidade de meios financeiros funcionou também como grande motivador para o investimento, nos Estados Unidos este factor foi acompanhado pelo foco na expansão através da aquisição de clientes / fornecedores, e na Alemanha foi privilegiada a aquisição

de concorrentes e, para além disso, atendeu-se também aos efeitos de economia de escala e ao incremento do poder negocial.

Em Portugal, a concentração desenrolou-se mais tardiamente – a partir de 1985 no mercado livreiro, e, com maior visibilidade, entre 2007 e 2010, no domínio editorial –, de uma forma algo conturbada, por várias razões, designadamente, porque o tecido empresarial era volúvel, microcósmico e economicamente frágil.

3.1. Os hipermercados (1985), as Bertrand (1993) e a FNAC (1998)

É pela concentração no retalho livreiro que se iniciam as grandes alterações no mercado do livro. Mãe de todas as transformações, a abertura de grandes superfícies com espaços especificamente dedicados à venda de livros inicia-se em 1985, com a inauguração do hipermercado «Continente», em Matosinhos. Seguem-se, em 1987, o «Pão de Açúcar» e um segundo «Continente», ambos na Amadora. A proliferação é rápida e, em 1993, existiam já 35 grandes superfícies, com espaços cada vez maiores e melhor apetrechados para a comercialização de livros.

Estava-se perante uma nova realidade, uma autêntica revolução, tanto do lado da oferta como nos hábitos de compra dos consumidores. Todos os intervenientes no mercado do livro foram abrangidos pelo impacto de um novo conceito que veio pôr em causa os modelos tradicionais, conduzindo a alterações profundas em todas as frentes. Como em qualquer mudança radical, também esta teve aspectos positivos e negativos, em vários domínios. Os grandes beneficiados foram, no entanto, os hipermercados. Passaram a contar com um produto de prestígio, chamativo para alguns segmentos dos seus consumidores, com margens brutas nunca inferiores a 50% – portanto muito superiores aos produtos tradicionalmente comercializados nos supermercados mas com custos de operação similares –, margens essas propiciadoras de reduções significativas relativamente aos preços das livrarias, isto, na sequência de enorme capacidade negocial das grandes superfícies face ao atomizado universo de editores independentes. Os distribuidores e os livreiros ficaram do lado dos perdedores absolutos, sem qualquer margem de manobra. Sendo certo que os editores passaram a contar com mais um canal de venda e que os livros passaram a estar mais próximos de potenciais leitores, não é menos verdade que os hipermercados impuseram a sua lei: queremos *best-sellers* e livros infanto-juvenis, não nos

interessa a literatura de qualidade que venda pouco, queremos grandes descontos, exigimos contribuições para os nossos folhetos de campanhas, pagamos no prazo que entendemos, e o livro é apresentado em sistema de *self-service* sem aconselhamento de profissionais especializados. Se nada fosse feito, assim se manteria um mercado desregulado que fomentaria a limitação na oferta, a redução da diversidade e pluralidade de escolha, o encerramento de livrarias, o enfraquecimento dos distribuidores, e a inevitável «servidão» dos editores mais pequenos ou daqueles que não tivessem o poder negocial que a publicação de autores importantes lhes poderia aportar.

Um segundo passo para a concentração livreira veio das livrarias Bertrand. Também afectadas por este novo funcionamento do mercado, entraram em colapso e, em 1993, foram adquiridas por uma sociedade financeira com sede no Luxemburgo, que procedeu à remodelação do negócio e investiu no alargamento da rede de lojas, contribuindo com isso para a concentração livreira. Em 2006, já com 48 livrarias, procedeu à sua venda ao Direct Group Bertelsmann – Portugal, num prenúncio da tendência para a concentração editorial e o regresso⁵¹ à verticalização do negócio (editor com livrarias), que se iniciaria pouco depois. Em 2010, as livrarias Bertrand, então já com 52 espaços comerciais, iriam passar para a propriedade do grupo Porto Editora.

Entretanto, deu-se também o aparecimento, em 1989, das Livrarias Bulhosa, posteriormente ligadas à Civilização Editora, que hoje contam com 10 lojas (agora a cadeia Books & Living). As já antes instaladas Almedina e Coimbra Editora foram crescendo, respectivamente, para 11 e 17 livrarias, tendo esta última criado, em 2010, uma parceria com a Leya e assumido nova designação – CE Livrarias. A Escolar Editora, com 11 livrarias em Portugal, 4 em Angola e 3 em Moçambique, predominantemente localizadas junto a universidades, constitui outro grupo com alguma relevância, desta feita, com uma forte aposta em livros técnico-científicos.

A entrada da FNAC em 1998, com uma primeira loja no Centro Comercial Colombo, abriu a terceira frente de concentração livreira. Com um conceito diferenciado e inovador, especialmente pela relevância dos produtos tecnológicos e pelos espaços dedicados a lazer e eventos, a FNAC teve um rápido sucesso, designadamente junto dos consumidores mais jovens, e conta actualmente com 17 lojas, todas em centros comerciais.

⁵¹ Nos primórdios do livro impresso, os actuais elos da cadeia de negócio editorial, «editores – impressores – grossistas / distribuidores – retalhistas / livreiros», concentravam-se maioritariamente na mesma entidade.

O El Corte Inglés, líder do mercado livreiro em Espanha, com um conceito algo diferenciado – amplos espaços de livraria, dentro de grandes espaços comerciais onde também coexistem, entre outros, produtos tecnológicos e áreas dedicadas a lazer e eventos – abriu o primeiro espaço em 2001, em Lisboa, e o segundo em 2006, em Vila Nova de Gaia.

3.2. A «Lei do Preço Fixo» regula mercado (1996 - 2000)

Num mercado editorial e livreiro com as características antes enunciadas, foi da maior relevância a publicação do Decreto-Lei n.º 176/96, de 21 de Setembro, a chamada «Lei do Preço Fixo», que, inspirada na francesa «Lei Lang», veio introduzir instrumentos reguladores do mercado. Apesar de algumas lacunas na eficácia dos mecanismos de aplicação, esta legislação constituiu-se como importante elemento de protecção à diversidade e pluralidade de conteúdos e à viabilização de livrarias independentes que se proponham garantir opções de oferta e de qualidade não acauteladas pelos pontos de venda nos hipermercados. A «Lei do Preço Fixo» foi posteriormente ajustada pelo Decreto-Lei 216/2000, de 2 de Setembro, tendo porém sido mantidos em vigor os princípios fundadores da sua primeira publicação. A relevância desta norma, as resistências colocadas à completa liberalização do mercado do livro (a nível nacional e internacional) e a polémica que ainda continua a subsistir entre quantos a pretendem ver anulada, os que insistem na necessidade de ser optimizada, e aqueles que entendem ser importante a sua profunda reformulação, justifica a síntese que em seguida faço relativamente à sua génese e ao seu historial.

Em Portugal, a questão começou a definir-se na sequência do aparecimento dos hipermercados e das práticas de comercialização do livro que pretenderam impor, como fica claro na seguinte entrevista concedida pelo subsecretário de estado da Cultura, Manuel Frexes, à revista da APEL, *Livros de Portugal* (Ano VII, nº 1, Janeiro 1994: 17ss):

L.P. – 1994 será o ano da resolução do problema do Preço Fixo?

M.F. – [...]. O que lhe posso dizer é que continuamos, e que continuaremos, a trabalhar no assunto. E o que lhe posso dizer ainda é que, sem acordo das partes interessadas no problema, a questão do Preço Fixo continuará a ser uma miragem em Portugal.

[...]

A acção do Estado, por intermédio da SEC, não poderia ter sido diferente daquela que foi, e continuará a ser: promover o efectivo diálogo entre editores, livreiros e hipermercados. Numa primeira fase, esse diálogo não foi coroado de êxito. Os hipermercados são naturalmente contrários a quaisquer medidas restritivas ao princípio da livre concorrência. O que significa que os hipermercados ficarão de fora nos seguintes desenvolvimentos do tema. E aí está porque a iniciativa seguinte passará por uma Comissão. Uma Comissão que tentará levar a cabo a convenção entre editores, com vista ao estabelecimento de regras de comercialização do livro e fixação do respectivo preço mínimo de venda ao público. Significa isto que, se ao longo de 1994 os editores conseguirem, como é provável, esse acordo, muito bem, teremos boas novas quanto ao Preço Fixo. Caso contrário haverá que repensar o problema.

Como era previsível, a idealizada convenção entre editores foi impossível de concretizar face às diferentes perspectivas e interesses em jogo, aspectos, aliás, já então latentes no que viria a ser a cisão no movimento associativo, consumada em 1999 e sobre a qual darei conta no capítulo 4. Não espanta, portanto, o conteúdo do Editorial publicado pela direcção da APEL – à data presidida por António Luís de Souza-Pinto –, na revista *Livros de Portugal* (Ano VIII, nº 1, Janeiro 1995:5):

Mais um ano se passou sem que se visse, finalmente, aprovada a Lei do Preço Fixo.

Tem desde o primeiro momento mantido esta Associação, que só com a entrada em vigor desta legislação, se poderá combater toda a erosão provocada nos meios editoriais e livreiros pelo aparecimento dos hipermercados que criaram uma modalidade de novo comércio com a qual se torna impossível concorrer. Para quê evocar, mais uma vez, que as livrarias continuam a desaparecer ou o que se edita hoje em Portugal é em grande parte destinado ao público comprador nas grandes superfícies, o que está originando uma acentuada distorção no fluxo editorial português. [...] E é isto a que chegamos!

Receamos, embora reconhecendo a boa intenção que presidiu à intenção de se chegar a um acordo entre editores para se implementar uma modalidade Sui-Générís de Preço Fixo, que não será esta via que resolverá a situação, pois novamente repetimos que só a almejada Lei poderá disciplinar de uma vez por todas o estado actual do comércio do LIVRO.

Esgotada a hipótese de acordo, e empossado um novo governo que tinha no seu programa eleitoral a implementação da «Lei do Preço Fixo», a sua concretização tornou-se realidade em 1996, tendo como base e fundamento o texto constante no respectivo preâmbulo:

O livro tem sido o instrumento privilegiado de natureza cultural e educativa propiciador da formação das pessoas. Esta função eminente permitiu sempre que ao livro não se aplicassem, de um modo redutor e simplista, as regras normais vigentes e adequadas ao comum produto económico. A nossa civilização tem considerado como prioridade cultural a possibilidade de o livro ser objecto de fruição pelos indivíduos, de um modo geral, o que, entre outras coisas, implica a necessidade de colocar o referido bem à livre e fácil disposição do público, em qualquer parte do território nacional. A manutenção deste objectivo determina a existência de uma rede, densa e diversificada, de livrarias, considerados os espaços aptos para satisfazer as reais necessidades culturais da população portuguesa neste domínio. Nos últimos anos, em consequência de vicissitudes várias da economia da organização do mercado do livro, muitas livrarias encerraram a sua actividade, num movimento que se tem verificado também nalguns países europeus. Esta situação, negativa e preocupante, impõe a criação de medidas disciplinadoras e de incentivo, de modo a corrigir-se as detectadas disfuncionalidades do mercado do livro e a garantir aos seus agentes condições de actuação mais equitativas e proveitosas para o interesse geral.

Neste sentido, na esteira da melhor experiência europeia, designadamente de países como a Espanha, a França, a Alemanha, a Áustria, a Irlanda e a Dinamarca, e acolhendo a recomendação adoptada pelo Parlamento Europeu, em Janeiro de 1994, constante do programa comunitário Gutenberg, Portugal, mediante o presente diploma, instaura o sistema do preço fixo do livro. Trata-se de uma das medidas fundamentais de correcção das anomalias verificadas no mercado do livro, susceptível de, a prazo, criar condições para a revitalização do sector, um dos aspectos marcantes da prossecução de uma política cultural visando o desenvolvimento nos domínios do livro e da leitura.⁵²

⁵² Decreto-lei n.º 179, 21.09.1996, «Preâmbulo».

Como antes referi, a legislação, mesmo com as alterações introduzidas em 2000, não é perfeita, proporcionando a adopção de práticas contrárias ao espírito que a enforma, sem que o controlo, a cargo da Inspeção Geral das Actividades Económicas (IGAE), funcione eficazmente. Subscrevo, no entanto, o essencial das conclusões de Nuno Seabra Lopes, que parcialmente transcrevo.⁵³ (cf. Lopes, 2007: 10.01 e 17.01):

Foi somente graças a este diploma que muitas livrarias conseguiram ultrapassar as dificuldades iniciais e hoje, reestruturadas e com capacidade financeira, iniciam processos de crescimento e se instalam como redes de livrarias, aumentando a oferta e o mercado, abrindo espaços fortes em esquecidas capitais de distrito.

Foi também graças à Lei do Preço Fixo que algumas editoras se mantiveram em funcionamento sem gestão estratégica, lançando para o mercado obras de alto valor cultural.

Se é verdade que os nossos agentes utilizam a Lei contra o seu espírito, tenhamos no entanto a certeza de que se a Lei não existisse os nossos agentes utilizariam a falta dela no mesmo sentido e o cenário estaria profundamente pior. [...]

Certo, certo, é que entre as discussões e propostas de modificação da Lei se continuam a ouvir erros de interpretação simples ou soluções pouco ponderadas, como a de introdução de regras do modelo alemão (fixação de margens de negociação), que foram aprovadas antes da introdução das regras da concorrência europeia, e que hoje seriam automaticamente alvo de processo pela UE e totalmente contra as regras da concorrência legisladas em Portugal, ocasionando um imbróglgio maior do que o da OPA da Sonae à PT. [...]

Se a Lei não foi (é) suficiente para impedir muitos dos desvios hoje verificados, também não é responsável por eles, tendo inclusive até auxiliado a minimizar essas alterações. Sem a Lei, existiria ainda mais concentração nos principais canais comerciais, seria ainda maior a dependência e a aposta nos produtos de alta rotatividade e, conseqüentemente, muito maior a discrepância de força do mercado, assim como seriam mais os instrumentos de negociação (estratégias de preço) utilizados nesta relação desigual entre a indústria (e distribuição) e os canais da grande distribuição/comercialização.

Não é por se poder espremer o preço na horizontal que se vai deixar de espremer na vertical, e podem ter a certeza que seria sempre o editor a ser.

⁵³ LOPES, Nuno Seabra (2007), «Lei do Preço Fixo do Livro», Extratexto – blog de edição de livros, 10-01 e 17-01, <http://extratexto.weblog.com.pt/arquivo/2007/01/index.html> (consultada a 16.03.2011).

3.3. A falência da Diglivro/Logilivro marca a decadência das distribuidoras (2001)

Independentemente da legislação introduzida ter aportado uma melhor regulação e clarificação do mercado, a concentração livreira estava lançada e conduziu a uma primeira convulsão na estrutura tradicional da cadeia de comercialização do livro: o estrangulamento operacional e financeiro das empresas de distribuição. Limitadas no seu âmbito de actuação face à negociação directa entre os grupos de retalho e a maior parte dos editores, e enredadas no turbilhão de editoras e livrarias independentes com dificuldades de afirmação num mercado cuja estrutura de custos de comercialização se alterara profundamente, várias das principais distribuidoras entraram em colapso financeiro, o que acabou por se repercutir nas editoras com as quais trabalhavam.

A falência, em 2001, da maior distribuidora portuguesa, a Diglivro/Transdig, que, entre outros, tinha clientes como a Editorial Caminho, a Oficina do Livro, ou as Publicações D. Quixote – tendo esta última resolvido a situação por via de contrato com a Anaya, que viabilizara o saneamento financeiro da editora –, gerou uma séria crise no mercado, prenunciando uma substancial alteração no modelo de comercialização que funcionara ao longo de várias décadas: autor–editor–distribuidor–livreiro–consumidor. O distribuidor foi perdendo mais e mais relevância.

A estrutura de custos, que tradicionalmente se situava num nível médio de 30% a 33% para o retalho livreiro, 15% para o distribuidor, 50% a 55% para o editor e 10% a 12% para o autor, situa-se actualmente em 35% a 50% para o retalho livreiro, 10% para o distribuidor, 50% para o editor – no caso de ter distribuição própria, a cujos custos acrescem 5% a 8% relativos a rendas e comissões para os centros comerciais –, 8% a 12% para os autores estrangeiros, e 10% a 18% para autores nacionais. Neste novo cenário, os distribuidores têm vindo a reconverter a sua actividade, funcionando, em alguns casos, como prestadores de serviços logísticos a pequenos editores.

Os ganhos de escala e de capacidade negocial decorrentes da concentração livreira, patentes nas transformações acima mencionadas, ditaram maiores dificuldades de actuação dos editores independentes, contribuíram para desencadear a concentração editorial e permanecem como elemento recorrente de fricção entre editores e livreiros.

3.4. Congressos de Editores abordam desafios do sector (2001 e 2006)

Colocados perante os desafios decorrentes da concentração livreira e de outras significativas transformações no mundo do livro, os editores reuniram-se em dois Congressos dinamizados pela União dos Editores Portugueses (UEP), associação resultante da cisão ocorrida na APEL, em 1999.

O programa e ordem de trabalhos do I Congresso dos Editores Portugueses, que teve lugar em 18 e 19 de Abril de 2001, era ambicioso e sintomático quanto à caracterização dos principais desafios então definidos como prioritários:

Secção I: A Dimensão Cultural e Social da Edição – (1) A edição e os índices de leitura em Portugal; (2) O livro no ensino e na formação profissional, técnica e científica; (3) O livro como base de formação e desenvolvimento culturais; (4) A edição no futuro. Edição electrónica, *multimedia*, *e-books*.

Secção II: A Dimensão Económica da Edição – (1) As estatísticas; (2) Apoio e incentivos às empresas e formação profissional; (3) As questões fiscais. A depreciação de stocks; (4) Fusões, aquisições, parcerias, internacionalização e grupos.

Secção III: A Edição, os Direitos de Autor e Direitos Conexos: (1) A revisão do Código de Direitos de Autor e os Direitos do Editor; (2) Direitos Conexos (empréstimos, novos suportes, fotocópias, etc.); (3) Relações dos editores com a APE, a SPA, a UEP, a APEL e outras associações; (4) A negociação internacional dos direitos.

Secção IV: A Comercialização do Livro – (1) Situação actual da legislação sobre a comercialização do livro; (2) O papel das livrarias, cadeias de livrarias e grandes superfícies de vendas; (3) Situação e tendências do mercado livreiro; (4) Problemas da distribuição e comercialização: descontos, devoluções, transportes, correios, exportação.

Secção V: A Edição e o Estado – (1) Os programas de apoio ao livro, à leitura e à edição; (2) Bibliotecas nacionais, municipais e escolares. Depósito Legal. Actividade Editorial do Estado; (3) O mercado externo. As especificidades do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa. Questões da exportação; (4) A contribuição da edição nacional para uma estratégia de salvaguarda da língua portuguesa.⁵⁴

⁵⁴ Compilado a partir do Anexo I à convocatória emitida em 6 de Fevereiro de 2001 pela comissão organizadora do I Congresso dos Editores Portugueses, constituída pelos editores Manuel de Brito, Mário Moura e Nelson de Matos.

Passados dez anos, a análise das comunicações efectuadas e da repercussão do evento na comunicação social revela que, independentemente da importância dos temas e do optimismo mostrado por organizadores e participantes, esta reunião magna dos editores foi condicionada por aspectos conjunturais que inviabilizaram a obtenção de conclusões e recomendações efectivas – remetidas para grupos de trabalho a constituir no âmbito da UEP – perante os desafios identificados.

Reporto-me, especificamente, aos seguintes “entraves”: (1) A inquietação com a ruptura financeira da Diglivro/Transdig monopolizou grande parte das atenções, sem que fosse possível definir princípios de actuação eficazes, face às diferentes perspectivas e graus de afectação de cada participante; (2) A notória utilização do Congresso como rampa de lançamento para a promoção e consolidação da novel UEP como «a» associação profissional dos editores; (3) As incontidas e nem sempre justas acusações à actuação do ministério da Educação e de instituições públicas responsáveis pela promoção do livro e da leitura; (4) A, em muitos casos, utópica reivindicação de apoio estatal à actividade editorial e livreira; e (5) O excessivo culpar de grupos, nacionais e internacionais, pelas dificuldades vividas por casas editoriais de menor dimensão, sem se aprofundarem devidamente os porquês de haver editores independentes com excelente *performance* e outros em crise acentuada.

O II Congresso dos Editores Portugueses, ocorrido em Novembro de 2006, também por iniciativa da UEP, sob o lema «O Livro e o Futuro», teve como objectivo, de acordo com o seu presidente, Mário Moura: debater a revitalização da actividade editorial perante a crise; avaliar a dimensão cultural e socioeconómica da edição; e debater o que já em 2001 eram urgências, bem como os novos desafios de 2006. Em síntese, ficou registado, no relatório de conclusões:

- O peso cada vez maior de alguns grandes clientes leva a que as margens das empresas editoras e distribuidoras sejam esmagadas e dá azo a que os grandes grupos de distribuição tenham, neste sector, margens brutas da ordem dos 80%; isto demonstra a ineficácia da «Lei do Preço Fixo», pelo que se torna da maior importância fixar margens brutas máximas no retalho e limitar o total de descontos suplementares por quantidade ou volume.

- Face ao crescente poder das estruturas de distribuição, é importante criar um conjunto de iniciativas que possam tornar mais salutar as relações entre os editores e os seus clientes mais poderosos, nomeadamente: um código de boas práticas comerciais; uma estrutura arbitral de conflitos; uma mesa de negociação comum que vise a celebração de protocolos; e a promoção de empresas de prestação de serviços comuns.
- A edição de um cada vez maior número de títulos publicados por organismos do Estado deveria ser produzida e comercializada em parceria com editoras e distribuidoras existentes.
- Portugal está praticamente excluído das representações internacionais, à excepção da Feira de Frankfurt, pelo que o Estado português, à semelhança do que fazem os demais países europeus, tem de definir uma estratégia que vise apoiar a divulgação da cultura portuguesa no estrangeiro, particularmente dos editores e dos livros portugueses.
- O ministério da Cultura deverá encontrar formas de organização e de comunicação com as estruturas dos autores e editores portugueses, de modo que os direitos de autor sejam rigorosamente defendidos, quer promovendo acções de fiscalização rigorosa contra a pirataria, quer defendendo autores e editores no ordenamento jurídico, fazendo face à pressão de sectores ligados ao comércio *online* que começam a pôr em causa a legitimidade dos direitos de autor.
- Ao Estado competem responsabilidades na gestão do interesse nacional, que não têm sido assumidas no que respeita ao sector editorial, o qual reclama o seu devido cumprimento, nomeadamente no que se refere à produção de estatísticas do livro por parte do INE e à existência de um sistema de ISBN moderno, isento e *online*.
- Considera-se lamentável que os canais de difusão de rádio e televisão, especialmente os canais públicos, dêem tão pouca visibilidade ao livro, remetendo os programas que deles tratam para horas tardias ou para canais de menor audiência; mais do que programas sobre livros, os editores precisam que haja livros nos programas.
- Os editores saúdam o anúncio do Plano Nacional de Leitura, uma reivindicação de sempre da UEP, mas estão preocupados com a pouca visibilidade desta iniciativa e consideram necessário: rever a lista de livros recomendados nos programas de ensino; definir responsabilidades ao nível das estruturas escolares; e consignar verbas para que o PNL possa ter sucesso.

Apesar de as conclusões prefigurarem características de caderno reivindicativo, mais do que um plano de acções a desenvolver pelo sector, as comunicações registam um evidente progresso na diversidade dos temas e no aprofundamento que os oradores puseram nas suas apresentações. Aliás, para além dos aspectos referidos nas conclusões do Congresso, foram aflorados outros temas de actualidade e relevância: a prática insustentável para os editores de devoluções em grande escala por todo o tipo de canais de retalho; a deterioração das feiras do livro de Lisboa e Porto; a delapidação de dinheiro, tempo e esforços, nas lutas judiciais entre APEL e UEP; a compra de editoras nacionais por editoras estrangeiras e a entrada de editoras europeias no mercado português; o *boom* de novas editoras – mais de uma centena de editoras criadas entre 2001 e 2006 – e aumento de novidades editadas pelos editores tradicionais (duplicando os cerca de sete mil títulos novos por ano que eram lançados uma década atrás), o que, conjugado com a prioridade dispensada aos *best-sellers* e a quase inexistência de distribuidores eficazes, estrangula a venda de fundos de catálogo; os prós e contras da explosão da internet; o surgimento de livrarias *online*; as implicações dos novos canais de venda emergentes (jornais e revistas, quiosques, CTT, lojas de conveniência, empresas).

Em termos concretos, no entanto, os resultados práticos foram pouco visíveis. Nalguns casos, porque era impossível alterar o rumo dos acontecimentos, noutros, porque o antagonismo de interesses e visões se impôs às boas intenções, e noutros, ainda, porque as reivindicações contemplavam aspectos impossíveis de otimizar por inexistência de meios e/ou por limitações técnico-económicas.

3.5. Concentração em grandes grupos editoriais (2007-2010)

Os tempos haviam mudado. O mundo do livro foi acompanhando a evolução dos tempos. Estava em curso a transição da era da «galáxia Gutenberg» para a era da «informação globalizada». O mercado do livro em Portugal foi também evoluindo, enfrentando novas realidades e novos desafios, conforme resulta evidente de quanto anteriormente referi. Foi, pois, com naturalidade que, na segunda metade da primeira década do século XXI, se deu início em Portugal ao processo de concentração editorial que, em países mais desenvolvidos e a nível internacional, havia começado nos anos 1980.

Na génese deste inevitável movimento, estiveram a concentração livreira e as dificuldades dos editores independentes em fazerem face aos múltiplos desafios que lhes foram sendo colocados, tanto por falta de poder negocial, como de meios financeiros, como mesmo, em vários casos, de capacidade de gestão económico-financeira e operacional. Como esclarece José Afonso Furtado (2009: 13):

Historicamente, a edição de livros sempre manteve relações difíceis com disciplinas como a Economia ou a Gestão, vulgarmente utilizadas em qualquer outro sector industrial. A abordagem económica foi, até há pouco, considerada pelos agentes da área do livro como uma intrusão no exercício de uma actividade eminentemente cultural. Mas se para as empresas editoras, pensarem-se enquanto indústria, com o seu específico funcionamento económico, parecia um despropósito, também os economistas sempre mostraram alguma dificuldade – ou algum «pudor», para usar o termo de Marco Gambaro – em ocupar-se dos problemas do mercado do livro. [...]

A situação tornou-se insustentável no final dos anos 80, momento em que o «olhar económico» sobre o livro se tornou, por fim, legítimo, e hoje, passadas mais de duas décadas de concentrações editoriais, de debates sobre a política do livro, de grandes operações de concentração e de globalização, «somos obrigados a reconhecer que os aspectos económicos impulsionaram, em grande medida, as transformações ocorridas» [Rouet, 1992:6].

A nível mundial, a edição passou a ser vista, também por investidores financeiros, como uma área de negócio interessante; pela dimensão que foi ganhando, pelas margens que propiciava e pelo prestígio que aportava. Um mercado constituído por pequenas e médias empresas, muitas delas com dificuldades económicas, era também aliciante para uma rápida rentabilização do investimento por via das sinergias que a consolidação propiciava. Este cenário não se revelou, porém, tão simples de pôr em execução como tudo indicaria. Muitas das dificuldades resultaram do facto de haver grandes investidores, que, não provindo do mundo da edição, não conhecem, ou não estão atentos a especificidades e pontos sensíveis de um negócio em que a relação com os autores, a segmentação dos consumidores e a avaliação do potencial de venda dos produtos seguem princípios muito próprios que não podem ser descurados. Os autores, mais do que fidelidade a uma casa editorial, cultivam a relação com o «seu» editor. Cada livro é um produto autónomo, o que privilegia a intuição do editor face às técnicas de análise do mercado.

Entre nós, o processo de concentração editorial tomou dimensão efectiva quando, em Junho de 2006, o Direct Group Bertelsmann – Portugal, detentor do Círculo de Leitores e da Temas e Debates, adquiriu o grupo Bertrand – Bertrand Editora, Quetzal, Distribuidora Bertrand e Livrarias Bertrand. Esta aquisição iniciou outra tendência de reorganização do mercado editorial e livreiro, que veio a confirmar-se, com algumas *nuances*, em movimentos subsequentes: verticalização do negócio dentro da mesma entidade/grupo: edição, distribuição e retalho livreiro.

Depois, ao longo de 3 anos (2007–2010), o processo de concentração editorial desenrolou-se a um ritmo alucinante, ocupando hoje o grupo Porto Editora (incluindo o grupo Bertrand Círculo) a posição de liderança, com cerca de 150 milhões de euros de vendas, seguido do grupo Leya, com mais de 90 milhões, e do grupo Babel, a uma distância considerável. Pelo lado do retalho livreiro, os dados apontam para uma forte concentração nas grandes superfícies, com perto de 60% da quantidade de livros vendidos, correspondentes a cerca de 30% do valor total das vendas.⁵⁵

A cronologia dos factos que se seguiram ao arranque da concentração editorial fala por si:

- Em Abril de 2007, o empresário Pais da Amaral e o seu sócio Nicolas Berggruen compraram 100% da Texto Editores, seguindo-se, em Setembro, a Editorial Caminho, e, em Dezembro, a D. Quixote (à data detida pela Planeta); também no segundo semestre de 2007, compraram as editoras ASA, Gailivro e Nova Gaia.
- Em finais de 2007, a sociedade de capital de risco Explorer Investments adquiriu 75% (25% continuaram na posse de António Lobato Faria) do grupo Oficina do Livro – Oficina do Livro, Casa das Letras e Estrela Polar; também em finais de 2007, comprou a Teorema e a Sebenta.
- Em Janeiro de 2008, Pais do Amaral constituiu, com as empresas adquiridas, o grupo Leya.
- Em Abril de 2008, o Direct Group Bertelsmann – Portugal comprou, a Mário Moura, a Editorial Pergaminho.
- Em Maio de 2008, a Leya comprou à sociedade de capital de risco Explorer Investments o grupo Oficina do Livro.

⁵⁵ A inexistência de estatísticas fiáveis e a não divulgação de dados por algumas editoras impede a informação sustentada.

- Ao longo de 2008, Paulo Teixeira Pinto comprou a Guimarães Editora, a Editorial Arcádia e a editora Ática, seguindo-se, já em 2009, a Editorial Verbo e a Ulisseia Editora.
- Em Setembro de 2009, a Leya comprou a participação, de 25%, que António Lobato Faria ainda detinha na Oficina do Livro.
- Em Janeiro de 2010, o grupo Porto Editora comprou, a João Rodrigues, a Sextante Editora.
- Em Fevereiro de 2010, Paulo Teixeira Pinto constituiu, com as editoras adquiridas – a que juntou as chancelas Athena, Centauro, PI 3,1416, e K4 – o grupo Babel.
- Em Junho de 2010, o grupo Porto Editora adquiriu as editoras detidas pelo Direct Group Bertelsmann – Portugal, incluindo o clube do livro, Círculo de Leitores, e constituiu o grupo Bertrand Círculo.

A partir daqui, uma nova era se anuncia para o mercado editorial português, que contempla a internacionalização que estes três grupos prosseguem nos mercados de língua portuguesa: Brasil (Leya e Babel); Angola e Moçambique (Porto Editora e Leya).

4 – Cisão e reunificação no movimento associativo (1999-2009)

Quando e como se teria iniciado em Portugal o associativismo naquele que poderemos designar, globalmente, por negócio editorial e livreiro? Na procura de resposta a esta questão, tem-se distinguido sobremaneira o editor Fernando Guedes, não apenas pesquisando, mas também legando o testemunho escrito das investigações históricas que aprofundadamente foi desenvolvendo. No seu livro *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*, lançado em 1993 (e depois em 2005, numa 2ª edição revista e aumentada), Fernando Guedes oferece o estudo mais desenvolvido até hoje publicado sobre a história portuguesa do movimento associativo de editores e livreiros. Dessa história gostaria de destacar alguns momentos que lançam luz sobre a evolução da organização associativa de editores e livreiros no nosso país e também sobre a conflitualidade latente que a marcou ao longo dos tempos. É exactamente essa conflitualidade que ditará a cisão do movimento associativo em 1999, aspecto sobre o qual me debruçarei logo depois, para, de seguida, terminar o presente capítulo com uma apresentação do processo de reunificação em 2009.

4.1 Conflitualidade marca o historial do associativismo

Na génese das profissões de editor e livreiro, tal como hoje são entendidas em Portugal, encontra-se um processo complexo e evolutivo, compreendendo profissões conexas (impressor, encadernador, mercador), por vezes difíceis de separar claramente, mesmo para elaboração dos primeiros regulamentos régios do exercício profissional e para a atribuição de privilégios reais a algumas dessas classes (Guedes, 2005: 11ss):

1. Quando, a 20 de Fevereiro de 1508, em Santarém., D. Manuel I mandou passar a carta pela qual fez mercê a Jacob Cromeberger e a todos os outros impressores que então estavam no reino ou, futuramente, viessem aqui a exercer «a nobre arte de ympresam», de todas as graças, privilégios, liberdades e honras dos cavaleiros da sua casa, não pensou, certamente, que os seus agora enobrecidos «emprimidores» de pouco valeriam, no futuro, sem o concurso de outro ofício cuja existência já se detecta em Portugal cerca de um século antes: o de livreiro. Considerado, porém, desde sempre, *oficial mecânico*, o livreiro não podia, em geral, passar da qualificação de «arraia-miúda», e esta, pese embora as cores sedutoras que uma literatura de raiz

romântica lhe emprestou, mantinha-se bem no fundo da escala social. [...] E «ofício mecânico» o do livreiro porquê? Porque sob a designação de «livreiros» se albergavam dois ofícios, hoje bem distintos, mas que durante séculos andaram juntos na mesma pessoa: o de encadernador e o de vendedor de livros. [...]

3. É também no reinado de D. Manuel, quase simultaneamente à introdução da imprensa em Portugal, que surge o primeiro arremedo de protecção àquele que custeava uma edição: eram os privilégios reais. Com alguma impropriedade, diríamos que se iniciava a protecção daquilo que hoje designamos por *copyright*.

Serão as sucessivas concessões de privilégios reais que irão permitir que a figura do editor comece a ganhar contornos mais definidos, incluindo a exigência aos mercadores de livros – os negociantes por grosso – de apresentarem a escritura do contrato celebrado com o autor, quando pretendiam fazer o seu comércio com os livreiros; estes, por sua vez, eram oficiais mecânicos que encadernavam e vendiam a respectiva obra a retalho, ou por «miúdo», como à época se usava dizer (cf. *ibidem*, 2005: 24ss).

Já no que diz respeito ao início do associativismo, a informação é escassa demais para estabelecer com segurança quando se iniciou. Tudo indica, porém, que tenha começado pelos profissionais dos ofícios mecânicos, que, antes de se organizarem corporativamente para defesa e promoção do seu ofício (ou de um conjunto de ofícios afins), se teriam reunido para constituir uma confraria ou para fundar um hospital. (cf. *ibidem*: 99).

Embora o exercício de actividade corporativa se tenha iniciado anteriormente, só na segunda metade de quinhentos é que foram reduzidas a escrito as normas que regiam as corporações; a instituição em Lisboa, em 1383, por D. João I, ainda Mestre de Aviz, da Casa dos Vinte e Quatro, constitui um elemento importante na estruturação da organização corporativa, à qual os livreiros não estiveram certamente alheios (cf. *ibidem*, 2005: 37ss):

17. [...] Envolvidos em todos estes problemas deverão ter andado os livreiros, embora não se encontrem referências concretas a seu respeito. Contudo, se D. João III, em 1539, ao reorganizar a Casa dos Vinte e Quatro, menciona este ofício como anexo na bandeira do Arcanjo S. Miguel; se as mais antigas instruções de Lisboa, do Porto, de Coimbra sobre a organização do Corpo de Deus sempre se lhes referem; se o seu regimento se encontra entre o número dos que foram compilados, redigidos ou reformados por Duarte Nunes de Leão em 1572; se, finalmente, administram a sua

confraria em pleno século XVI, como veremos, deverá ficar fora de qualquer dúvida a antiguidade da profissão e a sua organização como ofício mecânico.

Assim, os livreiros, como a maioria das restantes profissões, encontravam-se corporativamente organizados, por um lado, e por outro, dispunham, da sua própria confraria, a de Santa Catarina do Monte Sinai.

Estamos, pois, perante uma actividade cujas raízes datam de há mais de meio milénio e que, desde sempre, reflectem dois tipos de complexidade: a relação entre cultura e negócio; e a sobreposição, nuns casos, ou difícil distinção, noutros, entre os diversos elos da cadeia «editores – impressores – grossistas / distribuidores – retalhistas / livreiros». Esta complexidade marca, ao longo dos séculos e até aos dias de hoje, a relação conturbada entre os profissionais do sector e as instituições públicas, bem como a relação entre os diferentes protagonistas, que, em cada caso e em cada momento, podem assumir diferentes funções na cadeia de valor do negócio. Todas estas circunstâncias deixaram reflexos na história do movimento associativo. Aliás, mesmo durante os cerca de duzentos e cinquenta anos que medeiam entre a criação, em 1572, dos *Regimentos* que regeram o ofício de livreiro e o regime liberal que, em 1834, veio acabar com o regime corporativo das artes e ofícios, decretando a extinção das Casas dos Vinte e Quatro, muitas foram as dissensões e conflitos entre os profissionais do livro (cf. *ibidem*, 2005: 82ss). Fernando Guedes (*ibidem*: 93) refere, a este respeito, que: «[...] os ventos não corriam de feição para o ofício de livreiro que o Regimento de 1539 (actualizado em 1733) regulamentava. [...] o marquês de Pombal ainda fez publicar um documento regulando o funcionamento dos órgãos maiores da bandeira do Arcanjo São Miguel “para evitar desordens que sempre se fizeram odiosas”». E prossegue (*ibidem*: 103ss):

46. A liberdade de negociar, trazida a Portugal pelo liberalismo, provocou, em poucos anos, uma enorme proliferação de editores e de livreiros, muitos deles «sol de pouca dura» mas que, de qualquer modo, agitavam o mercado. [...]

Todavia, e exceptuados eventuais casos pontuais de colaboração entre empresas, não há memória de qualquer tentativa sequer de associativismo entre livreiros e editores durante toda a segunda metade do século XIX. Aliás, a legislação portuguesa, desde 1834 até 1907, não favorecia o associativismo entre empresas que, no espírito dos sucessivos legisladores, constituía um «direito perigoso para a liberdade dos

indivíduos». Só a Lei de 14 de Fevereiro de 1907 veio permitir a formação livre de associações, para fins conformes com as leis, [...]

47. A 30 de Abril de 1923, realiza-se na sede da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa uma primeira reunião de livreiros, presidida por Júlio Aillaud, proprietário então da Livraria Bertrand, o qual, a abrir a sessão, afirmou “achar ser absolutamente necessário que os livreiros se unissem o mais estreitamente possível para defender os seus interesses”. A mensagem do presidente foi tão bem acolhida que um mês depois, a 30 de Maio, nova reunião se realiza no mesmo local para aprovação dos estatutos de uma associação que ora se chama Subsecção de Livreiros da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, ora, mais ambiciosamente, Associação dos Livreiros de Lisboa. [...]

48. Em 1927 os livreiros desvinculam-se inteiramente da associação dos lojistas de Lisboa e estendem os seus laços a todo o país. Surge, assim, a Associação de Classe dos Livreiros de Portugal. [...]

Em Julho de 1928 a associação aprovou o seu *Regulamento Interno*, «que servirá de lei e complemento dos Estatutos»». Vale a pena notar a ênfase que nesse regulamento se dá à maneira como os sócios se devem comportar uns para com os outros e cada um para com a associação. Reminiscências, certamente, dos distúrbios de que as actas da anterior colectividade nos dão conta... [...]

Dois anos depois, em 1930, a Associação promove pela primeira vez um acontecimento que, para muitos, constituirá até aos dias de hoje a face visível das várias organizações de editores e livreiros que se têm sucedido no tempo: a Feira do Livro. [...]

E tão importantes as Feiras se tornaram, logo desde o início, que os sucessivos livros de Actas das Assembleias Gerais sem praticamente excepção, nos dão conta das discussões que periodicamente se travam acerca dos seus regulamentos, dos atropelos cometidos a esses regulamentos, das alterações que deveriam sofrer, etc., etc.

Entre 1933 e 1974, segue-se uma nova fase enquadrada nas regras definidas pelo Estado Novo (cf. *ibidem*: 108-114). Nesse ano, Salazar assina alvará que aprova novos estatutos e nova designação: Associação de Classe dos Editores e Livreiros de Portugal. Na sequência da Constituição de 1933 que instituiu o regime corporativo, e da legislação publicada entre 1933 e 1938 que regulamentou a criação de grémios obrigatórios, grémios facultativos e transformação de associações em grémios, a associação deu lugar, apesar da discordância de alguns associados, ao Grémio Nacional dos Editores e Livreiros

(concretizada por alvará de 13 de Junho de 1939). A primeira direcção eleita tomou posse em Janeiro de 1940, tendo como presidente António Maria Pereira (Parceria António Maria Pereira), o qual exerceu funções ao longo de 17 anos. Sucedeu-lhe Luís Borges de Castro (Editorial Enciclopédia), entre 1957 e 1964, que acabou, no entanto, por assegurar a gestão do Grémio até 1969, dado os corpos sociais eleitos em 1964, com António Alçada Baptista (Livraria Morais) na presidência da direcção, não terem sido homologados pelo Ministério das Corporações, que invocou conotação com sectores adversos ao regime. A situação foi regularizada em 1969 com eleições ganhas pela lista presidida por Fernando Guedes. Em resultado de novo acto eleitoral, em 1972, a direcção passou a ser presidida por Rogério de Moura (Livros Horizonte), que teve um papel notável na transição após a Revolução de 25 de Abril de 1974, liderando até 1976, em tempos difíceis, a Comissão Directiva instituída após conturbada Assembleia Geral, ocorrida em 5 de Maio de 1974, que decidiu transformar o Grémio em Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.

Ao longo dos anos do Estado Novo, a instituição – Associação de Classe dos Editores e Livreiros de Portugal e posteriormente o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros – passou por diversas fases, de maior ou menor fulgor, conforme as circunstâncias e os protagonistas. Durante este período foram desenvolvidas acções que justificam realce, embora nem sempre tivessem a continuidade e consistência desejáveis, nomeadamente em razão de constrangimentos políticos, organizativos e financeiros. Entre estas acções serão de destacar: a edição, a partir de 1940, do boletim literário e bibliográfico *Livros de Portugal*; a criação da Casa do Livro Português, no Rio de Janeiro, em 1941, acompanhada de uma grande exposição de livros portugueses; as alterações estatutárias introduzidas em 1942, que permitiam a criação de delegações regionais; a aprovação de *Regulamento Interno*, em 1944, que determinou o funcionamento de grupos representantes de *Editores-Livreiros* e *Editores*, no que se prendia com a actividade editorial, e de *Editores-Livreiros* e *Livreiros*, no que à actividade de livreira dizia respeito; a realização de uma exposição de livros em Madrid, em 1945; a adesão do Grémio à União Internacional de Editores, em 1947, embora só em 1955 tenha havido um representante português no congresso de Florença-Roma; a resolução – iniciada com uma visita do presidente do Grémio àquele país, em 1957 – de alguns diferendos com o Brasil relativos à contrafacção de livros portugueses e à proibição de importar livros provenientes de Portugal que não fossem de autor português.

As divergências políticas, as rivalidades pessoais e os diferentes interesses de negócio foram medrando na paz podre do regime salazarista. O resultado foi visível na fase de transição que a APEL viveu no pós-25 de Abril. No entanto, a instabilidade manter-se-ia latente no decorrer dos tempos, tornando-se visíveis as divergências até aí artificialmente contidas.

Em 1976 foi eleita a primeira Direcção efectiva da nova associação, presidida desde então, e até 1979, por Francisco Lyon de Castro (Publicações Europa-América). Seguiram-se, na presidência da APEL: Álvaro Moura Bessa (Américo Fraga Lamares & C.^a Lda. / Livraria Civilização Editora) entre 1979 e 1983; Fernando Guedes (Editorial Verbo) entre 1983 e 1987; Francisco Espadinha (Editorial Presença) entre 1987 e 1991; António Luís Souza-Pinto (Livros do Brasil) entre 1992 e 1994; José Manuel Lello (Lello & Irmão) entre 1995 e 1997; de novo Francisco Espadinha (Editorial Presença) em 1998 e 1999, ano em que se dá a cisão na APEL, após as eleições (realizadas na sequência da demissão da direcção) terem ditado a vitória da lista encabeçada por Graça Didier (Livraria Barata), que concorria com a lista liderada por Pedro Moura Bessa (Livraria Civilização Editora).

Da actividade desenvolvida ao longo deste período (1976-1999) são de destacar as seguintes incitativas: em 1985, é publicado pela primeira vez o catálogo *Livros Disponíveis* (índice de todos os livros publicados em Portugal e disponíveis no mercado) e é criado o Centro de Documentação Bibliográfica da APEL; em 1986, é iniciada a publicação do estudo *Hábitos de Leitura e Compra de Livros* e das *Estatísticas de Produção e Comercialização do Livro em Portugal*; em 1988 realiza-se, em Lisboa, no Fórum Picoas, o Dia do Livro Português, numa iniciativa conjunta com a Sociedade Portuguesa de Autores; também em 1988, é assinado protocolo com a RTP e a RTC tendo em vista a concertação de condições mais favoráveis à publicidade de livros através da televisão e da rádio; em 1989, a APEL constitui-se como agência nacional do ISBN – International Standard Book Number; em 1991, a APEL intervém na negociação da primeira Convenção de Preços para o sector do livro escolar; em 1993, é celebrado com o ministério da Cultura um protocolo financeiro a favor das actividades editorial e livreira; em 1994, é disponibilizada *online* a base de dados *Livros Disponíveis*, em sistema videotexto; em 1995, Portugal vence a candidatura a país-tema da Feira de Frankfurt 1997, em resultado de esforços levados a cabo pela APEL; em 1996, realiza-se no Centro Cultural de Belém o fórum «Que futuro para o livro na Europa?»; igualmente em 1996, é assinada, com o

empenhamento da APEL, a lei que regula o regime de preço fixo para os livros em Portugal; em 1997, a APEL participa na Sociedade Portugal Frankfurt 97; ainda em 1997, é criado o site da APEL e é iniciado o trabalho de composição (finalizado no início de 1998) da versão em CD-ROM do catálogo *Livros Disponíveis*; em 1998, é assinada uma nova Convenção de Preços para o manual escolar e um protocolo com o ministério da Educação.⁵⁶

4.2 Porquês e inconvenientes da cisão (1999)

No pulsar da situação associativa, as divergências de opinião, de princípios de orientação e de práticas de gestão, iam fervilhando. O Clube de Editores, constituído em 20 de Junho de 1996, apesar de se ter estatutariamente assumido «no quadro legal das associações cívicas» com o objectivo de «promover colóquios, reuniões, palestras, acções de divulgação do livro e da leitura, além de fomentar, apoiar e desenvolver iniciativas que visem o progresso das actividades editoriais e representar os associados junto de entidades particulares, oficiais, profissionais, ou culturais», prenunciava as graves dissensões que não tardariam.

Ainda no ano de 1996, abre-se uma primeira crise na direcção da APEL, que perdeu quórum por, a um primeiro pedido de demissão de Zita Areal (vice-presidente em representação de Areal Editores), se ter sucedido o pedido de demissão de António Manso Pinheiro (director em representação da Editorial Estampa), na sequência de discordâncias com o presidente, José Manuel Lello, que se prendiam com questões relativas à «Lei do Preço Fixo» e à Sociedade Portugal Frankfurt 97. A realização de eleições intercalares, em Fevereiro de 1997, foi a solução encontrada para ultrapassar o impasse, dada a relevância do projecto em curso relativo à participação de Portugal como país-tema da Feira de Frankfurt 1997.

O mal-estar acentuou-se, contudo, e as divisões entre sócios da APEL agravaram-se. Alguns comentários contidos na revista *Livros de Portugal* de Maio de 1998, publicada antes de novas eleições, que nesse mesmo mês levariam Francisco Espadinha de volta à presidência da APEL, são disso bem reveladoras. Zeferino Coelho (Editorial Caminho)

⁵⁶ Sobre a actividade da APEL no período compreendido entre 1976 e 1998 leia-se: *Livros de Portugal* (Ano X, Maio 1998), «APEL, uma história», Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, Lisboa, Fevereiro 6-15.

dizia: «As próximas eleições na APEL são uma excelente oportunidade para alterar uma situação de degradação que bateu no fundo.». Por sua vez, João Alvim (Círculo de Leitores) afirmava: «O maior desafio que se colocará a uma nova direcção da APEL – e penso que esta lista única se apresenta segundo esta perspectiva – é procurar ser tão abrangente quanto possível e conseguir uma unidade de pontos de vista entre os seus associados, de forma a poder defender os interesses essenciais do sector. Em primeiro lugar, há que ultrapassar questões pessoais e políticas de forma a permitir a existência de um debate racional e consciencioso sobre as questões mais prementes para o sector». Finalmente, Manuel Hermínio Monteiro (Assírio & Alvim), declarava: «Para isso exige-se um discurso claro e inequívoco. Maior comunicação e espero muito sinceramente que das reuniões dos associados desapareçam definitivamente algumas picardias, ressentimentos, subentendidos e outros jogos sub-reptícios que não os dignificam.»

Trabalho inglório. As divergências estavam já demasiado instaladas e interiorizadas. A irredutibilidade e a desconfiança grassavam entre intervenientes com perspectivas demasiado afastadas para permitirem o diálogo. Em Março de 1999, a direcção da APEL caía, passados apenas dez meses sobre a data em que tinha sido eleita. Como causas próximas, surgem as diferentes perspectivas sobre a «Lei do Preço Fixo», os estatutos da Associação de Gestão da Cópia Privada, a possível intenção de os livreiros constituírem uma associação independente e os regulamentos das Feiras do Livro – Lisboa e Porto – de 1999. A cisão foi ditada pelo extremar de posições de dois grupos, com duas perspectivas diferentes sobre questões de fundo da actividade editorial e livreira. Uma larga maioria dos membros da lista derrotada, bem como alguns outros associados da APEL, decidiram então fundar outra associação, o que viria a acontecer em Dezembro de 1999, quando surge a UEP – União dos Editores Portugueses.

As «Razões para a fundação da UEP», constantes do «Balanço do Primeiro Ano de Actividade» (14.12) da novel associação, não deixam margem para dúvidas quanto aos fundamentos da cisão:

A fundação da União dos Editores Portugueses culmina um longo e atribulado processo de empenhamento de muitos editores na vida associativa. Esta dedicação, consciente e responsável, pode e deve aqui ser recordada porque, não sendo de hoje, é também em si mesma fonte de legitimidade. De facto, entre os editores que fundaram a UEP, muitos desempenharam, em vários períodos, todos os cargos estatutariamente

previstos – presidência, vice-presidências, tesoureiros, vogais de direcção ou membros do conselho técnico de editores, presidência do conselho fiscal ou da mesa da Assembleia Geral, para os quais no passado foram eleitos na então associação única do sector, a APEL.

Porém, apesar do empenho e dedicação, e do escrupuloso respeito pelas regras da vida associativa, uma permanente crise viera instalar-se, sobretudo no decurso dos anos noventa, no interior do movimento associativo. Clima de crise que também pode e deve ser aqui recordado pelo facto de durante todo este período *nenhuma* direcção ou outro órgão social, independentemente da sua composição pessoal e das suas orientações, ter completado, sem graves dissensões, divergências, polémicas e demissões, o respectivo mandato. [...]

No decurso do primeiro semestre de 1999 tornou-se definitivamente claro para um representativo número de editores que a inultrapassável origem da crise associativa residia num modelo de organização e regras que já não comportavam a diversificada realidade empresarial de um sector em contínuo crescimento económico e em mutação acelerada durante toda a década de noventa (aparecimento das grandes superfícies e cadeias de livrarias, surgimentos de organismos de compensação de prejuízos devidos a fotocópias, crescimento do mercado e passagem do livro a objecto de consumo mais massificado).

Isto é, as polémicas permanentes não derivam do confronto de concepções pessoais diferentes – o que seria natural e salutar – e que poderiam aspirar a uma síntese unificadora. As razões do mal-estar permanente residiam antes numa inadaptação estrutural de um modelo associativo onde já não era possível fazer coabitar por mais tempo os interesses e objectivos de um significativo número de editores com o *status quo* organizativo de livreiros, alfarrabistas, distribuidores e mesmo de outros associados dificilmente catalogáveis. [...]

Assim, tornou-se para muito editores uma evidência que ou uma profunda reforma estatutária desenhava uma nova arquitectura para a coabitação, na independência, no seio de uma futura casa comum do livro, ou se colocaria na ordem do dia a fundação de uma nova associação empresarial independente dos editores portugueses.

Por todo o ano de 1998 e o primeiro semestre de 1999, se inscreve um esforço último de muitos editores em reformularem ou “refundarem a APEL”, como se escrevia no programa da penúltima direcção associativa. Diversos acontecimentos e peripécias, previsíveis e imprevisíveis, respeitáveis ou menos respeitáveis, mas todos,

à sua escala e na sua origem, reveladores e decisivos, tornaram este último esforço inglório e concorreram para a sua derrota.

Contudo, foi precisamente apetrechados por este último desaire e pelas lições e solidariedades nele adquiridas que um núcleo de editores, em diálogo permanente com todos os colegas disponíveis, tomou a decisão grave mas inadiável de fundar, há precisamente um ano, a União dos Editores Portugueses.

Na APEL, por sua vez, também o texto de «Introdução» ao «Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal 1999» refere, em termos claros, aquelas que foram entendidas como razões para a cisão:

A primeira metade de 1999 foi de grande agitação associativa. Na verdade, os primeiros meses do ano viram agudizar-se as divergências internas na Direcção anterior que culminaram com a demissão de vários Directores. Assistimos, depois, à forte contestação dos associados a actividades posteriormente desenvolvidas por alguns desses Directores. Nesse período, para além da Assembleia Geral Ordinária, houve mais três Extraordinárias: uma para definir o Regulamento das Feiras do Livro de Lisboa e Porto, outra electiva que escolheu a nova Direcção e ainda outra para decidir assuntos relacionados com a AGE COP. [...]

Ainda este ano constituiu-se uma Associação de Editores que emergiu da lista que perdeu as eleições para a Direcção da APEL em Abril. Os seus promotores consideram que os editores podem pertencer às duas Associações e, por isso, mantiveram-se na APEL, criando uma situação de grande equívoco e tentando fazer passar para a opinião pública que têm uma representatividade que dificilmente corresponde à verdade. [...]

Infelizmente, a lista não eleita persistiu na sua intenção emergente de conflitualidade, procurando com críticas sem sustentação consensual, desestabilizar administrativamente com o objectivo de esvaziar a APEL das suas responsabilidades adquiridas e tradicionalmente exigidas pela sua história e existência. Esta Direcção, eleita pelos seus associados num visível e transparente esforço de unificação socioprofissional, e que reúne a diversidade de interesses com o espírito e o corpo necessário à coexistência e à equidade, não pode deixar de lamentar a falta de consciência democrática e solidariedade profissional de um grupo de colegas que, não conseguindo reunir consensos, submete publicamente ao descrédito, felizmente não

conseguido, assumindo posições equívocas sobre as obrigações que a APEL tem para com os seus associados.

O fogo estava definitivamente ateadado e, durante os anos que se seguiram, as polémicas sobre competências, âmbitos de actuação e representatividade foram-se agravando e subindo de tom, ao ponto de envolverem entidades oficiais e mesmo instituições internacionais. De entre estes diferendos, a organização, regulamentos e financiamento das Feiras do Livro de Lisboa e do Porto acabaram por levar à instauração recíproca de processos judiciais e adquiriram uma visibilidade pública notoriamente contrária aos interesses das partes envolvidas e, necessariamente, ao prestígio do sector. Foram anos em que as duas associações despenderam mais energias e meios com os diferendos que as afastavam do que com os muitos, e muito mais importantes, interesses que tinham em comum: apoiar os seus associados, criar mecanismos e desenvolver acções para valorização dos profissionais do livro, contribuir para a divulgação do livro e o fomento dos hábitos de leitura, defender os interesses do sector junto das mais diversas instâncias públicas; enfim, contribuir para o prestígio e a salvaguarda dos interesses do mercado editorial e livreiro.

Embora, na segunda metade dos anos 2000, as duas Direcções, presididas respectivamente por António Baptista Lopes (APEL), e Carlos da Veiga Ferreira (UEP), tenham dado passos que levaram à resolução extra-judicial, em 31 de Dezembro de 2007, dos processos ainda remanescentes em tribunal, a organização das Feiras do Livro de Lisboa e do Porto de 2008 conduziu ao clímax de desavença entre as duas associações, especialmente no que se refere à Feira do Livro de Lisboa, que esteve em riscos de não se realizar. A resolução do diferendo só foi possível com a intervenção pessoal do presidente da Câmara Municipal, António Costa, que forçou a assinatura de um memorando de entendimento entre a APEL, a UEP e o próprio Município, no qual foram estabelecidas condições concretas para a organização do evento em 2008 e para a modernização da Feira do Livro de Lisboa em 2009. No epicentro deste grave incidente esteve o facto de o grupo Leya, constituído na quase totalidade por editoras que, incidentalmente, eram associadas da UEP, ter pretendido alterar o conceito da estrutura espacial da Feira por via da inclusão de pavilhões diferenciados do modelo único, até essa data existente. Esta pretensão acabou por vingar, embora com contornos diferentes dos inicialmente exigidos. Para 2009 ficou a obrigação de a APEL apresentar e obter aprovação para o projecto de modernização. Os

dados estavam lançados quanto ao futuro das duas associações. O braço de ferro que durava há 10 anos tenderia a acabar, a favor da APEL ou da UEP, conforme o plano de modernização fosse ou não concretizado.

4.3 Processo e vantagens da reunificação (2009)

Em 24 de Julho de 2008, a APEL elegeu uma nova Direcção, a que teve a honra de presidir. O manifesto e programa de candidatura, sob o lema *O livro que nos une – O desafio que nos motiva*, apresentava, como declaração de princípios orientadores: a defesa do livro, da palavra escrita e dos hábitos de leitura como um dos principais factores de desenvolvimento democrático e enriquecimento sociocultural da humanidade; a afirmação do papel fundamental dos editores e dos livreiros como garante do futuro do livro e da palavra escrita; o reconhecimento do querer e da competência de editores e livreiros para enfrentarem com sucesso os desafios da transição da era da «galáxia Gutenberg» para a era da «informação globalizada»; a valorização de um mundo editorial diversificado, conjugando diferentes projectos editoriais nas ideias, nas formas, nas vinculações empresariais e nas respectivas dimensões; a vontade de propugnar por um movimento associativo forte e coeso, congregador de vontades, potenciador dos muitos interesses comuns e consensualizador das divergências consumadas com a cisão ocorrida em 1999.

O manifesto de apresentação, enfatizava, entre outros princípios gerais de actuação: diligenciar no sentido de se alcançar a articulação e harmonização do movimento associativo, com espírito de consenso, postura assertiva e respeito mútuo, procurando um modelo organizativo que, salvaguardando o património comum de editores e livreiros, permitisse encontrar soluções de trabalho comuns, flexíveis, eficazes e duradouras.

As linhas programáticas especificavam, entre os objectivos prioritários: (1) Avaliar o actual modelo das Feiras do Livro de Lisboa e do Porto e introduzir as alterações modificativas que se justifiquem e sejam viáveis, com salvaguarda da dignidade e interesse público do evento, tendo nomeadamente em conta a sua localização, a compatibilidade dos descontos praticados com o facto de não se tratar de “feiras de saldos” e a garantia de igualdade de oportunidades aos editores e livreiros de diferente dimensão e capacidade financeira, com particular atenção às necessidades dos pequenos editores; e (2) Elaborar um projecto de modernização da Feira do Livro de Lisboa, a apresentar à CML até 30 de

Novembro de 2008, conforme o “Memorando de Entendimento” assinado em 19 de Maio de 2008 entre a CML, a APEL e a UEP.

Pese embora as várias dificuldades e acidentes de percurso, o projecto de modernização foi aprovado pela CML, a respectiva implementação foi concretizada com sucesso e o evento decorreu com assinalável êxito. Foram também introduzidas medidas reorganizativas visando a eficácia dos processos, a fiabilidade dos dados, a transparência da informação e a melhoria dos serviços prestados pela APEL aos seus associados. Paralelamente, as direcções da APEL e da UEP foram mantendo, directamente, ou por via de alguns dos seus associados com maior envolvimento associativo, canais de comunicação tendentes à desejável reunificação. Nesse contexto, a bem sucedida concretização das Feiras do Livro 2009 – Lisboa e Porto – foi decisiva para o acordo final.

Estavam reunidas as condições para a reunificação na APEL com extinção da UEP. Em Julho de 2009, Paulo Teixeira Pinto, à data presidente da Mesa da Assembleia Geral da APEL, aceitou o convite para formar uma lista, reunificada, e candidatar-se à presidência. Em 4 de Agosto de 2009, a APEL informava, em Comunicado de Imprensa intitulado «Sector do livro une-se na APEL – Direcção demite-se para viabilizar recomposição dos Órgãos Sociais», que havia sido formalizado entendimento para filiação na APEL de actuais associados da UEP, nomeadamente do grupo Leya, abrindo caminho para uma nova era no sector editorial e livreiro; salientava, igualmente, estarem assim criadas condições para enfrentar, com dinâmica e capacidade de inovação, os desafios de modernidade e competitividade colocados por um mundo globalizado e em mudança acelerada.

Em 30 de Setembro de 2009, tomou posse a nova direcção da APEL, tendo Paulo Teixeira Pinto como presidente da Direcção e Pedro Moura Bessa como presidente da Mesa da Assembleia Geral. Subordinados ao lema *Começar de Novo – Mas Todos Juntos*, os princípios orientadores da nova direcção realçam que a unificação do movimento associativo não deverá ser tão-só um ponto de chegada, mas também um ponto de partida para redefinição estratégica do sector e do papel que nessa tarefa cabe à Associação Portuguesa e Editores e Livreiros.

5. Revolução digital suscita novos paradigmas socioculturais

O nascimento da internet e, no princípio dos anos 90 do século XX, da *World Wide Web*, potenciou de forma avassaladora o uso da tecnologia digital no domínio do conhecimento e da informação. No curto espaço de tempo entretanto decorrido, a revolução digital provocou uma profunda alteração num paradigma sociocultural universal, que remonta simbolicamente a 1455, data aproximada da publicação da Bíblia de 42 linhas, a famosa *Bíblia de Gutenberg* que marcou o início do livro impresso. A era da «galáxia Gutenberg» deu, assim, lugar à era da «informação globalizada».

Esteio da civilização humana, o livro confronta-se, agora, com realidades técnicas, tendências sociológicas, padrões comportamentais e modelos de negócio que representam o mais sério dos desafios enfrentados durante os mais de cinco séculos em que predominou como suporte privilegiado da palavra escrita. Ao cabo de meio milénio em que se afirmou como o mais poderoso instrumento de divulgação do saber e de formação intelectual da humanidade, a sua perenidade começa a ser questionada.

A acelerada passagem para o mundo digital abrange domínios que estão a montante da disponibilização de conteúdos em formato digital e, por maioria de razão, da existência relativamente recente de dispositivos portáteis para leitura dos referidos conteúdos. Há muito que as tecnologias digitais são utilizadas no processo de edição, começando pelos autores, que escrevem os seus textos em computador e os enviam *online* para o editor, passando pela produção editorial com utilização de *software* e *hardware* informático, e terminando nos meios electrónicos utilizados para obter o produto final, mesmo quando para versões em papel impresso.

Modelos de negócio – de conteúdos e de suportes digitais de leitura – alheios aos parâmetros de desenvolvimento sociocultural que nos habituámos a valorizar, poderão, como há quem tema, dar lugar à redução de hábitos de leitura e de capacidades cognitivas. A influência da leitura e da escrita na função cerebral e no desenvolvimento intelectual, é tema que perpassa ao longo do presente capítulo, em paralelo com a abordagem das mais relevantes questões tecnológicas, legais, operacionais e comerciais; em catadupa, e com uma rapidez impressionante, são múltiplas e complexas as questões que se colocam nos dias de hoje, assim com as que se antevêm para o futuro a curto prazo.

Estamos perante matérias de grande sensibilidade cultural, num mercado *sui generis* e num âmbito que requer elevado grau de especialização técnico-científica.

Estamos numa fase precoce, em evolução permanente e com grandes incógnitas por decifrar, de um novo paradigma, que, por agora, se situa ainda ao nível prospectivo de tendência geral.

5.1. Prós e contras do livro digital face ao livro impresso em papel

A entrada na era da «informação globalizada» está ao nível do que Paul Chalus, Secretário-geral do Centre International de Synthèse, enuncia relativamente à passagem da representação pictográfica para a escrita cuneiforme: «Tudo aquilo que aparece nas épocas cruciais da História é comparável às emergências de que falam os biólogos e certos filósofos. Assim aconteceu com a invenção da escrita, no terceiro milénio antes da nossa era» (*apud* Febvre e Martin, 2000: 1).

Esta constatação é tanto mais significativa quanto é certo que a era da «galáxia Gutenberg» marcou a nossa civilização, ao longo de cinco séculos, da forma impressiva que Fernando Guedes eloquentemente caracteriza (Guedes, 2001: 23s):

Saído do monástico *scriptorium* onde era copiado e frequentemente iluminado, ou da órbita da instituição universitária que o encomendava para uso docente, o livro, agora facilmente duplicável, vai conquistando o seu espaço e definindo o seu poder na sociedade civil. E os grandes movimentos ideológicos que desde o séc. XV têm abalado e transformado o mundo (Reforma e Contra-Reforma, Iluminismo, Revolução Francesa, Independência da América, Revolução Russa...) foram precedidos, acompanhados e seguidos por esse conjunto de folhas impressas, dobradas e aglutinadas umas sobre as outras, que constitui a forma material do livro.

A revolução digital, como é próprio dos grandes movimentos que transformam a sociedade, influenciando comportamentos e mentalidades, tem vindo a suscitar amores e ódios da parte de crentes e descrentes, e tem sido alvo da cobiçosa atenção e intervenção de poderosos interesses económicos.

A definição de conceitos e o respectivo «baptismo» terminológico constituem a primeira fonte de discórdia entre estudiosos e profissionais da edição, distribuição e comercialização de conteúdos e de suportes digitais de leitura. De que falamos quando falamos de livro digital ou livro electrónico? Estamos a referir-nos ao conteúdo ou ao

suporte portátil para leitura? Em qualquer dos casos, outros aspectos mais particulares e específicos voltam a colocar questões de resposta dúbia. Pelo lado dos conteúdos, temos os livros impressos e só posteriormente digitalizados, existem os conteúdos digitais que podem ser indistintamente utilizados – como base para o processo de impressão, como fonte de abastecimento de dispositivos de leitura digital, ou para os dois fins em simultâneo –, e ainda os conteúdos com componentes de *multimedia* e interactividade, exclusivamente vocacionados para a utilização em suporte digital, que só muito forçadamente podem acolher a denominação de livro. Relativamente aos suportes de leitura digital, o leque de alternativas vai do já tradicional computador – portátil ou não – aos dispositivos especificamente dedicados à leitura (caso dos *e-books Readers* ou *eReaders*, como o *Kindle*), passando por dispositivos electrónicos com várias funcionalidades (caso dos *smartphones* e, sobretudo, dos *tablets*) e, ainda, à distinção entre ecrãs utilizando as recentes tecnologias *electronic paper*, (*e-paper*) e *electronic ink* e os que mantêm soluções de há muito conhecidas e baseadas em sistemas de retro-iluminação, como *liquid crystal display (LCD)*. Certo é que, encontrando-nos numa fase ainda muito inicial, fluida e instável, da evolução de *software* e de *hardware*, as várias instituições e os muitos estudiosos que se têm pronunciado sobre esta matéria estão longe de encontrar um denominador comum que permita a clara e necessária identificação técnica e terminológica de cada uma das múltiplas variáveis em equação. A este facto não é alheia a especificidade do objecto livro, tal como o conhecemos, que comporta em si próprio, sem qualquer ambiguidade, as componentes que se encontram dispersas no ambiente digital: conteúdo e suporte físico. Um livro digital pode ter diversos significados; um livro impresso é um livro.

No âmbito técnico e funcional, a simplicidade de uso e a linearidade de transmissão da informação do objecto livro, na forma impressa, contrastam com a diversidade de formatos digitais utilizada na produção de textos e com a desestruturação dos conteúdos decorrente da flexibilidade, desagregação, recompilação e hiperligação de dados. José Afonso Furtado, estudioso e profundo conhecedor desta matéria, explicita de forma consubstanciada estas peculiaridades. Relativamente ao âmbito técnico digital transmite (Furtado, 2007: 38):

No que se refere a *standards*, e mau grado os esforços do Open eBook Forum (que entretanto passou a designar-se International Digital Publishing Forum – IDPF) que definiu a *Open eBook Publication Structure* (OEBPS), baseada em tecnologias usadas para criar páginas *web* como HTML, XML e CSS⁵⁷, Adobe (um dos membros do OEB Forum), procura activamente tornar o seu formato PDF o *standard* de facto para o *e-book*. Microsoft, por seu lado, embora igualmente membro do Forum, favorece os documentos HTML e Word e desenvolveu o formato .LIT que, contudo, suporta OEBPS [Shiratudziem *et al.*, 2003]. Neste momento, esses programas e as correspondentes fórmulas tecnológicas para o *hosting* e para o comércio electrónico dos conteúdos estão longe de garantir soluções de compatibilidade.

Em relação aos conteúdos digitais menciona ainda (Furtado, 2007: 52):

Se tivermos em consideração que a primeira utilização explícita do termo hipertexto já tem cerca de quarenta anos e que o artigo seminal de Vannevar Bush, “*We May Think*” foi publicado em 1945, os hipertextos adquiriram tantos atributos e desenvolveram-se em tipologias tão diferentes que uma definição englobante se arrisca a ser ou muito genérica ou muito controversa. De qualquer modo, encontramos basicamente um primeiro grupo de concepções a que Kathleen Gygi [1990, p.282] chamou de «largo espectro», e que enfatiza alguns pontos específicos: o hipertexto privilegia a associação em detrimento da indexação; é um formato para a representação não sequencial de ideias; representa a abolição da abordagem tradicional, linear, da apresentação e processamento da informação; é dinâmico e não linear; e, no hipertexto, o conteúdo não está limitado nem por uma estrutura nem por uma organização.

No domínio dos equipamentos de leitura digital, o progresso tem sido notório desde que a evolução da tecnologia digital se começou a fazer sentir na indústria da edição em meados dos anos 1980 e se tornou fonte de crescente preocupação no dealbar dos anos 1990, quando a revolução digital já tinha colocado a indústria da música em convulsão e aparentava causar disrupções similares noutras indústrias criativas; o rápido crescimento da *World Wide Web* a partir de meados da década de 90 levou ao incremento das especulações

⁵⁷ E que acaba de apresentar, em press release, a EPUB 3 Proposed Specification; leia-se IDFP (2011), «EPUB 3 Proposed Specification released», 23.05, http://idpf.org/epub3_proposed_spec_released (consultada a 29.05.2011).

e, no final da década, muitos editores investiram fortemente em projectos de edição digital, desenvolvidos autonomamente ou com o apoio de empresas de capital de risco, tendo em vista a digitalização de conteúdos de livros impressos e a sua disponibilização em múltiplos formatos (cf. Thompson, 2010: 312). O computador começou, de imediato, e muito naturalmente, por ser o primeiro equipamento a ter uma utilização significativa para leitura de conteúdos digitais, embora com impacto reduzido, sobretudo face ao livro impresso, dadas as conhecidas limitações no formato físico e nas funcionalidades pouco adaptadas às necessidades e hábitos dos leitores; a excepção residiu nos textos de consulta e livros de referência, nomeadamente dicionários e enciclopédias, que beneficiaram desde logo da rapidez, simplicidade e polivalência da pesquisa e da hiperligação proporcionadas pela *Web*. Se, numa primeira fase, surgem aparelhos como os *Rocket ebook* e *SoftBook*, no final de 1998 nos Estados Unidos (primeiras experiências sem sequência quer por problemas ergonómicos e tecnologia incipiente quer pelos efeitos da ocorrência da “bolha tecnológica”) é, no entanto, com o aparecimento de dispositivos de segunda geração – o *Sony Reader Portable*, lançado em Setembro de 2006, e o *Kindle*, disponibilizado pela Amazon a partir de Novembro de 2007 –, que se inicia a produção e comercialização massiva de dispositivos concebidos com o objectivo específico, exclusivo ou partilhado, de utilização como «leitores» de conteúdos digitais. O grande *boom* ocorreu já no final da primeira década do século XXI, com o sucesso atingido pela versão mais recente do *Kindle* e também com a entrada de novos *players*, tanto provenientes da área livreira – como o *Nook* da Barnes & Noble –, como de empresas tecnológicas –, com o *tablet iPad*, da *Apple* –, a destacarem-se largamente de todos os concorrentes.

Na fase actual, em que conteúdos e dispositivos de leitura digital atingiram o ponto de não retorno, se perspectivam inovações relevantes e se dá como certo um crescimento exponencial do número de utilizadores, multiplicam-se igualmente as inevitáveis comparações entre virtualidades e limitações dos dispositivos de leitura digital *versus* livro impresso. José Afonso Furtado (cf. 2007:117ss) aborda a resiliência do papel, socorrendo-se do estudo levado a cabo por Abigail J. Sellen e Richard Harper sobre o «*paperless office*», no qual os autores chegam à conclusão de que a interacção humana com as funcionalidades de uma máquina computacional é categoricamente diferente da interacção com um livro impresso. Utilizando o conceito de «*affordances*» – no sentido de as

propriedades físicas de um objecto tornarem possível diferentes funções para a pessoa que sente ou usa esse objecto – o estudo identifica:

- Quatro *affordances* básicas dos documentos impressos em situação de trabalho – (1) tangibilidade (ao lermos um livro em papel temos a experiência do texto, usando tanto os nossos olhos como as nossas mãos); (2) flexibilidade espacial (possibilidade de interacção com mais do que um texto em simultâneo); (3) adaptabilidade (facilidade para o leitor de anotar e acrescentar apontamentos); e (4) manipulação (facilidade de movimentação entre um documento que está a ser lido e outro que está a ser escrito).
- Cinco *affordances* básicas das alternativas digitais aos documentos impressos – (1) armazenamento e acesso a grandes quantidades de informação (todos os *e-books* podem transportar mais do que um livro e o conteúdo extra não aumenta o peso do dispositivo); (2) apresentação de documentos *multimedia* (em geral os *e-book* possibilitam novas formas de ver conteúdos *multimedia*); (3) pesquisa rápida do texto integral (a pesquisa por palavras-chave agiliza a busca de informação específica em documentos de grande dimensão); (4) ligações rápidas para materiais relacionados (*links* embutidos permitem saltos instantâneos dentro do documento que está a ser lido, para outro documento no *e-book*, ou para um *Web site*); e (5) modificação dinâmica ou actualização do conteúdo (é fácil para autores e leitores anotar, marcar, alterar, e aumentar a capacidade de um *e-book*).

A perenidade e a posse constituem elementos igualmente relevantes de comparação entre o livro impresso e o *e-book*. A mediação tecnológica é um factor historicamente estranho ao livro, um objecto persistente e cuja conservação deve, na nossa tradição cultural, ser garantida tanto no seu conteúdo como na sua forma física; o contrário se passa com os *e-books* que, não só requerem um suporte de leitura tecnicamente apropriado e o acesso a energia, como usam uma panóplia de soluções computacionais para, simultaneamente, multiplicar os *media* utilizados (pintura, fotografia, cinema, etc.) (cf. Furtado, 2007: 73ss). Daqui resulta que podemos continuar a ler um texto impresso há cinco séculos, mas já não podemos ler ou visionar uma cassette electrónica ou um CD-ROM, com apenas alguns anos, sem que tenhamos de conservar equipamentos rapidamente tornados obsoletos. Esta aceleração contribui para o apagamento da memória, o que constitui um dos problemas mais espinhosos da nossa civilização – apesar de criarmos novas formas de registo e transporte do saber, não ultrapassámos a natureza

perecível dos instrumentos utilizados e não prestamos justiça aos objectos culturais que produzimos (cf. Carrière e Eco, 2009: 30s).

Não menos polémicas e relevantes são as questões da fragmentação de texto e de aquisição virtual de livros digitais. Num caso como no outro, o leitor está dependente da credibilidade do fornecedor, tanto no que se refere à verosimilhança como à garantia de acessibilidade ao conteúdo que contratou. No mesmo âmbito, mas em sentido inverso – do leitor para o fornecedor de conteúdos –, coloca-se outra questão fulcral: o direito à privacidade na leitura digital. Nos Estados Unidos da América, a obtenção de informações intrusivas – quais os livros digitais objecto de *browsing*, quanto tempo uma página é vista, e mesmo quais as notas escritas nas margens –, praticada por empresas como a Amazon ou o Google, tem sido objecto de debate e de legislação que visa proteger a leitura de livros digitais em bibliotecas públicas. O debate recrudescceu quando a Amazon anunciou, em Abril de 2011, que integraria brevemente, em associação com a *OverDrive*, o sistema de empréstimo bibliotecário de livros digitais em todo o país.⁵⁸

Num domínio em que tantas questões se encontram com resposta em aberto e tantas outras surgem de novo a um ritmo incessante, a problemática da contrafacção e consequente preservação dos direitos de autor, à qual está, de alguma forma, associada a formação do preço dos livros digitais, é certamente das que mais preocupações e polémicas tem levantado. O editor Antoine Gallimard, director da editora Gallimard, refere em entrevista ao jornal *El País*:

El peligro no es lo digital: como dije antes la edition digital es una oportunidad. El auténtico peligro es la gratuidad. No se trata de culpar a Internet sino a la piratería. [...] Gallimard há entablado procesos judiciales contra servidores de acceso como Orange, para que dejen de alojar sítios en los que la gente sube ilegalmente libros de la editorial. Y habemos conseguido que se cierren esses portales, pero a la vez Orange nos ha atacado en nombre del libre acceso.⁵⁹

⁵⁸ Cf. KELLEY, Michael (2011), «California Bill Would Offer Clear Protection for Digital Reading Records», *Library Journal*, 21.04, http://www.libraryjournal.com/lj/home/890275-264/california_bill_would_offer_clear.html.csp (consultada a 09.05.2011).

⁵⁹ CRUZ, Juan (2011), «El peligro no es lo digital; es la gratuidad», *El País*, 27.03, <http://www.elpais.com/articulo/reportajes/peligro/digital/gratuidad/elpepusocdmg/20110401> (consultada a 01.04.2011).

Por sua vez, o autor e produtor cinematográfico Roland Denning, expressa a seguinte opinião:⁶⁰

We will never eliminate file sharing, but we can make buying ebooks as appealing as possible. Part of this I believe involves maintaining DRM ⁶¹ to make the alternative less palatable, a hassle for all but the geeks, but the positives for the ‘legitimate’ route are crucial. Ebooks need to be available quickly, easily, and cheaply. As much of the cover price as possible needs to be returned to the author, in fact in many cases the author will be the publisher, and the book industry will function mostly as a marketing service. There should be a finite way of ‘gifting’ an ebook to others so we can share our read and a system that would fit a new form of public library. The process of buying an ebook should also connect to a stream of further information about the work and the author and other readers. Beyond that there needs to be a filtering system to supersede the old model of agent/publisher/newspaper critic/bookseller. There needs to be a new form of adventurous publisher, with an astute sense of both what is good and what people might want, who can build up trust on both sides. And, crucially, we must maintain the sense of value of a book, a value not based on status, fashion or brand, but on the ideas within it.

Em síntese, evidencio os pontos de discórdia e os pontos-chave da discussão de prós e contras do livro digital, os quais estão muito influenciados pela relativa novidade e grande indefinição dos impactos que esta grande mudança aporta, e se centram nos seguintes aspectos fundamentais:

- Enquanto o conceito «livro» está intuído e assimilado como um objecto que engloba o suporte físico em papel e o respectivo conteúdo informativo ou literário, o conceito «livro digital» é, ainda, utilizado de forma indistinta e pouco clara, podendo referir-se ao equipamento ou o ao conteúdo.
- A evolução dos dispositivos digitais de leitura tem ocorrido vertiginosamente, com os diversos *players* a optimizarem consecutivamente as *performances* tecnológicas e a

⁶⁰MEADOWS, Chris (2011), «DRM vs, piracy, and the future of e-books», *TeleRead – News & Views on e-Books, Libraries, Publishing and Related Topics*, 30.04, <http://www.teleread.com/drm/drm-vs-piracy-and-the-future-of-e-books/> (consultada a 05.05.2011).

⁶¹ *Digital Rights Management* (DRM) refere-se a tecnologias usadas para evitar a cópia digital ilegal e proteger os direitos de propriedade intelectual, que têm levantado grande controvérsia junto das comunidades que defendem o acesso livre aos conteúdos disponíveis na internet.

adaptarem-se aos requisitos dos leitores, estando no entanto por encontrar uma versão que se sobreponha, reconhecidamente, à simplicidade de uso e à linearidade de transmissão da informação por via do livro impresso.

- A resiliência do papel tem levado a que as respectivas vantagens comparativas – tangibilidade, flexibilidade, adaptabilidade e facilidade de manipulação –, se mantenham competitivas face às vantagens alternativas que o digital apresenta – capacidade de armazenamento, acesso a grandes quantidades de informação, apresentação de documentos *multimedia*, pesquisa rápida do texto integral, ligações rápidas para materiais relacionados e modificação ou actualização dinâmica do conteúdo.
- A mediação tecnológica que caracteriza o digital e que permite manipular a utilização dos respectivos conteúdos a níveis impraticáveis com o papel, é por alguns apontada como desvantagem comparativamente com a perenidade dos textos escritos em papel, considerando que o respeito pela integridade do conteúdo inicial é essencial para a imprescindível preservação da memória.
- O direito à privacidade e a problemática do *download* ilegal e da contrafacção, mais vulneráveis no digital, são também objecto de forte discussão entre os que defendem um elevado grau de liberdade de acesso à informação digital e os que repudiam a obtenção de informações intrusivas e a erosão dos direitos de autor.

5.2. Os autores, os agentes literários, os editores e a cadeia de distribuição

A crescente relevância da leitura de conteúdos digitais em suportes digitais deixa antever transformações sucessivamente mais profundas no mundo do livro, envolvendo todos os seus protagonistas e todas as dimensões da cadeia de valor da edição. Ainda que ao actual pico de expectativas favoráveis à rápida adopção massiva de suportes digitais de leitura venha a suceder-se, como é usual em produtos inovadores, um período de abrandamento e uma subsequente estabilização a um nível intermédio, nada ficará como dantes. O *e-book* veio para ficar. O *momentum* da edição digital permite concluir que o impacte – tanto em quantidade de utilizadores como no surgimento de novos *players* e de novos modelos do negócio editorial – é de tal forma forte e irreversível que o ajustamento de meios, métodos e processos de trabalho caminha inexoravelmente no sentido da rápida

transfiguração da actividade editorial e livreira. Esta transfiguração afigura-se, de facto, inevitável, mesmo que tal não signifique que o livro impresso em papel deixe de constituir uma componente insubstituível da actividade editorial; que, bem pelo contrário, e com a maior das probabilidades, continuará a constituir, por muito tempo, a sua parte mais substancial. Leia-se, a este respeito, John B. Thompson (2010: 399):

For books and the publishing industry do not exist in isolation: they are, and always have been, part and parcel of a broader symbolic and information environment – in short, a culture – where they have for half a millennium played an important, even vital, role as material forms in which content can be embedded, packaged and communicated to others. But there are signs that the specific combination of economic turbulence and technological upheaval that can be seen throughout the creative industries today is beginning to have a serious, potentially transformative, impact on the book publishing industry too. The fact that ebook sales finally began to spring to life at the very moment when the sales of traditional printed books are declining is only the most superficial of these signs – we are still a long way from a situation in which trade publishers can rely on ebook sales for a substantial or even a significant proportion of their revenue (if indeed they ever will). But only the most obtuse of observers could fail to see that the symbolic and information environment of which the book has traditionally been part is, at the beginning of the twenty-first century, undergoing massive and far-reaching change.

É neste contexto que se começa a desenhar uma nova correlação de equilíbrios e de competências entre os diversos actores que nos últimos séculos constituíram os elos fundamentais da cadeia de valor do livro. Desde logo, em termos estratégicos, o estudo *The EU Publishing Industry: An assessment of competitiveness*, elaborado para a Comissão Europeia pela *PIRA International*, em 2003, regista vários aspectos relevantes (cf. Furtado, 2009: 220ss):

- Considera que para a descrição e análise das indústrias de conteúdos – dadas as relações cada vez mais complexas entre as actividades, a criação de valor, as tecnologias de desenvolvimento e os diferentes agentes económicos – a ferramenta «*value and supply networks*» é mais adequada do que as convencionais «cadeias de valor».

- Assume que as tecnologias disruptivas podem pôr em causa o papel dos «gatekeepers»⁶², dada a multiplicação de potenciais mercados secundários, e dada também a emergência de tecnologias e de redes abertas que permitem acesso directo ao consumidor, transformando de modo essencial as relações entre os criadores e as organizações.
- Especifica que o trabalho com conteúdos digitais permite explorar uma panóplia de tecnologias, nomeadamente: (1) Impressão digital e *publishing on demand* (introduz crescentes níveis de flexibilidade no processo de impressão e facilita a criação de publicações localizadas e de publicações «à medida»); (2) Tecnologias de agregação e *syndication* (altera a relação entre consumidores e *content brands*, no sentido de aumentar a efectividade e o alcance de determinados activos de conteúdo, através de uma larga variedade de plataformas); (3) Gestão do conteúdo e tecnologias de edição *cross-platform* (sistema de gestão de conteúdos – texto, imagens, ficheiros áudio – organizados em base de dados, que permite ao utilizador combiná-los para serem disponibilizados em uma ou mais plataformas); (4) *Customer Relationship Management* – CRM (tecnologias que capturam dados na interacção do consumidor com a empresa, permitindo que conteúdo e ofertas sejam adequados às suas necessidades); (5) Gestão de activos digitais – *Digital Asset Management* ou DAT (sistema híbrido de gestão de conteúdos e de documentos que, utilizando um conjunto de tecnologias e processos coordenados, permite o armazenamento, recuperação e reutilização de ficheiros digitais em todos os formatos, possibilitando a optimização da *performance* dos activos digitais).

Nesta fase de permanente e acentuada evolução, a instabilidade e a indefinição predominam no sector editorial e livreiro. É, no entanto, possível detectar já algumas tendências no que respeita ao impacte que se vai fazendo sentir e que tem tendência para se acentuar nos vários domínios que caracterizam a cadeia de valor tradicional – autor / agente literário / editor / distribuidor / livreiro:

- Os autores gozam de um maior leque de opções, desde a edição própria até à habitual intermediação via agentes literários / editores / leitores, passando pelas várias alternativas que o digital viabiliza. Podem também optar pela edição exclusivamente digital ou em papel impresso, ou pelas duas vias em simultâneo. Financeiramente,

⁶² Profissionais que controlam e asseguram o interesse e validade dos conteúdos.

poderão tirar algum benefício da desintermediação (correndo riscos que, em princípio, apenas serão compensadores para os mais mediáticos) e também do menor custo de produção e comercialização do livro electrónico (dependendo da capacidade negocial de que disponham, caso se mantenha a intermediação). Vêem, no entanto, aumentado o risco de elevada perda de direitos de autor decorrente de práticas de *download* ilegal, associadas, ou não, a contrafacção de livros impressos.

- Os agentes literários tendem a alterar o seu posicionamento, para ultrapassar a situação fragilizada em que podem ser colocados, tanto pela maior autonomia dos autores como pela maior facilidade de relacionamento directo entre o autor e o editor. Não admira, pois, que haja agentes literários a diligenciar no sentido de assumirem directamente a função de editores. Andrew Wylie, o mais famoso agente literário a nível mundial, encetou essa operação em finais de 2010, criando a sua própria editora, a Odyssey Editions; a fortíssima reacção da Random House, subsidiária do gigante Bertelsmann Group, que ameaçou romper com o agente, levou ao estabelecimento de um acordo em que a Random House U.S. manteve os direitos de edição em todos os países onde actua.
- Os editores tendem a alterar o peso relativo das diversas componentes que caracterizam a sua actividade, colocando uma maior ênfase na relação directa com os autores, e, sobretudo, nas operações de marketing, utilizando as tecnologias digitais disponíveis; por outro lado, a produção gráfica tem-se simplificado, também por via da evolução tecnológica. A mutabilidade dos conteúdos que adveio com o digital, leva os leitores, para os quais se torna importante saberem que o texto não se encontra pervertido ou truncado, a valorizarem a credibilidade do editor, a sua chancela, a sua marca. Este facto constitui um activo importante para o editor e, conseqüentemente, uma garantia adicional para a sua razão de existir. Também a presença nas redes sociais constitui um facto novo mas já indispensável para qualquer editor, tanto no que se refere à forma de comunicação mais personalizada e intimista com os seus clientes, como no plano da afirmação pela modernidade empresarial. Preços e margens de comercialização revelam-se matéria de grande celeuma entre editores e grandes conglomerados, nomeadamente a Amazon, conduzindo por vezes a situações incompreensíveis de um conteúdo para livro de leitura digital ter um preço de venda superior a um livro impresso encadernado.

- Se a concentração editorial e livreira, originadora de um substancial incremento na respectiva relação negocial directa, tinha já desferido um rude golpe nas empresas distribuidoras, o crescimento da leitura em suporte digital perfila-se como forte ameaça para os livreiros tradicionais. Em países como os Estados Unidos da América (cerca de 10% das vendas totais em 2010) ou o Reino Unido (previsão para 2012 de 10% das vendas totais), onde a penetração do digital tem sido mais rápida e mais acentuada, o impacto é já notório. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Borders, uma das maiores cadeias de livrarias, entrou em colapso, e a Barnes & Noble, a maior das cadeias de livrarias, foi colocada no mercado para venda, o que veio a verificar-se no final de Maio, com a oferta para aquisição pelo magnata da TV por cabo e CEO da Liberty Media (proprietária das redes de cabo QVC e Starz e accionista da Expedia e da Sirius XM Radio) John Malone, pela quantia de mil milhões de dólares. Considerando a sua área tradicional de negócio, tem-se especulado que o seu interesse poderá passar mais pela plataforma e dispositivo *Nook e-reader* como canal adicional para a distribuição de conteúdo *multimedia* do que pelo mais tradicional negócio livreiro.

5.3. O acto intelectual sob influência de uma sociedade de nativos digitais

A entrada na era da «informação globalizada», para além de corresponder a uma mudança de paradigma civilizacional, poderá ter implicações de grande impacto na estrutural intelectual do homem e no nível sociocultural das sociedades.

Cientistas e intelectuais convergem num aspecto fulcral: a leitura em suporte digital está a produzir alterações na função cerebral. Porém, se as razões estão estudadas e são conhecidas, a avaliação dos efeitos que produzem não vai, ainda, muito para além de pressuposições ou, em certos aspectos, de eventuais preconceitos decorrentes dos hábitos civilizacionais que prevalecem nas gerações mais maduras.

José Afonso Furtado (cf. 2007, 45ss) aborda a temática das versões electrónicas e da reconceptualização do livro, elencando, e pondo em perspectiva, a divergência de opiniões expressa por especialistas e investigadores. Se para alguns, os livros e a leitura se encontram inexoravelmente ligados a uma herança sociocultural de cinco séculos, pelo que o livro electrónico deve ser entendido como uma evolução progressiva e não como uma revolução abrupta, para outros, as novas potencialidades oferecidas pelo digital prefiguram

uma ruptura fundamental entre o texto e o seu suporte tradicional, levando inevitavelmente à elaboração de objectos informacionais muito afastados do modelo linear e fechado baseado primariamente na textualidade escrita própria do livro impresso. Relativamente às questões cognitivas e práticas sociais, é também referido e consubstanciado por José Afonso Furtado (cf. 2007, 90ss) que, enquanto para alguns, uma leitura cada vez mais rápida e não sequencial reduz a compreensão às suas formas mais simples e superficiais, sobredeterminando aproximações e ilusões cognitivas (com efeitos negativos na memória, lastro da identidade singular), para outros, a memória material e inerte do livro não pode competir com as potencialidades da memória informática e a consequente libertação do utilizador das limitações inerentes a uma localização espacial. Ainda no domínio das questões cognitivas e práticas sociais – e mais especificamente no âmbito das mutações na escrita e no texto – a passagem gradual de um estado em que o conhecimento evoluído se adquiria sobretudo através do livro e da escrita (o olhar, a visão alfabética, ou seja, a inteligência sequencial) para um estado em que o conhecimento se adquire antes, e para alguns sobretudo, através da audição (o ouvido, a visão não-alfabética, ou seja, a inteligência simultânea), constitui, provavelmente, o aspecto mais inquietante. A este respeito, leiam-se as considerações de Furtado, que se apoia num estudo de Raffaele Simone (Furtado, 2007: 104s):

Não é fácil descobrir completamente as razões desta mudança. Certamente que o enorme aumento dos estímulos auditivos e a cultura da audição que incitou tornaram menos relevantes as visões alfabéticas e o seu suporte típico, o texto. É um facto que o alfabeto e as suas principais materializações físicas, o texto e o livro, deixaram gradualmente de ser o terreno privilegiado a que se aplica a acção do olhar e começaram a perder terreno. Este retrocesso pode ter implicações a nível do indivíduo, pois o olhar do homem finissecular poderá vir a ser incapaz de ler ou, mais geralmente, de estar à vontade perante um texto escrito. O homem renuncia então à «conquista da visão alfabética no momento em que, com o crescimento desmesurado da informação mediada pelo ouvido e pela visão não-alfabética, teve a sensação de dispor de fontes de conhecimento igualmente ricas». Terá assim renunciado a uma conquista evolutiva que a escrita tinha estimulado para dar um passo atrás. É quase como se se «deixasse de parte a visão alfabética – um *medium* pleno de tensões e de “fadiga” – para voltar a *media* mais naturais, mais primitivos, de menor grau de tratamento. O que significa talvez que existe uma hierarquia da “natureza” na

utilização das diversas vias de aquisição do conhecimento. O exercício da visão alfabética é não só o mais avançado como exige maior empenho e é mais trabalhoso do que o do ouvido e da visão não-alfabética» [Simone, 2000, p.25-7].

Estas afirmações são compagináveis com as constatações do complexo e extenso trabalho que o reputado neurologista Alexandre Castro-Caldas tem vindo a desenvolver sobre a influência do conhecimento das regras da leitura e da escrita na função cerebral. Embora esclarecendo que o cérebro é um órgão com grande plasticidade e que se adapta às múltiplas solicitações do meio envolvente, seja qual for o grau de complexidade, assume que as regras que ditam este processo adaptativo estão longe de ser compreendidas, e conclui, na «Introdução» ao livro em que reúne e compila informação sobre os trabalhos desenvolvidos desde o dealbar dos anos 1970, galardoado com o *Grande Prémio Bial de Medicina 2002* (Castro-Caldas, 2002: 42):

Podemos, assim, dizer que o conhecimento da leitura e da escrita corresponde ao aproveitamento de múltiplos recursos existentes no cérebro humano. Aquilo que com simplicidade se pode considerar o “saber ler e escrever” é um processo neurobiológico de grande complexidade e que modifica radicalmente a forma de funcionar do cérebro.

Por outro lado, Javier Celaya, membro do Observatorio de la Lectura de la Junta de Andalucía, e reconhecido especialista na aplicação de novas tecnologias e redes sociais, quando perguntado sobre que etapa atravessamos na sociedade do conhecimento, respondeu:

«El acceso de la población a la sociedad del conocimiento y la información a través de las nuevas tecnologías debe ir acompañado de habilidades en la análisis, la memorización y la argumentación, però esto no se está produciendo en todos los casos. En Estados Unidos se está viendo que nativos digitales que dedican 40 horas semanales, no tienen unas habilidades cognitivas importantes. Ló están estudiando en universidades como UCLA, Columbia y Stanford y eso indica que estamos desarrollando una sociedad ignorante. Sociológicamente estamos en plena

implantacion de la sociedad digital. Dentro de 50 años, los historiadores dirán como lo hemos hecho, pêro no lo estamos encaminando bien.»⁶³

5.4. Modelos de negócio que se perscrutam no horizonte da edição digital

Por detrás da cortina de fumo em que se movimentam antigos e novos actores, a agitação é grande e o segredo ainda maior. Pontificam os jogos de informação, desinformação e contra-informação. Em alguns predomina o combate pela sobrevivência, noutros luta-se pela estabilização do *status quo* e em outros tantos enceta-se a guerra pela conquista de um lugar no *podium*. Em termos globais, o instinto de sobrevivência bate-se contra a intrusão de novos *players* que, estando no negócio editorial e livreiro, não estão no mercado da cultura; que utilizam a produção e divulgação do livro como um meio e não como um fim. Os modelos de negócio que se deixam antever não são animadores para quem entende a palavra escrita, e o livro em particular, como bem inestimável para valorização intelectual individual e para o desenvolvimento sociocultural dos povos. Francisco José Viegas, escritor, editor e director da revista *LER*, expressa esse sentimento de forma marcante:⁶⁴

Se fosse necessário insistir uma e outra vez, mesmo assim valeria a pena, Esta insistência ilustra também, e voluntariamente, a forma como hoje não sabemos muito sobre o futuro do livro. Adivinhos e especialistas de generalidades acumulam dados avulsos, muito interessantes jornalisticamente (no capítulo das curiosidades tecnológicas), quando se fala dos próximos anos do livro, da indústria do livro e da fortuna dos leitores. Estamos do lado dos leitores e, por isso, não se espere outra posição da *LER*. Acreditamos que vale a pena debater «o futuro do livro» precisamente porque a expressão «o futuro do livro» tem todo o sentido, faz todo o sentido – não apenas por justificar o nosso trabalho diário mas também por emprestar dignidade à nossa vida.

Em todo este cenário causa apenas impressão a forma pusilânime como os adoradores de *gadgets* são devorados pelos *gadgets* sem que uma vez se interroguem sobre se vale a pena correr o risco de sucumbir às mãos de uma indústria que assimila

⁶³ SANTIAGO, Luis (2010), «Estamos creando una sociedad de nativos digitales ignorantes», *La Opinion de Málaga*, 14.10, <http://www.laopiniondemalaga.es/portada-malaga/2010/10/14/creando-sociedad-igno> (consultada a 21.10.2010).

⁶⁴ VIEGAS, Francisco José (2011), «Editorial», *LER Livros & Leitores*, Fevereiro, 2.

o pior do capitalismo e o mais inútil da «indústria do lazer», que transforma tudo em puro «entretenimento», em absoluto «zero», em total «inutilidade», em «vida sem vida».

Sendo certo que a ignorância e a pusilanimidade tomaram o poder sobre os sistemas de divulgação da cultura e da educação contemporânea, conviria marcar posição sobre esse debate. Para não o deixar limitado aos idiotas. Eles devoram tudo. Têm muitos *gadgets* e muitas novidades tecnológicas, detectam uma grande leveza nos pilares da crise – mas têm sido os idiotas inúteis de todos os tempos.

Num domínio ainda tão obscuro, perfilam-se, à partida, três novos modelos de negócio, protagonizados por entidades com objectivos e modos de actuação diferenciados: as livrarias electrónicas (com a Amazon na liderança), os motores de busca (designadamente o Google) e as empresas tecnológicas (de momento com clara vantagem para a Apple). Embora as constantes inovações e mudanças dificultem a tarefa, sintetizo, em seguida, os principais aspectos que têm sido referenciados como característicos e diferenciadores dos respectivos modelos de negócio.

A Amazon, fundada por Jeff Bezos em 1994, actua com sucesso no mercado de livrarias electrónicas, desde 1995. Em 2007 lançou a primeira versão do seu próprio suporte digital de leitura, o *Kindle*. Desde então, tem-se concentrado na evolução do mercado do livro digital, desenvolvendo novos conceitos para o *Kindle* e estabelecendo parcerias com vários editores. Na fase actual, procura desenvolver conteúdos editoriais próprios e baixar o preço de venda do *Kindle* no sentido de fomentar a venda, mais lucrativa, de conteúdos digitais. O modelo de negócio parece encaminhar-se no sentido da promoção e liderança da edição digital, que lhe seria bastante mais rentável do que o logisticamente complexo e oneroso comércio electrónico de livros impressos.

O Google pretendeu iniciar-se no mercado do livro ao assinar, em 28 de Outubro de 2008, com a Association of American Publishers e com a Authors Guild, um acordo, no valor de 128 milhões de dólares, para digitalização e venda, nos Estados Unidos, de livros publicados que estivessem descatalogados ou esgotados sem reedição. Este acordo foi de imediato contestado pela Federação Europeia de Editores, pela União Europeia de Livreiros e por diversas outras entidades que afirmaram a ilegalidade do acordo, a sua incompatibilidade com as normas europeias, a insuficiência e ineficácia das medidas previstas para protecção dos direitos de autor e o abuso de posição dominante que o

mesmo propiciaria. Durante cerca de um ano foram desenvolvidas várias diligências, envolvendo a Comissão Europeia e os representantes de editores e livreiros europeus, que conduziram à emissão de uma carta de compromisso endereçada, em 4 de Setembro de 2009, ao Google, pela Federação Europeia de Editores, em representação das associações de editores de 26 países. França e Alemanha não subscreveram este documento, reservando-se o direito de mover acções judiciais contra o Google por violação de direitos de autor. Em 25 do mesmo mês e ano, o Google solicitou a um juiz americano o adiamento da audiência que serviria para validar o acordo. Decorrido mais um ano, o Google anunciou, em 7 de Outubro de 2010, na Feira de Frankfurt, que estava prestes a lançar o Google Editions, nos Estados Unidos, com um catálogo de 400.000 livros resultante de negociações estabelecidas directamente com 35.000 editoras de mais de 100 países. Na realidade, aquela designação acabou por ser abandonada, tendo sido lançado, no início de 2011, o site Google eBookstore⁶⁵, onde é possível aceder gratuitamente aos livros que se encontram no domínio público e adquirir os títulos legalmente negociados para esse efeito com os detentores legítimos dos direitos. Em termos tecnológicos, o conceito do Google assenta num princípio segundo o qual os conteúdos não são transferidos para o *hardware* do cliente, sendo visualizáveis através de uma imagem desmaterializada de ecrã virtual, segundo o conceito *digital cloud*. Muito provavelmente, o modelo de negócio do Google tem em vista, mais do que a entrada no negócio do livro, a obtenção dos *login* propiciadores da obtenção de endereços qualificados e segmentados de acordo com o perfil dos consumidores, para posterior comercialização.

A Apple (como as restantes empresas tecnológicas suas concorrentes) está sobretudo interessada em vender equipamentos / *gadgets*, com destaque para o *iPad*, e aplicações utilitárias para os mesmos, utilizando a leitura de conteúdos digitais como mero instrumento para valorização do seu modelo de negócio.

5.5. Realidades e perspectivas da edição digital em Portugal

Fazendo jus à dinâmica de acção e à capacidade de actuação expressas em capítulos anteriores, a generalidade dos editores portugueses aderiu fortemente, e em tempo

⁶⁵ GOOGLE, «Google eBookstore», <http://books.google.com/ebooks> (consultada a 29-05-2011); no momento em que escrevemos, não é ainda possível no nosso país efectuar qualquer transacção.

oportuno, às tecnologias digitais disponibilizadas para optimização da produção editorial. O mesmo aconteceu e continua a verificar-se no que respeita aos meios de comunicação, via internet e *World Wide Web*, sendo raros os editores que não têm o seu próprio site e/ou blogue na internet, e tornando-se também comum a adesão atempada a redes sociais, muito especialmente o *Facebook* e o *Twitter*.

Grupos editoriais, como a Porto Editora e a Leya (via Texto Editores), estão de há muito envolvidos no comércio electrónico através, respectivamente, das livrarias virtuais WOOK (criada em 1999 sob a designação Webboom) e Mediabooks (iniciada em 1995). Estas casas editoriais iniciaram também, nos finais da década de 1990 e dealbar do século XXI, múltiplos projectos relacionados com a edição de produtos *multimedia*, bem como de conteúdos culturais e educativos no âmbito do *e-learning* e do *edutainment*, direccionados para o sistema educativo e o complemento ao livro escolar.

Já no que se refere ao livro digital, todos os indicadores e opiniões apontam no sentido de uma grande indefinição, de expectativa, e de algumas experiências sem grande impacte imediato, não se prevendo evolução significativa ao longo da presente década. Segundo informações recolhidas nas entrevistas que levei a cabo, a Babel e a Leya, que, em 2010, iniciaram actividade neste domínio, dispõem de plataformas, alojadas nos seus próprios servidores, que funcionam como distribuidor digital, tendo como potenciais fornecedores as empresas editoriais e como clientes, sujeitos a registo, empresas de retalho livreiro digital. Estas primeiras iniciativas foram veiculadas na comunicação social, que referiu a entrada da Leya no negócio digital através da Mediabooks – disponibilizando inicialmente cerca de 200 livros de autores lusófonos – e a criação de um espaço *high-tech* (o cubo *e-Babel*, na livraria Babel da Avenida António Augusto de Aguiar) – disponibilizando o acesso a conteúdos em suporte digital e *multimedia*, bem como a aquisição do *e-book reader* E-60 da *Samsung*.⁶⁶ Entretanto, em Abril de 2011, também a Porto Editora, através da livraria electrónica WOOK, passou a disponibilizar conteúdos de livros digitais. No mesmo mês, a Amazon alargou à Europa, incluindo Portugal, a isenção da taxa que aplicava (2,30 dólares) a quem fazia o *download* de *e-book* gratuito.

Mais recentemente, pela primeira vez, a Feira do Livro de Lisboa 2011 contemplou espaços dedicados ao digital. No pavilhão da Babel estiveram instaladas, na área infantil,

⁶⁶ Cf. Mota, Sara Piteira (2010), «Babel e Leya entram no negócio dos livros electrónicos», *Sapo.pt*, 10.10, http://economico.sapo.pt/noticias/babel-e-leya-entram-no-negocio-dos-livros-electronicos_100877.html (consultada a 12.10.2010).

uma zona *multimedia*, um quiosque com jogos didácticos, e, ao longo do pavilhão, também uma estrutura com a projecção da *Mensagem*, de Fernando Pessoa (em livro electrónico passível de ser folheado), e um quiosque *multimedia* (o *e-quadrado*) com dois ecrãs tácteis, num dos quais era possível ler *e-books*. Também o espaço Leya, o pavilhão *Fantástico*, dinamizado pela Mediabooks, estava equipado com PC portáteis que possibilitavam aos visitantes conhecer e ler *e-books* disponíveis no catálogo da empresa.⁶⁷ Perante este cenário, o que se poderá dizer sobre as perspectivas da edição digital em Portugal? Muito pouco e, sobretudo, sem quaisquer garantias de a realidade vir a corresponder às expectativas. Naturalmente, não ficaremos imunes ao crescimento exponencial, embora sobre uma base ainda muito residual, que se está a verificar em países económica e socialmente mais desenvolvidos. Naturalmente também, esta tendência chegará até nós com algum desfasamento temporal, dada a diminuta massa crítica do nosso mercado editorial – tanto pelo que implica em capacidade de investimento dos nossos editores, como pelo pouco interesse que a tradução para português despertará nos editores internacionais. Por outro lado, os portugueses têm-se mostrado, em vários outros domínios, adeptos incondicionais das novas tecnologias; tudo indica que o mesmo se passará com a leitura em suporte digital, a crer, nomeadamente, na notícia que dá conta que a venda de *tablets* deverá crescer mais de 800%, em Portugal, em 2011, passando das actuais 35.000 para 322.000.⁶⁸ Uma questão que levanta uma interrogação não menos relevante: que impacto terá o Acordo Ortográfico no *download* de conteúdos digitais, a partir da oferta existente no Brasil, sabendo-se quão relevante é a dimensão e a dinâmica do mercado editorial brasileiro?

Os principais grupos editoriais portugueses estão, certamente, a desenvolver estudos e projectos de acção, no recato dos seus gabinetes de investigação e desenvolvimento. Estas, e certamente muitas outras questões, constituirão, nos próximos tempos, um forte desafio para os editores portugueses. Não será o primeiro nem o último. Será mais uma batalha a vencer, como todas as que foram vencidas ao longo da história da edição em Portugal.

⁶⁷ Cf. COUTINHO, Isabel (2011), «Os ebooks chegaram à Feira do Livro», *Ípsilon*, 28.04, <http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=283584> (consultada a 01.05.2011).

⁶⁸ Cf. LUSA (2011) «Venda de 'tablets' deverá crescer mais de 800%», *Diário de Notícias*, 02.05, http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1842139&seccao=Tecnologia&page=-1 (consultada a 02-05.2011).

Conclusão

Terminada a tarefa que, com o maior entusiasmo, me propus levar a cabo pelas razões e nos termos expressos na Introdução, é chegado o momento de fazer o balanço e tirar conclusões.

Antes do mais, importa realçar quão enriquecedora, mesmo que mais intensa do que o esperado, foi para mim esta incursão pelo universo académico e pelo mundo da investigação, ainda que limitada ao âmbito específico de uma dissertação de mestrado. Num estádio da vida em que tudo nos parece já visitado e conhecido, o desenvolvimento do trabalho que agora dou por findo constituiu uma experiência sem precedentes, que me permitiu alargar horizontes a outros mundos e aprofundar substancialmente o conhecimento do mundo editorial, no qual, por diversas formas e em vários domínios, estou envolvido desde o longínquo ano de 1971.

Quando meti ombros a este desafio, declarei-me crente nas virtualidades do livro e da leitura, e admirador do trabalho desenvolvido pelos editores portugueses. A informação que recolhi e os contactos que mantive tendo em vista consubstanciar os pressupostos enunciados, permitem-me concluir que o conhecimento e a intuição que me guiaram estavam muito aquém da realidade com que fui confrontado. Sempre que tive necessidade de ir mais fundo no estudo de um facto, cada vez que tive oportunidade de ouvir de viva voz histórias e detalhes de vida nos livros, com os livros e sobre os livros, de que não me tinha apercebido ou que constituem realidades emergentes, mais se consolidaram e floresceram os conceitos fundadores desta dissertação.

Ao recuar no tempo, desenterrando memórias do trabalho desenvolvido pelos profissionais da edição, ao aperceber-me mais aprofundadamente das condições difíceis em que exerceram a sua actividade, e ao constatar com maior fundamento a excelência das obras que produziram, concluo que o mérito dos nossos editores vai muito para além do que lhes tem sido reconhecido e também daquilo que eu próprio já tanto admirava.

Os tempos difíceis da edição durante o Estado Novo, mesmo na sua fase agonizante – sob a vigilância cerrada da censura – não me trouxeram grandes surpresas, porque em parte também os vivi e porque já os havia estudado com algum detalhe. Mas a dimensão e a importância do trabalho que foi feito a nível institucional depois do 25 de Abril – criação do Instituto Português do Livro, rede de Bibliotecas Públicas, rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional de Leitura – embora há muito por mim reconhecidas, surgiram

agora, com a investigação desenvolvida, a uma luz mais clara e permitiram-me verificar que, também neste domínio, não temos atribuído o justo valor ao que foi feito e a quantos conceberam e implementaram projectos de tão largo alcance sociocultural.

Pôr em perspectiva, e em equação, os diversos aspectos que por via das concentrações – livreira e posteriormente editorial – alteraram profundamente o panorama do mercado editorial português, ajudou-me a clarificar aspectos que, estando latentes nas razões apontadas para a evolução da edição em Portugal, não sinto que estivessem suficientemente hierarquizados e estruturados. Este estudo evidencia que a concentração livreira iniciada em Portugal, em 1985, com a abertura nos hipermercados, de espaços dedicados à venda de livros, aconteceu duas décadas e meia depois de idêntico fenómeno se ter verificado nos Estados Unidos. Singularmente, também a componente mais significativa da concentração editorial no nosso país veio a acontecer cerca de vinte e cinco anos após o arranque, nos anos 1980, do movimento internacional de concentração e globalização do negócio editorial. Embora desfasadas no tempo, as razões económicas e operacionais que suscitaram estes fenómenos são idênticas: o poder negocial das grandes superfícies e das grandes cadeias de livrarias a actuarem no mercado de retalho suscitou a resposta dos editores através da concentração editorial. Estes movimentos acabaram por gerar alterações na dinâmica dos mercados, com realce para a redução dos livreiros independentes e para o “afunilamento” das vendas num reduzido número de títulos. Assim aconteceu no Reino Unido, em consequência do abandono do *Net Book Agreement*, em 1995, e assim também veio a verificar-se noutros países europeus onde subsiste a Lei do Preço Fixo, cujo objectivo primeiro reside precisamente na defesa da diversidade e pluralidade da oferta editorial. Relativamente ao mercado português, são de realçar os esforços para introdução, em 1996, da Lei do Preço Fixo, como também o colapso das distribuidoras, o grande esforço de sobrevivência requerido aos editores independentes, e o curto período – 2007 a 2010 – em que se concretizou a componente mais significativa da concentração editorial. Concluo que o presente trabalho pode ser, nesta matéria, um bom ponto de partida para estudos mais aprofundados e para o desenvolvimento de acções que, permitindo ultrapassar alguns bloqueios, levem à optimização global do negócio do livro no nosso país.

O aprofundamento das raízes e da evolução do associativismo no mundo do livro em Portugal permitiu-me consubstanciar razões para um relacionamento profissional que,

dada a frequente sobreposição de diferentes actividades – editor, tipógrafo, distribuidor, livreiro – numa mesma entidade económica, desde sempre se mostrou conflituante. Relações tensas e de há muito latentes levaram, em 1999, à cisão no seio da histórica APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros) e à subsequente constituição da UEP (União dos Editores Portugueses). Afortunadamente, uma década depois, a resolução de conflitos judiciais entretanto ocorridos, a consciência e vontade da maioria dos associados e os esforços desenvolvidos pelas duas direcções em conjunto com os sócios de maior envolvimento associativo, propiciou a reunificação na APEL (com extinção da UEP). O historial, remoto e próximo, do movimento associativo editorial e livreiro, que sucintamente apresento nesta dissertação, baseando-me, em parte, em estudos de grande alcance antes publicados sobre esta importante questão, leva-me a concluir que, havendo ainda muito por fazer, estão, mesmo assim, reunidas as condições necessárias para que as empresas ligadas ao livro se congreguem em torno da sua Associação e para que esta dinamize com eficácia as actividades previstas no seu estatuto e cumpra plenamente a sua missão.

A revolução digital em que vivemos e que ocasionou a mudança de paradigma da era da «galáxia Gutenberg» para a era da «informação globalizada», constituindo um desafio e um risco para o mundo editorial, ultrapassa-o largamente. Para além do livro, pode estar em causa o valor da palavra escrita e da leitura e pode vir a caminho o retrocesso da visão alfabética para a visão não-alfabética, com repercussões que não auguram nada de bom para a plena utilização das capacidades cognitivas do cérebro humano. As virtualidades do mundo digital, que tanto têm contribuído para optimização da produção editorial e para a difusão do conhecimento, podem tornar-se num factor de retrocesso civilizacional, nomeadamente pelo aparecimento de novos *players* que usam a palavra escrita como mero meio para obtenção de benefícios económico-financeiros. Os editores portugueses introduziram em tempo oportuno as tecnologias digitais disponibilizadas para optimizar a produção editorial, aderiram ao comércio *online*, desenvolveram projectos nos domínios da *multimedia* e estão agora convocados para o desafio do livro digital que crescerá ao longo da presente década e que os confrontará necessariamente com difíceis decisões, não apenas de carácter empresarial, decisões que porão à prova o seu sentido ético e a sua responsabilidade cultural.

Bibliografia

Monografias e estudos vários

- ANSELMO, Artur (2002), *Livros e Mentalidades*, Lisboa: Guimarães Editores.
- ANSELMO, Artur (1997), *Estudos de História do Livro*, Lisboa: Guimarães Editores.
- ANTUNES, José Freire (1993), *Salazar Caetano. Cartas Secretas 1932-1968*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- AZEVEDO, Cândido de (1999) *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano: Imprensa, Teatro, Cinema, Televisão, Radiodifusão, Livro*, Lisboa: Caminho.
- BEJA, Rui (2011), *À Janela dos Livros: Memória de 30 anos de Círculo de Leitores*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.
- BENAVENTE, Ana / ROSA, Alexandre / COSTA, António Firmino da / ÁVILA, Patrícia (1996), *A Literacia em Portugal: Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BORGES, Maria Helena Melin, (coord.) (2009), *Formar Leitores para Ler o Mundo. Comunicações ao Congresso Internacional de Promoção da Leitura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARRIÈRE, Jean Claude / ECO, Umberto (2009), *A Obsessão do Fogo*, Lisboa: Difel.
- CASTELLS, Manuel (2007), *A Galáxia Internet: Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- CASTRO-CALDAS, Alexandre (2002), *O Cérebro Analfabeto: A Influência do Conhecimento das Regras da Leitura e da Escrita na Função Cerebral*, Lisboa: Laboratórios Bial.
- CÍRCULO DE LEITORES (1995), *Vinte e Cinco Anos de Livros. Vinte e Cinco Anos de Paixão*, Lisboa: Círculo de Leitores.

- CÍRCULO DE LEITORES (2001), *1971 – 2001 Crónica de uma Vida de Livros*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- COSTA, Firmino da (coord.) (2009), *Estudo de Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares*, Lisboa: CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- CRAVO, Nuno (2009), *Civilização Editora – 130 Anos no Universo Familiar dos Livros*. Projecto de Mestrado em Estudos Editoriais, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- CURTO, Diogo Ramada (2006), *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- CURTO, Diogo Ramada (2007), *Cultura Escrita: Séculos XV a XVIII*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DAMÁSIO, António (2010), *O Livro da Consciência: A Construção do Cérebro Consciente*, Lisboa: Temas e Debates.
- FEBVRE, Lucien / MARTIN, Henri-Jean (2000), *O Aparecimento do Livro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, António Manuel / PEREIRA, Maria Eugénia (coord.) (2007), *Ofícios do Livro*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- FREITAS, Eduardo de / SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1992), *Hábitos de Leitura em Portugal: Inquérito Sociológico*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- FREITAS, Eduardo de / CASANOVA, José Luís / ALVES, Nuno de Almeida (2007), *Hábitos de leitura: Um Inquérito à População Portuguesa*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- FURTADO, José Afonso (1995), *O Livro*, Lisboa: Difel.
- FURTADO, José Afonso (2000), *Os Livros e as Leituras: Novas Ecologias da Informação*, Lisboa: Livros e Leituras.

- FURTADO, José Afonso (2007), *O Papel e o Pixel – do Impresso ao Digital: Continuidades e Transformações*, Lisboa: Ariadne.
- FURTADO, José Afonso (2009), *A Edição de Livros e a Gestão Estratégica*, Lisboa: Booktailors.
- GEORGE, João Pedro (2002), *O Meio Literário Português (1960-1998): Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*, Miraflores: Difel.
- GUEDES, Fernando (1987), *O Livro e a Leitura em Portugal: Subsídios para a sua História – Séculos XVIII-XIX*, Lisboa e S. Paulo: Editorial Verbo.
- GUEDES, Fernando (2001), *O Livro como Tema: História, Cultura, Indústria*, Lisboa: Editorial Verbo.
- GUEDES, Fernando (2003), *A Confraria de Santa Catarina do Monte Sinai da Corporação dos Livreiros*, Lisboa: Associação Portuguesa de Editores e Livreiros.
- GUEDES, Fernando (2005), *Os Livreiros em Portugal e as suas Associações desde o Século XV até aos nossos Dias. Subsídios para a sua História*, Lisboa: Editorial Verbo (2ª edição).
- HEEN, Andrew, (2008), *O Culto do Amadorismo: como a Internet actual está a matar a nossa Cultura e a Economia*, Lisboa: Guerra & Paz.
- HARDMAN, Philippa / YOUNG, Mark (1992), *Book Publishing at the Crossroads: a Comparative Study*, London, New York, Paris, Frankfurt: Coopers & Lybrand Media Group
- LEITE, Pedro Jorge de Oliveira Pereira (2003). *Mercadores de Letras: Rumos e Estratégias dos Editores e Livreiros na Divulgação Cultural durante o Estado Novo (1933-1974)*. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, <http://barrigadefreira.blogspot.com/> (consultada a 24.01.2011).

- LOPES, João Teixeira / ANTUNES, Lina (2000), *Sobre a Leitura (Vol. V) Bibliotecas e Hábitos de Leitura: Instituições e Agentes – Relatório Síntese*, Lisboa: Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e Observatório das Actividades Culturais.
- MANGEL, Alberto (1999), *Uma História da Leitura*, Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- MARINA, José António / VÁLGOMA, Maria de la (2005), *La Magia de Leer*, Barcelona: Random House Mondadori, SA.
- MARTINS, Jorge Manuel (2005), *Profissões do Livro: Editores e Gráficos; Críticos e Livreiros*, Lisboa: Editorial Verbo.
- MARTINS, José Vitorino de Pina (2007), *Histórias de Livros para a História do Livro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MEDEIROS, Nuno (2010), *Edição e Editores: O Mundo do Livro em Portugal, 1940-1970*, Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais.
- MOHN, Reinhard (2008), *Aprender com o Mundo: o Êxito através do Humanitarismo e da Liberdade*, Lisboa: Temas e Debates
- MÓNICA, Maria Filomena (1978), *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa: Editorial Presença.
- *Nova Enciclopédia Larousse (1997-1999)*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol.1 a vol. 22.
- NEVES, José Soares / LIMA, Maria João (2009), *Promoção da Leitura nas Bibliotecas Públicas*, Lisboa: OAC – Observatório das Actividades Culturais.
- NOGUEIRA, Franco (1977), *Salazar*, Coimbra: Atlântida Editora, vol.2
- PENNAC, Daniel (1997), *Como um Romance*, Porto: Edições ASA.
- PEREIRA, Antónia Maria (1998), *A.M. Pereira – Crónica de uma Dinastia Livreira*, Lisboa: Pandora Edições.
- PINTO, Cândida (2011), *Snu e a Vida Privada com Sá Carneiro*, Alfragide: Publicações D. Quixote.

- PINTO, Rui Pedro (2008), *Prémios do Espírito: Um Estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional de Estado Novo*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- POMBO, Olga / GUERREIRO, António / ALEXANDRE, António Franco, *Enciclopédia e Hipertexto* (2006), Lisboa: Edições Duarte Reis.
- PÖPPEL, Ernst (1998), *Mindworks, Time and Conscious Experience*, Bonston, San Diego, New York: Harcourt Brace Jovanovich, Publishers.
- PORTELA, Joana Abranches (2009), *Frontispício: a Almedina no Arco do Tempo*. Relatório de Estágio nas Edições Almedina, Mestrado em Estudos Editoriais, Universidade de Aveiro.
- PRESENÇA, (2010), *50 Anos Editorial Presença*, Queluz de Baixo: Presença.
- QUALMAN, Erik (2010), *Socialnomics: Como os Media sociais estão a transformar o modo como vivemos e como fazemos Negócios*, Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- RAMOS, Rui (1998), «Culturas da alfabetização e Culturas do analfabetismo: uma introdução à história da alfabetização no Portugal contemporâneo», *Análise Social* XXIV, números 103-104, 1067-1145.
- RODRIGUES, Graça Almeida (1980), *Breve História da Censura Literária em Portugal*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Ministério da Educação e Ciência.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, coordenação (2000), *Dinâmicas da Aplicação da Lei do Preço Fixo do Livro*, Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- SARAIVA, José António (1979), *Bertrand: A História de uma Editora*, Lisboa: Bertrand
- TAMEN, Teresa, coordenação (2006), *A Aventura da Moraes*, Lisboa: Centro Nacional de Cultura.
- THOMPSON, John B. (2010), *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*, Cambridge: Polity Press.

- VALE, Francisco (2009), *Autores, Editores e Leitores*, Lisboa: Relógio D'Água.
- VEIGA, Isabel *et al.* (1996), *Lançar a rede de Bibliotecas Escolares*, Lisboa: Ministério da Educação.
- VERBO, (1998), *40 Anos Verbo: Breve História de uma Editora*, Lisboa: Editorial Verbo.
- VERHAEGHE, Arlette / KOLINSKY, Régine, (2006), *O que os Ilustrados nos Ensinam sobre os Testes de Inteligência*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- VIEIRA, Joaquim (2000), *Portugal Século XX – Crónica em Imagens*, Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VII e vol. VIII.
- ZAID, Gabriel (2008), *Livros de mais: Ler e publicar na Era da Abundância*, Lisboa: Temas e Debates.

Artigos, entrevistas e testemunhos na imprensa periódica

- ANDRADE, Sérgio C. (2010), «Carlos da Veiga Ferreira sai da Teorema», *Público*, 13.12., http://www.publico.pt/Cultura/carlos-da-veiga-ferreira-sai-da-teorema_1470732 (consultada a 13.12.2010).
- APEL (1988), «António de Souza-Pinto recordado na Biblioteca nacional», *Livros de Portugal*, Fevereiro, 12-13.
- APEL (1994), «Entrevista com o subsecretário de estado da Cultura Dr. Manuel Frexes», *Livros de Portugal*, Janeiro, 17-18.
- APEL (1995), «Mais um ano sem lei do preço fixo», *Livros de Portugal*, Janeiro, 5.
- APEL (1998), «APEL, uma história», *Livros de Portugal*, Maio, 6-15.
- APEL (1998), «Expectativas, indicações e sugestões quanto a uma nova etapa na vida da APEL», *Livros de Portugal*, Maio, 9-14.

- BLOGTAILORS (2007), «Edições Saída de Emergência: entrevista com António Vilaça», 12.10, <http://blogtailors.com/2953293.html> (consultada a 20.12.2010).
- BLOGTAILORS (2007), «Explorer Investments adquire o controlo do grupo Oficina do Livro», 18.12, <http://blogtailors.com/2918606.html> (consultada a 10.03.2011).
- COELHO, Alexandra Lucas (2001), «O Amor Todo», *Público*, 04.06, http://bibliomanias.no.sapo.pt/in_memoriamMHM.htm (consultada a 01.03.2011).
- COELHO, Alexandra Lucas (2007), «Resistência é a palavra», *Público*, 16.07, http://www.publico.pt/Cultura/resistencia-e-a-palavra_1299603?all=1 (consultada a 01.03.2011).
- COUTINHO, Isabel / FARIA, Ana Rita (2008), «Explorer Investments vende editoras ao grupo Leya de Pais do Amaral», *Público*, 13.05, http://economia.publico.pt/Noticia/explorer-investments-vende-editoras-ao-grupo-leya-de-pais-do-amaral_1328631 (consultada a 09.03.2011).
- COUTINHO, Isabel (2011), «Os ebooks chegaram à Feira do Livro», *Ípsilon*, 28.04, <http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=283584> (consultada a 01.05.2011).
- CRUZ, Juan (2011), «El peligro no es lo digital; es la gratitud», *El País*, 27.03, <http://www.elpais.com/articulo/reportajes/peligro/digital/gratuidad/elpepusocdmg/201> (consultada a 01.04.2011).
- DE RERO NATURA BLOG (2007), «Entrevista a Guilherme Valente», 30.04, <http://dererummundi.blogspot.com/2007/04/entrevista-guilherme-valente.html> (consultada a 01.12.2010).
- IDFP (2011), «EPUB 3 Proposed Specification released», 23.05, http://idpf.org/epub3_proposed_spec_released (consultada a 29.05.2011).
- KELLEY, Michael (2011), «Califórnia Bill Would Offer Clear Protection for Digital Reading Records», *Library Journal*, 21,04, http://www.libraryjournal.com/lj/home/890275-264/california_bill_would_offer_clear.html.csp (consultada a 09.05.2011).

- LOPES, Nuno Seabra (2007), «Lei do Preço Fixo do Livro», *Extratexto – blog de edição de livros*, 10.01 e 17.01, <http://extratexto.weblog.com.pt/arquivo/2007/01/index.html> (consultada a 16.03.2011).
- LUSA (2005) «Editorial Notícias muda chancela para Casa das Letras», *Público*, 14.03, http://www.publico.pt/Cultura/editorial-noticias-muda-chancela-para-casa-das-letras_1218119 (consultada a 21.12.2010).
- LUSA (2008), «Portugália Editora relançada terça-feira em novo grupo editorial», *RTP.pt*, 23.06, <http://ww1.rtp.pt/noticias/?article=166282&visual=3&layout=10> (consultada a 02.12.2010).
- LUSA (2009), «António Lobato de Faria sai da Oficina do Livro», *Público*, 08-12, http://economia.publico.pt/Noticia/antonio-lobato-faria-sai-da-oficina-do-livro_1399662 (consultada a 11.03.2011).
- LUSA (2010), «Grupo Leya firma acordo com rede livreira da Coimbra Editora», *Público*, 23.03, http://www.publico.pt/Cultura/grupo-leya-firma-acordo-com-rede-livreira-da-coimbra-editora_1428990 (consultada a 23.2.2011).
- LUSA (2010), «Coimbra Editora e a Sodilivros concentrados num único grupo», *Jornal de Negócios*, 23.08, http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=SHOWNEWS_V2&id=440341 (consultada a 23.2.2011).
- LUSA (2010), «Camarate /30 anos: Snu Abecassis, editora destemida», *Correio do Minho*, 03.12, <http://www.correiodominho.com/noticias.php?id=39214> (consultada a 01.03.2011).
- LUSA (2011) «Venda de ‘tablets’ deverá crescer mais de 800%», *Diário de Notícias*, 02.05, http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=1842139&seccao=Tecnologia&page=-1 (consultada a 02-05.2011).
- MARQUES, Vanda (2007), «Vida dedicada aos livros», *Diário de Notícias*, 06.09, <http://dn.sapo.pt> (consultada a 23.11.2010).

- MEADOWS, Chris (2011), «DRM vs, piracy, and the future of e-books», *TeleRead – News & Views on e-Books, Libraries, Publishing and Related Topics*, 30.04, <http://www.teleread.com/drm/drm-vs-piracy-and-the-future-of-e-books/> (consultada a 05.05.2011).
- MORALES, João (2010), «A ordem natural das coisas», *Os Meus Livros*, Dezembro, 48-50.
- MOTA, Sara Piteira (2010), «Babel e Leya entram no negócio dos livros electrónicos», *Sapo.pt*, 10.10, http://economico.sapo.pt/noticias/babel-e-leya-entram-no-negocio-dos-livros-electronicos_100877.html (consultada a 12.10.2010).
- NUNES, Maria Leonor, (2002), «Irmãos Moura: os três mosqueteiros», *JL – Jornal de Letras, Artes & Ideias*, 12 de Junho, 6-7.
- PINTO, Catarina Teixeira (2008), «É essencial ser ousado», *Diário de Notícias*, 24.05, http://www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1000076 (consultada a 11.03.2011).
- PINTO, Cesaltina (2007), «Vou realizar um sonho», *Visão*, 29 de Novembro, 142 e 144.
- PORTAS, Catarina (2008), «O último livro da Ulisseia s.f.f.», *Ípsilon*, 01.12, <http://ipsilon.publico.pt/livros/texto.aspx?id=217736> (consultada a 25.02.2011).
- QUEIRÓS, Luís Miguel (2010), «Vasco Teixeira: Para um editor escolar, publicar ficção é fácil», *Público*, 17.11, http://www.publico.pt/Cultura/vasco-teixeira-para-um-editor-escolar-publicar-ficcao-e-facil_1466599?all=1 (consultada a 17.11.2010).
- RIBEIRO, Anabela Mota (2001), «Manuel Hermínio Monteiro», *DNA (suplemento do Diário de Notícias)*, 12.05, <http://ofuncionariocansado.blogspot.com/2010/08/manuel-herminio-monteiro-entrevista-ao.html> (consultada a 01.03.2011).
- SANTIAGO, Luis (2010), «Estamos creando una sociedad de nativos digitales ignorantes», *La Opinion de Málaga*, 14.10, <http://www.laopiniondemalaga.es/portada-malaga/2010/10/14/creando-sociedad-igno> (consultada a 21.10.2010).
- VIEGAS, Francisco José (2011), «Editorial», *LER Livros & Leitores*, Fevereiro, 2.

Sites consultados

- A Esfera dos Livros, «O que é a esfera», <http://www.esferadoslivros.pt/aesfera.php> (consultada a 04.12.2010).
- Almedina, «Historial», «Editoras», «Lojas Almedina», <http://www.almedina.net/catalog/> (consultada a 20.02.2011).
- Assírio e Alvim, «Gato Maltês – 30 anos», <http://assirioalvim.blogspot.com/2011/01/gato-maltes-30-anos.html> (consultada a 02.03.2011).
- Bertrand Livresiros, «Quem Somos», <http://www.bertrand.pt/gca/index.php?id=43>, (consultada a 01.12.2010).
- Civilização Editora, «Quem Somos», <http://www.civilizacaoeditora.pt/sobre/> (consultada a 02.12.2010).
- Coimbra Editora, «Conheça a Editora, fundada em 1920», <http://www.coimbraeditora.pt/editora.asp> (consultada a 23.2.2011).
- «Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas», <http://www.dglb.pt/SITES/DGLB/PORTUGUES/DGLB/Paginas/dglb.aspx> (consultada a 14.03-2011).
- Edições ASA «Historial», <http://www.asa.pt/empresa/historial.php> (consultada a 25.02.2011).
- Edições Cosmos, «A Cosmos no Património Cultural Português», <http://edicoescosmos.blogspot.com/2008/09/cosmos-no-patrimnio-cultural-portugus.html> (consultada a 27.12.2010).
- Edições Nelson de Matos, <http://www.edicoes-nelsondematos.com/> (consultada a 10.01.2011).
- «Editora Arcádia», http://pt.wikipedia.org/wiki/Editora_Arc%C3%A1dia (consultada a 02.12.2010).

- Editora Pergaminho, «Sobre a Editora»,
<http://editorapergaminho.blogspot.com/p/sobre-editora.html> (consultada a 06.12.2010).
- Editorial Caminho, «A Editora», <http://www.editorial-caminho.pt/gca/?id=280>
(consultada a 30.11.2010).
- Editorial Estampa, «Historial e Missão», <http://estampa.pt/novosite/> (consultada a 30.11.2010).
- Editorial Confluência, «Biografia – António Pedro»,
<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/autores/Paginas/PesquisaAutores1.aspx?AutorId=10015> (consultada a 21/12/2011).
- Editorial Confluência / Livros Horizonte, «Última Página»,
http://www.livroshorizonte.pt/catalogo_detalhe.php?idLivro=1056&catalogo=1&index=26&verTodas=1&letraInicial= (consultada a 27.12.2010).
- Girassol – Edições, «Empresa», <http://www.girassol-edicoes.pt/quemsomos.asp>
(consultada a 13.12.2010).
- Google, «Google eBookstore», <http://books.google.com/ebooks> (consultada a 29.05.2011).
- Guimarães Editores, «História», www.guimaraeseditores.com/Historia.aspx
(consultada a 04.12.2010).
- Infopédia, «Mário Figueirinhas», [http://www.infopedia.pt/\\$mario-figueirinhas](http://www.infopedia.pt/$mario-figueirinhas)
(consultada a 01.12.2010).
- Infopédia, «Luiz Pacheco», [http://www.infopedia.pt/\\$luiz-pacheco](http://www.infopedia.pt/$luiz-pacheco) (consultada a 31.05.2011).
- Livros do Brasil, «história», <http://www.livrosdobrasil.com/hist.php> (consultada a 01.12.2010).
- Objectiva, «Objectiva – A Editora do Grupo Santillana em Portugal»,
<http://www.objectiva.pt/objectiva.aspx> (consultada a 06.12.2010).

- Oficina do Livro, «Sobre a Oficina do Livro»,
<http://www.oficinadolivro.pt/site/sobreOficina.aspx> (consultada a 30.11.2010).
- Parceria A.M.Pereira, <http://parceria-editores.com/his.html> (consultada a 30.11.2010).
- Porto Editora, «Sobre nós – Historial», na página
<http://www.portoeditora.pt/sobrenos/index/index/tema/historial> (consultada a 25.02.2011).
- Portugal – Dicionário Histórico, <http://www.arqnet.pt/dicionario/> (consultada a 31.05.2011).
- Publicações Europa-América, «Quem Somos», <http://www.europa-america.pt/privacy.php> (consultada a 01.12.2010).
- Rede de Conhecimento das Bibliotecas Pública, «Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas»,
<http://rcbp.dglb.pt/pt/etc/Paginas/ManifestoUNESCOsobreBibliotecasPublicas.aspx>
(consultada a 14.03.2011).
- Relógio D'Água (2011), «Nós»,
<http://www.relogiodagua.pt/canais/article.asp?id=117&lang=1&CurrentID=103>
(consultada a 09.03.2011).
- Sítio do Livro, «Ática – Apresentação», <http://www.sitiodolivro.pt/pt/editora/atica/>
(consultada a 02.12.2010).
- Texto Editores, «Historial», <http://pt.textoeditores.com/index.jsp?p=11&idNoticia=1>
(consultada a 01.12.2010).
- «Torres (João Romano)», <http://www.arqnet.pt/dicionario/torresjr.html> (consultada a 18.02.2011).
- «Ulisseia», <http://www.babel.pt/>, (consultada a 17.12.2010).

Fontes orais – entrevistas concedidas ao autor

- AQUINO, Manuel – Sócio e administrador da Editorial Presença. Funções anteriores na qualidade de: director de produção da Editorial Estúdios Cor (entrevista a 20 de Janeiro de 2011).
- CORTÊS, José Manuel – Quadro superior da Direcção Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB). Funções anteriores na qualidade de: subdirector-geral da DGLB e de editor nas Publicações D. Quixote (entrevista a 9 de Dezembro de 2010).
- COSTA, Miguel Freitas da – Secretário-geral da APEL. Funções anteriores na qualidade de: gestor da Guimarães Editores (entrevista a 7 de Dezembro de 2010).
- ESPADINHA, Francisco – Fundador e líder da Editorial Presença. Funções anteriores na qualidade de: presidente da APEL, membro da Comissão Consultiva do Instituto Português do Livro, da Federação Europeia de Editores, da Comissão Nacional para a Língua Portuguesa e do Conselho Superior das Bibliotecas (entrevista a 16 de Dezembro de 2010).
- ESPADINHA, João – Administrador da Editorial Presença, membro da direcção da APEL e presidente do Conselho Técnico das Feiras do Livro da APEL (entrevista a 16 de Dezembro de 2010).
- FURTADO, José Afonso – Director da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, professor da pós-graduação em «Edição – Livros e Novos Suportes Digitais», na Universidade Católica de Lisboa, membro do Conselho Superior de Bibliotecas do Ministério da Cultura e da Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura. Funções anteriores na qualidade de: presidente do Instituto Português do Livro e da Leitura e de chefe de gabinete do ministro da Cultura (entrevista a 7 de Abril de 2011).
- GIL, Teresa – Assessora da vereadora da cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Funções anteriores na qualidade de: presidente do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas e de assessora para a cultura do Primeiro-Ministro (entrevista a 21 de Janeiro de 2011).

- GOMES, Guilhermina – Directora Editorial do Círculo de Leitores e presidente do júri do Prémio Literário José Saramago, atribuído pela Fundação Círculo de Leitores. Funções anteriores na qualidade de: presidente do júri das Olimpíadas Portuguesas da Leitura organizadas pela Fundação Círculo de Leitores (entrevista a 8 de Fevereiro de 2011).
- GUEDES, Fernando – Funções anteriores na qualidade de: presidente da Editorial Verbo, da qual foi fundador; presidente do Grémio Nacional de Editores e Livreiros, da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, do Grupo de Editores de Livros da CEE, da Federação dos Editores Europeus e da IPA – International Publishers Association (da qual é Presidente Honorário). Conselheiro cultural da CEE e das publicações da UNESCO. Membro do Conselho Consultivo do Instituto Português do Livro, da Comissão Nacional para a Língua Portuguesa e do Conselho Superior das Bibliotecas Portuguesas. Sócio fundador da Sociedade Científica da Universidade Católica, membro efectivo da Academia Portuguesa de História e da Academia Nacional de Belas-Artes e sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Doutor *honoris causa*, em 1995, pela Universidade Internacional Menendez y Pelayo. Agraciado pelo governo português com a Medalha de Mérito Cultural, em 1996, pelo Presidente da República com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, em 1998, e com o grau de Grande Oficial da Ordem de Santiago da Espada, em 2011, e pelo governo francês com o grau de Grande Oficial das Artes e das Letras (entrevista a 20 de Dezembro de 2010).
- LOPES, António Baptista – Fundador e administrador da Âncora Editora e membro da Comissão de Honra do Plano Nacional de Leitura. Funções anteriores na qualidade de: administrador e editor da Editorial Notícias / Casa das Letras, presidente da APEL e membro do Comité Executivo da IPA – International Publishers Association (entrevista a 17 de Dezembro de 2010).
- MATOS, Nelson – proprietário e editor de Nelson de Matos Edições. Funções anteriores na qualidade de: autor, cronista, administrador e editor da Editora Arcádia e da Moraes Editora, proprietário e editor das Publicações D. Quixote e editor das Edições Âmbar. Foi vice-presidente da APEL (entrevistas a 15 de Dezembro de 2010 e a 12 de Janeiro de 2011).

- NEVES, Ana – Gestora de Compras das Livrarias El Corte Inglés, membro da direcção e presidente do Conselho Técnico de Livreiros da APEL (entrevista a 13 de Dezembro de 2010).
- TEIXEIRA, Vasco – líder do grupo Porto Editora e grupo Bertrand Círculo, vice-presidente da APEL e membro da respectiva Comissão Técnica do Livro Escolar. Funções anteriores na qualidade de membro do Comité Executivo da IPA – International Publishers Association (entrevista a 14 de Dezembro de 2010).
- VALENTE, Manuel Alberto – Director da Divisão Editorial Literária de Lisboa, da Porto Editora. Funções anteriores na qualidade de editor na Inova, nas Publicações D. Quixote e nas Edições ASA. Agraciado pelo governo francês, em 2008, com as insígnias de Cavaleiro da Ordem das Artes e Letras (entrevista a 14 de Dezembro de 2010).
- VIEGAS, Francisco José – Escritor, director da revista LER; editor da Quetzal; cronista, autor e apresentador de programas televisivos e radiofónicos sobre o livro e a leitura. Funções anteriores na qualidade de: assistente de Linguística na Universidade de Évora e director da Casa Fernando Pessoa. Condecorado, em 2009, com o grau de Grande Oficial da Ordem de Mérito (entrevista a 8 de Fevereiro de 2011) *

* Nomeado Secretário de Estado da Cultura do XIX Governo Constitucional